



Revista

DESPIERTA

Cultura, Política e Movimentos Sociais na América Latina

Ano 1 - número 01 | 2014

Nº 01

ISSN 2359 -5868



SUMÁRIO

Intelectualidade e Perspectiva de Classe	03
<i>Lisandro Braga</i>	
Os Efeitos do Contemporâneo	28
<i>Nildo Viana</i>	
Algumas Aproximações entre José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci.....	46
<i>Cláudio Reis</i>	
Instituições Burguesas e Autogestão Social.....	60
<i>Daniel Barboza</i>	
Experiências de Auto-organização nas Lutas dos Trabalhadores	70
da Educação em Goiás	
<i>Lucas Maia e Marcos Ataídes</i>	
Desenvolvimento Capitalista e Lutas Políticas no Brasil e no México	100
<i>Diego Marques P. dos Anjos</i>	
A Relação da Internacional Situacionista com os Intelectuais	127
de seu Tempo: uma Querela com Sartre	
<i>Marcus Vinícius C. da Conceição</i>	

Intelectualidade e Perspectiva de Classe

Lisandro Braga*

“A crítica que se ocupa desse objeto é uma crítica empenhada num combate corpo a corpo e, nessa luta, não se trata de saber se o adversário é um adversário nobre, um adversário da vossa estirpe, um adversário interessante. Trata-se de feri-lo”.

Karl Marx.

Elementos para uma teoria marxista das classes sociais

De imediato a principal questão que nos apresenta é: Existe uma concepção de classes sociais na gigantesca produção teórica de Karl Marx? Sabemos que não há em toda a sua obra uma sistematização teórica pronta e acabada das classes sociais, nem nas sociedades pré-capitalistas, nem no capitalismo. O que há é um esboço teórico dessas e, no caso do capitalismo, uma teoria incompleta e com lacunas (VIANA, 2012). Então, de que maneira proceder para buscar uma concepção teórica das classes sociais na obra de Karl Marx?

Nessa busca trilharemos os árduos, porém necessários, caminhos apontados pela ilustrativa análise de Nildo Viana presente na obra *A teoria das classes sociais em Karl Marx* (2012), juntando as peças do quebra-cabeça e reconstruindo um esboço da teoria das classes sociais em Karl Marx¹ em todas as sociedades classistas analisadas por esse intelectual engajado. Isso significa dizer que

é necessário realizar uma leitura rigorosa das obras de Marx, focalizando aquelas em que desenvolveu mais a sua abordagem das classes e estando atento para as análises e complementos em outras obras, não perdendo de vista o processo de desenvolvimento das teses do autor, que não são estáticas, embora também não sejam a cada período radicalmente diferente umas das outras. Também é preciso estar atento ao período em que Marx viveu, os autores que o inspiraram, as problemáticas da época, as ideologias e concepções existentes, a coerência interna de seu discurso, a sociedade de sua época, entre outros elementos, visando entender o que ele quis dizer ao invés de atribuir a ele o que pensamos, como os maus intérpretes fazem. Assim, observar o contexto histórico, cultural e discursivo da obra é fundamental para evitar as deformações e interpretações equivocadas (VIANA, 2012, p. 08).

Sendo assim, será de extrema necessidade metodológica, como o próprio Marx apontava, e também o faz Viana, encontrar um fio condutor coerente e bem fundamentado que perceba as questões fundamentais expostas por Karl Marx em suas obras e que

* Professor de Teoria Política na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas América Latina em Movimento/NEPALM.

¹ Para isso utilizaremos de diversas citações das obras de tais autores (Marx e Engels).

permita uma análise e interpretação/consciência correta da realidade, isto é, de sua teoria das classes sociais. Nesse sentido, faremos aquilo que Karl Korsch (2008) alertava para melhor compreender o pensamento de Marx e o próprio marxismo: aplica-lo a si mesmo.

A primeira abordagem teórica de Marx sobre as classes sociais foi realizada na obra *A Ideologia Alemã* (1984²) e, desse modo, é com essa obra que iniciaremos nosso percurso. Nessa obra, outros conceitos se apresentam como sendo de suma importância para responder à questão o que é uma classe social. Trata-se dos conceitos de divisão (social) do trabalho e modo de produção da vida. Segundo Marx,

as diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho são outras tantas formas diferentes de propriedade; ou seja, cada uma das fases da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si no que respeita ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (1984, p. 17).

Aqui é possível perceber a importância fundamental do conceito de divisão social do trabalho visto que este equivale a diferentes formas de propriedade determinando as relações entre os indivíduos no processo de produção. Seguindo o raciocínio de Marx percebe-se que o conceito de modo de produção da vida, também, é essencial (primeiro ato histórico), pois amplia a compreensão da relação existente entre divisão social do trabalho e classes sociais. Vejamos como ele coloca essa questão:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, surge agora imediatamente como dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social – social no sentido em que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstância for e não importa de que modo e com que fim. Daqui resulta que um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo da cooperação, ou fase social, e este modo da cooperação é ele próprio uma *força produtiva*; e que a quantidade das forças acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade, e, portanto, a *história da humanidade* tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca (MARX & ENGELS, 1984, p. 32-33).

Apesar do conceito de modo de produção ainda não se encontrar completamente desenvolvido nessa obra, já é possível visualizar a importância do mesmo na compreensão de toda essa discussão, pois, este possui no seu interior um determinado modo de cooperação equivalente à determinada configuração da divisão social do trabalho, uma força produtiva. A análise de Marx demonstrará que divisão social do trabalho e propriedade são expressões idênticas, pois “[...] numa enuncia-se em relação à atividade o mesmo que na outra se enuncia relativamente ao produto da atividade [...]” (1984, p. 37). Precedendo essa citação encontra-se uma “uma das passagens mais

² A data aqui apresentada é a da tradução e publicação realizada pela Editora Centauro e não a data de publicação dos originais que compuseram a obra que é de 1845-1846.

importantes de toda a obra de Marx, que, curiosamente, caiu no esquecimento ou não foi devidamente considerada em sua importância” (VIANA, 2012, p. 26), pois ela aponta elementos importantíssimos na compreensão segundo a qual a divisão social do trabalho é essencial (a chave) para a compreensão do processo de exploração (de uma classe sobre outra):

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas estas contradições, e a qual por sua vez assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição desigual tanto quantitativa como qualitativa, do trabalho e dos seus produtos, e portanto a propriedade, a qual já tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor de força de trabalho alheia” (MARX & ENGELS, 1984, p. 36 e 37).

Com a divisão social do trabalho está dada a contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo, em outras palavras, a contradição entre o interesse do proprietário e o interesse do não-proprietário. É exatamente por conta dessa contradição que o interesse comum “assume uma forma autônoma como Estado, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória [...]” (MARX & ENGELS, 1984, p. 37). Aqui, uma vez mais, Marx apresenta elementos que apontam para a conclusão segundo a qual é a divisão social do trabalho quem gera o antagonismo entre interesses sociais diversos, que coage a classe proprietária a se apropriar do poder político da sociedade através da regularização das relações sociais pelo Estado e esse, como não poderia deixar de ser, é composto, também por indivíduos interessados e que compõem outra classe social³ engendrada pela divisão social do trabalho.

A divisão social do trabalho constrange os indivíduos a exercerem atividades que não foram escolhidas por eles mesmos e, portanto, se apresenta como uma força estranha, opositora e sobrepujante que escapa ao próprio domínio do indivíduo. Portanto,

assim que o trabalho começa a ser distribuído, cada homem tem um círculo de atividade determinado e exclusivo que lhe é imposto e do qual não pode sair; será caçador, pescador ou pastor ou crítico crítico, e terá de continuar a sê-lo se não quiser perder os meios de subsistência [...] Esta fixação da atividade social, esta consolidação de nosso próprio produto como força objetiva acima de nós que escapa ao nosso controle, contraria as nossas expectativas e aniquila os nossos cálculos, é um dos fatores principais no desenvolvimento histórico até os nossos dias (MARX & ENGELS, 1984, p. 39).

³ Sobre a burocracia como classe social Cf. (VIANA, 2012; MAIA, 2013).

A partir dessa passagem nossa compreensão começa a se ampliar, pois nela, mais do que nunca, está claro que é a divisão social do trabalho, a fixação do indivíduo em uma atividade que suscita o pertencimento de classe e esse ocasiona o conflito de interesses, inclusive, de interesses de classes antagônicas (VIANA, 2012). A expansão da divisão social do trabalho promove o surgimento das classes sociais e assim tende a continuar ocorrendo. No entanto, ainda nos resta responder o que Marx compreende como sendo uma classe social? O que é uma classe social na teoria marxista?

Segundo Marx (1984), a primeira e grande divisão social do trabalho (separação entre trabalho material e trabalho intelectual) foi promovida pela separação entre cidade e campo. Na primeira emerge a necessidade da administração, controle, repressão, cobrança de tributos, da organização municipal, em suma da política em geral.

Aqui se revelou primeiro a divisão da população em duas grandes classes, a qual assenta diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é já a realidade da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres, das necessidades, ao passo que o campo torna patente precisamente a realidade oposta, o isolamento e a solidão. O antagonismo entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada (MARX & ENGELS, 1984, p. 64).

Nessa obra, Marx já apresenta três condições para a constituição do pertencimento de classe e que nos permite extrair sua concepção de classe social: possuir os mesmos interesses (*interesse de classe*), condições de vida comuns (*condições de classes*) e travamento de uma luta comum com outras classes (*enfrentamento/oposição de classes*).

Aplicando estes elementos na compreensão da nascente burguesia como classe social, Marx apresenta de forma extremamente elucidativa sua concepção:

Os burgueses de todas as cidades eram obrigados, na Idade Média, a unir-se contra a nobreza rural para salvarem a pele; a expansão do comércio, o estabelecimento de comunicações, levou as diferentes cidades a conhecer outras cidades, as quais tinham afirmado os *mesmos interesses* na luta contra o *mesmo contrário*. Das muitas corporações locais de burgueses tornaram-se, ao mesmo tempo, pelo antagonismo contra as relações vigentes, e pelo tipo de trabalho por aquelas condicionado, condições que a todos eles eram *comuns* e independentes de cada um deles. Os burgueses tinham criado estas condições na medida em que haviam cortado com o vínculo feudal, e foram por elas criados na medida em que foram condicionados pelo seu antagonismo contra a feudalidade que já encontravam vigente. Com o estabelecimento da ligação entre as diferentes cidades, estas *condições comuns* desenvolveram-se e tornaram-se *condições de classe*. As *mesmas condições*, o *mesmo contrário*, os *mesmos interesses*, tinham também de dar origem, por toda a parte e dum modo geral, a *costumes iguais* [...] Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma *luta comum contra uma outra classe*; de resto, contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros, em concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se, por seu turno, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de

vida, é-lhes indicada pela classe a sua posição na vida – e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal -, estão subsumidos na classe (MARX & ENGELS, 1984, p. 82-83).

Sendo assim, a concepção de classe social esboçada por Marx nessa obra aponta para a conclusão segundo a qual a constituição das classes sociais se dá a partir do momento em que determinados indivíduos possuem condições de vida comuns determinadas por um conjunto de atividades fixadas socialmente, que engendram interesses comuns e enfrentamentos a outra(s) classe(s) social(is) (VIANA, 2012; MAIA, 2013). Juntamente com essa conclusão, constata-se, também, que

o pertencimento de classe pressupõe condições de vida comuns, oposição e interesses também comuns. Assim, uma classe social significa que os indivíduos que a compõem possuem o mesmo modo de vida, já que suas condições de vida, oposição a outras classes, interesses, costumes e representações são compartilhados por todos os seus componentes. Daí se percebe que as classes sociais não são “construções arbitrárias” da mente humana e sim uma determinada relação social que é manifestação da vida de indivíduos reais. Também se percebe que o conceito de classes em Marx é relacional, uma classe só existe em relação com outras classes sociais, através da oposição e da luta. Esse modo de vida comum gera também costumes e representações semelhantes (VIANA, 2012, p. 30).

Antes de avançarmos na análise, crucial para os propósitos desse texto, sobre o que é uma perspectiva de classe, para logo depois apresentar a perspectiva da intelectualidade, gostaríamos de ressaltar um aspecto de extrema importância na compreensão de Karl Marx sobre as classes sociais e seu papel na conservação ou transformação radical de um modo de produção. Trata-se do papel de destaque no qual o proletariado assume no modo de produção capitalista. Nessa obra, ele resgata alguns elementos que já estavam presentes na *Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel*, isto é, a de que o proletariado é o agente da transformação social e emancipação humana geral:

Para alcançar esta posição libertadora e a direção política de todas as esferas da sociedade, não bastam a energia e a consciência revolucionárias. Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade civil coincidam, para que uma classe represente o todo da sociedade, outra classe tem de concentrar em si todos os males da sociedade, uma classe particular deve encarnar e representar um obstáculo e uma limitação geral. Uma esfera social particular terá de surgir como o crime notório de toda a sociedade, a fim de que a emancipação de semelhante esfera surja como uma emancipação geral. Para que uma classe seja classe libertadora par excellence, é necessário que outra classe se revele abertamente como a classe opressora (MARX, 2008, p. 18).

Em que classe social e porque razões se encontraria então a potencialidade da emancipação? Marx responde:

Na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de uma classe que seja a dissolução de todas as classes, de uma esfera que possua carácter universal porque os seus sofrimentos são universais, e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não se pode emancipar a si mesma nem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade sem as emancipar a todas – o que é, em suma, a perda total do homem, portanto, só pode redimir-se a si mesma mediante uma redenção total do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado (MARX, 2008, p. 20).

A tese segundo a qual a emancipação do proletariado representa a emancipação de toda a sociedade foi inicialmente esboçada na introdução dessa obra, mas também aparece em diversas outras como, por exemplo, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) que assim a expressava:

Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma *política da emancipação dos trabalhadores*, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação (MARX, 2004, p. 88-89).

A constatação expressa na tese apresentada nas duas últimas citações é de extrema importância para os propósitos desse texto, pois para que determinados intelectuais rompam com sua pertença de classe e possam expressar a perspectiva teórica revolucionária deve, necessariamente, partir da perspectiva da classe que é potencialmente revolucionária na sua práxis histórica, ou seja, deve partir da perspectiva do proletariado, da perspectiva segundo a qual sua libertação equivale a libertação de todas as outras classes sociais. Mais adiante retomaremos a essa questão primordial na teoria marxista das classes sociais. A partir de agora nos remeteremos a outra obra de Marx para melhor apreender seu esboço de uma teoria das classes sociais, todavia nos concentraremos na sua análise sobre as classes sociais no capitalismo, o modo de produção no qual emerge a intelectualidade.

As classes sociais no capitalismo

É comum nos depararmos com a absurda afirmação segundo a qual Marx só visualizava a existência de duas classes sociais nos modos de produção históricos. Tal absurdo se deve à existência de milhares de mal-leitores e, até mesmo, não-leitores de Marx dispostos a se posicionarem como aqueles que sabem realmente o que ele “disse ou não disse” e não, pelo contrário, interpretar e analisar de forma aprofundada a imensa

análise realizada por esse autor. Nesse verdadeiro processo de simplificação e cristalização ideológica se “passa por cima de inúmeros textos, inúmeras afirmações, passa por cima da complexidade e até sobre a autoridade do próprio autor (onde os textos deixam de ter validade para fundamentar a interpretação)” (VIANA, 2012, p. 38). Em diversas obras, Marx apresenta uma grande quantidade de distintas classes sociais tanto no período pré-capitalista, quanto no próprio capitalismo, porém, para mal-leitores e não-leitores, identificar isso é um trabalho quase impossível, quando não evitado propositalmente. Uma simplificação que, no mundo da inversão, se torna uma arma contra uma suposta análise simplificadora.

A título de exemplificação que contraria tais análises, nos contentaremos em apresentar brevemente diversas outras classes sociais, além das classes fundamentais, tão-somente na obra *O capital* de 1867⁴. Conforme já havia constatado Marx, a história da humanidade é a história da luta de classes, tal constatação foi mencionada em obras anteriores a *O capital*, contudo, é nessa obra que ele dedica uma análise pormenorizada sobre o processo de exploração de uma classe social sobre outra no capitalismo, sobre a luta de classes entre suas classes fundamentais (burguesia e proletariado), suas implicações na formação de outras classes (por exemplo, o lumpemproletariado), suas tendências e contra tendências, suas possibilidades, tal como a da construção concreta do comunismo etc. Em linhas gerais, é a partir dessa obra que se torna possível a visualização do seu esboço de uma teoria das classes sociais no capitalismo.

No primeiro e único prefácio de *O capital* escrito por Marx, em Londres, no dia 25 de julho de 1867, e equivalente à primeira edição dessa obra, é possível extrairmos alguns elementos importantíssimos, todavia não suficiente, para seguirmos juntando as peças do quebra-cabeça. Nesse, Marx assim se expressava:

Para evitar possíveis erros de entendimento, ainda uma palavra. Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas (1985, p. 13).

Aqui, conforme já nos alerta Maia em sua obra *As classes sociais em O capital* (2011), é possível apreendermos algumas questões importantíssimas, quais sejam: toda

⁴ Para constatar a existência de diversas classes sociais na obra de Karl Marx Cf. (MARX, 1985; MARX, 2007; MARX, 1997; MARX, 2008; MARX & ENGELS, 1998; MARX & ENGELS, 1984; VIANA, 2012).

pessoa/indivíduo anuncia determinadas categorias econômicas, expressam relações de classe específicas logo, portam determinados interesses. E mais, tal pessoa se encontra envolvida em relações de classe, quer queira quer não, sendo condicionada socialmente pelas mesmas, quer tenha ou não consciência disso, e não pode ser compreendida fora da totalidade dessas relações sociais. Buscaremos, a partir dessas constatações, apreender algumas das classes sociais apresentadas em *O capital* (1985).

Sendo leal à própria tese segundo a qual é na produção material da vida (determinação fundamental) que devem ser buscadas as múltiplas determinações das diversas relações sociais existentes em uma dada sociedade é que Marx terá como ponto de partida nessa obra a análise da produção capitalista de mercadorias, ou seja, das relações sociais envolvidas no processo de produção de mais-valor. Aquela força estranha impetuosa que escapa ao controle dos produtores e que é utilizada objetivamente pela classe proprietária dos meios de produção. Por conseguinte, é sobre a *relação-capital* que iniciaremos nossa análise sobre as classes no capitalismo. Porém, não realizaremos aqui uma análise detalhada sobre as classes fundamentais⁵ no capitalismo, pois esta tarefa já foi laborada em outro momento⁶, mas apenas apresentaremos seus traços gerais.

Toda e qualquer sociedade deve, para continuar existindo, produzir suas condições materiais de existência e, no caso da sociedade capitalista, essa é garantida através da produção de mercadorias que possuem valor de uso e de troca. Essa atividade produtiva equivale ao fundamento (base, alicerce) da divisão social do trabalho dessa sociedade. Portanto, a produção de mercadorias é realizada através das relações sociais de produção estabelecidas entre as classes sociais diretamente envolvidas nessa atividade fundamental, isto é, entre a classe produtora e a classe não-produtora e expropriadora. Em outras palavras, entre o proletariado e a burguesia.

⁵Nossa compreensão do que vem a serem as classes fundamentais de um modo de produção (feudal, capitalista etc.) se fundamenta na definição segundo a qual “as classes sociais fundamentais são aquelas que são constituídas pelo modo de produção dominante, tal como Marx deixou claro em várias passagens. Outras classes sociais são aquelas ligadas às demais relações de produção ou às relações de produção anteriores. Estes casos manifestam determinada divisão social do trabalho, na qual as atividades produtivas e de apropriação estão presentes e distinguem as classes sociais. Porém, isto não esgota a divisão social do trabalho. Esta se estende para outras relações sociais, promovendo atividades específicas voltadas para a reprodução das relações de produção. Sendo assim, as demais classes são derivadas das relações de produção e se incluem no que Marx denominou “superestrutura”, tal como o Estado, as formas “ideológicas”, etc. formando as classes sociais improdutivas. Marx desenvolve isso de forma mais profunda no caso do capitalismo, mas faz algumas breves referências a outros modos de produção onde existiriam tais classes. No caso do capitalismo, as referências são mais abundantes. Porém, resta saber o que determina a existência dessas classes, já que não formam uma única classe social. Isto vai depender de sua relação com o modo de produção dominante” (VIANA 2012, p. 67-68).

⁶ Cf. (BRAGA, 2013).

Sendo assim, compreender o processo de produção de mercadorias equivale a buscar compreender quem são e como se relacionam as classes sociais fundamentais dessa divisão social do trabalho capitalista. Para isso precisamos esclarecer a singularidade da produção de mercadorias no capitalismo, isto é, ser produtora de mais-valor. Mas, antes mesmo de compreendermos o que é o mais-valor, precisamos, primeiramente, questionar: O que determina o valor de uma mercadoria? Responder a essa questão foi um dos propósitos fundamentais do desenvolvimento da obra *O Capital* (1867) de Karl Marx. Para esse autor, a resposta a essa questão passa, necessariamente, pela constatação segundo a qual toda mercadoria é produto do trabalho humano e que o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção possui relação direta com a determinação do seu valor.

A mercadoria possui valor de uso e valor de troca. Como valor de uso ela se caracteriza por ter utilidade, por servir para determinadas finalidades e como valor de troca ela equivale a produto destinado a ser comercializado no mercado, trocado por dinheiro. Como valor de troca toda mercadoria expressa seu conteúdo que a distingue de outras mercadorias. Portanto,

no processo de troca, uma mercadoria possui um valor equivalente ao de outras mercadorias. Uma casa pode valer 03 carros, 50 bicicletas, e assim por diante. Isto quer dizer que 50 bicicletas vale o mesmo que 01 casa e 03 carros e 03 carros valem 50 bicicletas e 01 casa. O que se deduz daí é que essas três mercadorias diferentes expressam algo que é igual. Há algo comum e da mesma grandeza entre as três mercadorias e não é o valor de uso, pois são mercadorias bem diferentes uma da outra, com utilidades distintas. O que existe em comum entre estas três coisas é uma terceira coisa, que não é o valor de uso e nem o valor de troca. Como valores de uso, são objetos diferentes, com diferentes utilidades, o que significa que são diferenças qualitativas. Como valores de troca, possuem – enquanto unidade – valores diferentes, que é uma diferença quantitativa. Essa terceira coisa é o trabalho humano. As mercadorias são produtos do trabalho humano e essa é sua “propriedade comum” (Marx, 1988c) [...] (VIANA, 2012, p. 98-99).

Nessa trajetória, verifica-se que o que existe de comum em todas as mercadorias é que as mesmas contem determinada quantia de trabalho humano materializado, calculado em tempo de trabalho gasto na sua produção e que define seu valor de troca. Contudo, não se trata aqui de tempo de “trabalho concreto” despendido por trabalhadores individualmente, mas sim tempo de “trabalho abstrato”, isto é, trabalho social médio, pois,

o trabalho que é medido dessa maneira, isto é, pelo tempo, aparece não como o trabalho de diferentes sujeitos, mas, ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos do trabalho. Ou seja, o trabalho, tal

como se apresenta em valores de troca, poderia expressar-se como trabalho humano geral. Essa abstração do trabalho humano geral existe no trabalho médio, que qualquer indivíduo médio de uma sociedade pode executar; um gasto produtivo determinado de músculos, nervos, cérebro etc. É trabalho simples, ao qual qualquer indivíduo médio pode ser adestrado, e que deve executar de uma ou de outra forma. O caráter desse trabalho médio é, ele próprio, diferente em diferentes países e épocas culturais, contudo aparece como dado em uma determinada sociedade (MARX, 1982, p. 33).

Dessa maneira, todas as mercadorias possuem em comum o fato de conterem em seu valor acréscimo de mais-valor materializado pelo tempo de trabalho dispendido na sua produção. No entanto, tal acréscimo de valor não é perceptível na aparência da mercadoria, mas sim na sua essência que consiste em ser expressão de trabalho social e que só se realiza e se revela na relação social entre mercadorias. O valor de uma mercadoria, conseqüentemente, é determinado pelo quantum de tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la (MARX, 1985; VIANA, 2012). Resta agora sabermos de que jeito o trabalho acrescenta mais-valor à mercadoria. Na tentativa de respondermos a essa questão é que nos deparamos com a forma como as classes fundamentais do capitalismo se relacionam. Vejamos.

Ao longo do processo produtivo de mercadorias os custos gerados pela aquisição de matérias-primas, ferramentas, maquinaria etc. (trabalho morto) devem ser repassados visto que o propósito essencial dessa produção é o lucro. No entanto, tais elementos constituintes do trabalho morto não geram valor, pois somente o trabalho vivo, a força de trabalho (mercadoria) é que, no ato do seu consumo, materializa o mais-valor, isto é acrescenta mais-valor no processo produtivo. Aqui consiste a singularidade do modo de produção capitalista de mercadorias. Nesse, o valor da força de trabalho também é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua (re) produção e manutenção, ou seja, na garantia dos meios de sobrevivência necessários para a reprodução do indivíduo e da sua força de trabalho. Todavia, a burguesia não está interessada em uma produção que apenas repasse os custos do trabalho morto e gere o necessário para o pagamento de salários, pois dessa forma não há produção de capital, seu desígnio fundamental. A classe burguesa só se interessa nessa reprodução da força de trabalho porque nessa contém o segredo da produção capitalista: ser mercadoria que ao ser consumida acrescenta mais-valor na produção. Logo, o processo de produção capitalista de mercadorias equivale a um processo de expropriação de horas de trabalho não remunerada, pois o montante do tempo de trabalho que não o utilizado para tais repasses consiste em tempo para a produção de mais-valor (exploração do trabalho).

Por ser marcado necessariamente pela exploração do trabalho e por conta das contradições derivadas da própria acumulação (concentração/centralização de capital, concorrência entre capitais, ampliação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, tendência decrescente da taxa de lucro, maior disputa em torno do tempo de trabalho entre burguesia e proletariado etc.)⁷ é que a produção capitalista é marcada pela luta de classes entre suas classes fundamentais. Das necessidades derivadas de todo esse processo (maior controle do proletariado, gerência e administração burocrática da fábrica etc.) e da própria dinâmica da luta de classes (a questão do desemprego e do lumpemproletariado, por exemplo) tende, de forma crescente, a gerar novas classes sociais. É nessa conjunção que surge a classe social que é objeto central desse trabalho e que a partir de agora concentraremos nossa atenção sobre: a intelectualidade.

A intelectualidade como classe social

O que é a intelectualidade? Que relações ela possui com a classe dominante e com outras classes auxiliares da sociedade capitalista? Há distinção entre o indivíduo intelectual e a intelectualidade como classe social? De que forma a transformação social é encarada pela intelectualidade no seu principal espaço de atuação, isto é, na universidade? Buscando respostas para essas interrogações é que seguiremos desenvolvendo nossa reflexão.

Além das classes sociais fundamentais que se solidificam com a consolidação do capitalismo, esse modo de produção da vida, assim como outros modos de produção classistas, possui diversas outras classes sociais. A própria obra de Karl Marx é reveladora dessa diversidade de classes. Nessa podemos encontrar: camponeses, artesãos, pequenos comerciantes (lojistas), pequena burguesia, rentistas etc. (classes proprietárias não capitalistas); burocracia estatal e civil empresarial, comerciários, os trabalhadores dos serviços, os trabalhadores domésticos e o lumpemproletariado (classes improdutivas). E os intelectuais em que classe aparecem na obra de Marx?

Diversas classes sociais que hoje se apresentam consolidadas na sociedade capitalista, não se encontravam da mesma forma no século XIX, pois nesse, elas ainda eram bastante incipientes e por isso não receberam grande atenção por parte de alguns escritores, literários, filósofos, economistas ou outras denominações que os indivíduos

⁷ Para uma melhor compreensão da dinâmica da produção capitalista de mercadorias, suas tendências e contra tendências, contradições, possibilidades etc. conferir a totalidade da obra *O capital* de Karl Marx.

que compunham a intelectualidade receberam na época. A inexistência mesmo de um conceito que expressasse a totalidade desses indivíduos que dedicavam ao trabalho intelectual revela a incipiência dessa classe nesse século. Esse é o caso não só da intelectualidade, mas também da burocracia como classe social (as classes das formas de regularização das relações sociais⁸).

Marx não chegou a sistematizar uma análise sobre a intelectualidade como classe social, no entanto, é possível abstrair de diversas passagens da sua obra sua compreensão sobre os indivíduos que se dedicavam ao trabalho intelectual e, deste modo, compunham a embrionária intelectualidade como classe social e o seu papel em uma sociedade classista, isto é, auxiliar a burguesia no processo de dominação. Mas de que forma essa classe promove tal auxílio? Segundo Marx e Engels,

os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras, uma consciência e pensam em consequência. Enquanto dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua amplitude, obviamente esses indivíduos dominam em toda a extensão da sua classe, dominam, como seres pensantes, como produtores de ideias e, regulamentam a produção e distribuição das ideias de sua época. As suas são, pois, as ideias dominantes da época a que pertencem. Tomemos para exemplo um tempo e um país, onde a realeza, a aristocracia e a burguesia disputam umas às outras o poder e onde este é, por conseguinte, partilhado. Acontece que, neste caso, o pensamento dominante é a doutrina da divisão dos poderes que, então, surge enunciada como uma “lei eterna”. Voltamos a encontrar aqui a divisão do trabalho de que já tínhamos falado como uma das forças fundamentais da história. Manifesta-se também na classe dominante em termos de divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, de modo que encontramos duas categorias de indivíduos no interior dessa mesma classe. Uns são os pensadores dessa classe, os ideólogos ativos, capazes de se elevarem à teoria, que tiram a substância principal das ilusões que essa classe elabora sobre si própria, enquanto os outros têm uma atitude mais passiva e mais receptiva diante desses pensamentos e essas ilusões, porque são os membros realmente ativos dessa classe e têm menos tempo para se dedicarem a ilusões e ideias acerca de si próprios [...] Suponhamos que nos limitamos ao fato de que estas ou aquelas ideias dominaram numa dada época, sem nos preocuparmos com as condições da produção, nem com os produtores dessas ideias, abstraindo, portanto, os indivíduos, e as circunstâncias mundiais que estão na base dessas ideias. Seremos levados, então, a dizer, por exemplo, que, no tempo em que a aristocracia dominava, era o reino dos conceitos de honra, de fidelidade etc., e que, no tempo em que a burguesia detinha o poder, era o reino dos conceitos de liberdade, igualdade, etc. É o que imagina a própria classe dominante no seu conjunto. Essa concepção da história, comum a todos os historiadores, muito especialmente desde o século XVIII, colidirá necessariamente com esse

⁸ Para Maia, “de um ponto de vista teórico, pode-se afirmar que uma sociedade é a unidade entre modo de produção e formas de regularização. O modo de produção é o conjunto de relações que materializam determinado tipo de produzir os bens materiais necessários a uma dada sociedade. Um determinado modo de produção geralmente convive com outros, por isto é lícito falar em um modo de produção dominante e modos de produção subordinados. Por exemplo, no seio da sociedade capitalista, há a existência de modos de produção subordinados, tal como o modo de produção camponês, que é uma forma não-capitalista de produção que convive de forma subordinada às relações capitalistas propriamente ditas. As formas de regularização são o Estado, a cultura, as ideologias, os valores etc. que, como indica o próprio conceito, regularizam as relações de produção” (2013, p. 33).

fenômeno: todos os pensamentos reinantes são cada vez mais abstratos, isto é, mascaram-se cada vez mais com a forma da universalidade. Com efeito, cada nova classe, que toma o lugar da que dominava antes, é obrigada, até unicamente para atingir os seus fins, a apresentar os seus interesses como se representassem o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias, essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a apresenta-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos válidos universalmente (1979, p. 10-11).

Nessa passagem é possível abstrair o papel dos intelectuais (ideólogos) em uma sociedade de classe, qual seja auxiliar a classe dominante construindo ideias que legitimem a sociedade vigente (fundamentada na exploração da burguesia sob o proletariado), que naturalize as relações sociais dominantes, que as apresentem como as únicas relações sociais possíveis, que relativiza a realidade concreta obstaculizando a compreensão correta da mesma, que apresenta explicações abstratas sobre o concreto etc. E desse modo, as relações concretas estabelecidas entre as classes fundamentais dessa sociedade, assim como das demais classes auxiliares e exploradas, são ofuscadas pela ideologia (falsa consciência sistematizada) produzida pela intelectualidade. A constatação desse papel está presente em diversas outras obras de Marx (e Engels em alguns casos). Basta, para exemplificar mais uma vez, se atentar a análise contida no volume I de *O capital* sobre o papel dos economistas (também pertencentes à intelectualidade) vulgares, apologéticos e sicofantas do capital, cujo objetivo primordial era o de legitimar as relações de produção capitalistas e não revelar a realidade da exploração contida nas mesmas (MARX, 1985; VIANA, 2007).

Entretanto, é visível que nessa mesma passagem existem algumas ambiguidades, inconsistências e, até, mesmo senectudes⁹ na concepção de classe social, especificamente, em relação à classe dos intelectuais (e outras classes também). A mais visível delas é a de encarar a intelectualidade como parte da própria classe burguesa. Mas para nós tais ambiguidades se devem ao fato de que a intelectualidade como classe social ainda não havia se consolidado e seu desenvolvimento não se apresentava de forma nítida na primeira metade do século XIX. Sendo assim, está

claro que, a classe intelectual (incluindo artistas, cientistas, etc.) ainda é muito incipiente nesse momento. É uma classe em formação, cuja quantidade, autonomia, posição política, auto-imagem, ainda é pouco perceptível. O seu assalariamento como classe social improdutiva ocorrerá de forma mais consolidada a partir da segunda metade do século 19, ou seja, no regime de

⁹ As inconsistências na obra de Marx referem-se aos aspectos que não foram suficientemente desenvolvidos, ficaram incompletos ou apresentaram uma resposta não satisfatória. As senectudes correspondem aos elementos que só foram surgir e se desenvolver no período após a produção teórica de Marx e, portanto, não poderiam ser contemplados, nem tampouco desenvolvidos devidamente em sua concepção de classe social. Para melhor compreensão dessa discussão Cf. (VIANA, 2012).

acumulação intensivo e por isso não se poderia solicitar de Marx uma análise dela no período em que produziu suas obras (VIANA, 2012, p. 257).

A intelectualidade não nasce imediatamente com a emergência do capitalismo, mas sim com o passar do tempo, com o desenvolvimento e consolidação desse modo de produção. Somente a burguesia e o proletariado surgem no momento imediato ao surgimento do capitalismo, pois são suas classes fundadoras. O período de transição do feudalismo para o capitalismo, em linhas gerais entre os séculos XV e XVIII na Europa, foi marcado por um progressivo processo de enfraquecimento das instituições feudais e por um progressivo processo de crescimento/fortalecimento das instituições tipicamente capitalistas. Tal transição foi caracterizada, dentre outras coisas, por uma maior promoção da divisão social do trabalho, responsável por possibilitar a emergência de trabalhadores especialistas, tal como aqueles que passaram a se dedicar exclusivamente ao trabalho intelectual.

É no século XIX que emerge a intelectualidade, juntamente com o aparecimento das instituições burguesas (organizações burocráticas), tal como a universidade, que passa a se constituir como locus privilegiado de formação e reprodução dessa classe social. Portanto, a intelectualidade começa a se constituir como classe a partir do momento em que um conjunto de indivíduos passa a se dedicar exclusivamente ao trabalho intelectual especializado, se submetendo a um conjunto de regras disciplinadoras e modeladoras dessa importante força de trabalho, assim como produzindo um conjunto de ideologias (no sentido marxista do termo) legitimadora da sociedade capitalista, de suas instituições e suas relações sociais. Para Viana,

os intelectuais são produtos das universidades e ao mesmo tempo são os responsáveis por sua reprodução. Parte dos intelectuais formados nas universidades acabam sendo absorvidos por ela mesma recebendo o papel de formação de outros intelectuais. Como força de trabalho, não apenas adquire um determinado saber, cujo grau e qualidade variam, bem como uso posterior, e é constringido ao regime disciplinar que é uma preparação para a sua adequação ao seu lugar na divisão social do trabalho. Nesse sentido, há um processo de preparação dos indivíduos, sua ressocialização, para reproduzir a sociedade capitalista e seu lugar na mesma, através da violência disciplinar e cultural imposta pela universidade. Além da formação de uma força de trabalho especializada, a universidade tem o papel de produzir um saber legitimador da sociedade capitalista e de suas relações e instituições. A produção e, principalmente, reprodução de ideologias, saberes técnicos, valores, visa adequar os indivíduos à sociedade e à divisão social do trabalho produzido por ela (2013, p. 62).

Conforme foi dito no início desse artigo, para que exista uma classe social, o conjunto dos indivíduos que a compõe deve possuir um modo de vida comum, interesses comuns e oposição/enfrentamento comum a outras classes. Deste modo, para que a

intelectualidade se constitua como uma classe, a existência dessas três características é essencial, sua precondição. É a partir de sua atividade, de seu trabalho assalariado improdutivo, que essa classe social adquire um modo de vida comum a todos os seus componentes e que é definido pela divisão social do trabalho gerada a partir do modo de produção capitalista dominante. Em sua atividade a intelectualidade cria uma série de costumes, valores e representações comuns (VIANA, 2012).

Em sua obra *Sociologia dos Intelectuais* (2005), Leclerc demonstra de que forma a atividade intelectual acaba por constituir um modo de vida dessa classe social. Para ele,

o intelectual manipula [produz, consome, reproduz, distribui] ideias, sejam elas literárias ou científicas, culturais ou ideológicas. Ora, o trabalho com e sobre as ideias implica uma forma de sociabilidade específica, que nem sempre se encontra, nem unicamente, seu lugar de exercício único na universidade, nos escritórios editoriais, nos laboratórios ou nas salas de redação [...] as redes intelectuais supõe uma socialidade (ou sociabilidade) e marcadores de identidade que são a antítese da fábrica e do escritório. Existem lugares privados e públicos que são não somente o foco de elaboração dessa sociabilidade, mas o espaço de produção real das ideias, na medida em que elas são tanto um bem coletivo como individual. Esses lugares foram, ao longo do século XIX, os salões, às vezes os clubes. Hoje são mais os colóquios e encontros [...] Uma das atividades principais dos *labos* (fundações de pesquisa) consiste na organização, no patrocínio, na gestão de seminários e colóquios sempre mais numerosos (2004, p. 71-72).

A atividade da intelectualidade, devido ao papel que ela ocupa na divisão social do trabalho, produz um modo de vida que lhe é comum, típico daqueles que a exercem cotidianamente. Esse modo de vida coage ao cumprimento de certas regras e normas burocráticas específicas, gera necessidades próprias, se organiza de forma corporativista, estabelece ligação com outras instituições, tais como editoras, centros de pesquisa e financiamento de pesquisas, em muitos casos estabelece vínculos com sindicatos, partidos políticos e com o próprio Estado. Essas ligações aliadas às necessidades da intelectualidade acabam por padronizar um modo de vida, um conjunto de valores e representações típicas dos indivíduos que ocupam essa função na sociedade. E para galgar os degraus superiores desses espaços de sociabilidade intelectual uma postura política moderada, conservadora e reacionária é uma exigência incondicional. (VIANA, 2012).

Os interesses de classe são constituídos através das relações sociais que a intelectualidade estabelece na sociedade capitalista, pelo modo de vida dessa classe, pelos valores que tal modo de vida constitui, pelo reconhecimento e status social, pela posse de bens que podem acessar e consumir etc. Tudo isso está relacionado com a renda que essa classe social adquire. Desse modo, cabe então questionar de onde vem a renda da

intelectualidade na sociedade capitalista? Segundo uma interpretação marxista, podemos afirmar que

no capitalismo, os intelectuais são trabalhadores assalariados improdutivos, no sentido marxista do termo, isto é, trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de um salário mas não produzem mais-valor. Os salários dos intelectuais são muito maiores do que dos trabalhadores produtivos (proletários) e de outros setores da sociedade. A definição do salário dos intelectuais está ligada, por um lado, ao custo de reprodução desta força de trabalho específica e, por outro, às suas ligações com o Estado capitalista e demais instituições da sociedade burguesa, isto é, por sua utilidade para os interesses da classe dominante. É claro que juntamente com isto está o poder de pressão dos intelectuais, isto é, a luta de classes, bem como a hierarquia no interior desta classe social, já que no capitalismo a complexificação da divisão social do trabalho cria inúmeras subdivisões no interior das classes sociais. A função dos intelectuais é produzir e/ou reproduzir determinados saberes que são de interesse daqueles que detém o poder (VIANA, 2006, p. 01).

Vimos então que a intelectualidade como classe social serve aos interesses da burguesia e a auxilia no processo de dominação, no entanto, isso não quer dizer que todos os intelectuais são, por excelência, conservadores, pois alguns indivíduos podem romper com sua pertença de classe e se posicionar a partir dos interesses de outras classes sociais. Esse é o caso, por exemplo, dos intelectuais marxistas (autênticos).

Conforme salienta Viana (2006), todo indivíduo possui uma autonomia relativa em relação à classe social que pertence e por isso alguns podem romper com os valores e perspectivas da sua classe. Isso pode ocorrer devido a inúmeros fatores, como por exemplo, a vivência de uma experiência anterior à pertença da intelectualidade, pois nem todos intelectuais nascem nessa classe social, visto que alguns antes de ingressarem na universidade (local de produção e reprodução da intelectualidade) pertenceram a outras classes sociais exploradas e, ao entrar em contato com o pensamento complexo (teoria sistematizada), obtém maior consciência da sua antiga condição de explorado e passa a utilizar dessa consciência para travar uma luta cultural¹⁰ contra a classe dominante e suas classes auxiliares. Inúmeros outros fatores podem gerar o rompimento do indivíduo intelectual com a intelectualidade. No entanto, as condições materiais são mais favoráveis para a geração de uma identidade no indivíduo para com sua atual pertença de classe, porém essa não é uma lei absoluta. Se assim fosse, nem sequer a produção desse ensaio seria possível.

A universidade é fruto do desenvolvimento do capitalismo que a partir do século XIX expandiu a divisão social do trabalho, da técnica, do saber especializado e da

¹⁰ Para mais detalhes sobre a relação entre os intelectuais e a luta cultural Cf. (MARQUES, 2013).

burocratização institucional. Isso acabou por promover uma aceleração do processo de racionalização da sociedade capitalista através da universalização do saber. Consequentemente, a universidade adquiriu um papel de suma importância, tendo como propósito principal garantir a expansão e reprodução das relações de produção capitalistas. Percebe-se então que a universidade nasce como instituição a serviço do capital e, desse modo, permanece até os dias atuais. Para garantir esse propósito a universidade conta com outra classe auxiliar da burguesia: a burocracia (estatal e universitária) (TRAGTENBERG, 2004; VIANA, 2013; MAIA, 2013). Conforme afirma Viana,

as universidades são organizações burocráticas que exercem um poder e esse processo possui agentes reais, concretos. Obviamente que as universidades estatais estão submetidas ao aparato burocrático estatal e as universidades privadas ao capital educacional, embora haja o controle indireto da legislação, financiamento, etc. A burocracia universitária regulariza as relações internas através da disciplina, ordem, regimentos, saberes autolegitimadores, etc. O Estado capitalista, via suas ações diretas, ou seja, da burocracia estatal, ou indiretas, as da burocracia universitária, impõe a produção da força de trabalho especializada e disciplinada cuja ação será contribuir com o desenvolvimento tecnológico capitalista, a manutenção do controle social, produção de saber (técnico, ideológico útil para o capital, legitimador das relações sociais existentes e ideologias conservadoras e pseudocríticas. Os processos de ensino e sua dinâmica através dos currículos, grades curriculares, estão voltados para a formação dos especialistas disciplinados a serviço do capital, com raras e pontuais exceções (2013, p. 62-63).

A burocracia universitária (assim como outras frações da burocracia) é caracterizada por um modo de vida assinalado por seu papel dirigente e controlador, porém tal papel é realizado numa situação de subordinação e dependência salarial da burguesia e, por isso, sua razão de ser é auxiliar a classe dominante (VIANA, 2012; MAIA, 2013). Com esse intuito é que nascem as instituições burguesas, tal como a universidade que

não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, na qual as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores, ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber “objetivo”, acima das contradições sociais (TRAGTENBERG, 2004, p.12).

Toda instituição tipicamente burguesa, isto é, organizada de forma burocrática, é marcada pela hierarquia dos cargos, funções de controle, tratamento (im)pessoal e categórico para com o público, assim como pela relação dirigentes/dirigidos que tende a reproduzir as relações de poder próprias da sociedade capitalista e naturaliza-las, encarando-as de forma fetichizada, como sendo inevitáveis e extremamente necessárias (só não revelam para que finalidade e para quem).

No caso da universidade, isso é mais perceptível no que se refere à relação estabelecida entre o intelectual/professor e o aluno, pois essa é marcada por características típicas da sociabilidade capitalista, tais como o predomínio da autoridade do primeiro e seu abuso sobre o segundo, pelo controle, opressão e submissão dos alunos na forma de chamadas (ausência/presença na sala de aula) e sistema de exames/avaliações, na falta de uma participação significativa dos alunos nas instâncias de deliberações, bem como na construção de conteúdos a serem ministrados etc. Em suma, pelo predomínio de uma heterogestão intelectual. Juntamente com isso, outras relações sociais próprias dessa instituição revelam os interesses e perspectivas da intelectualidade. Uma que merece destaque é a da recepção e tratamento, por parte da intelectualidade, dos alunos que desenvolvem de forma autônoma um conhecimento crítico/contestador e os manifesta em sala de aula, muitas vezes contestando o professor-intelectual e seus “ídolos”. Não é difícil encontrarmos no interior da universidade alunos que sofrem com perseguições, injustiças, calúnias e assédio moral por parte dos indivíduos pertencentes a essa classe, pois esses, com todo o culto à autoridade dominante na universidade, não costuma aceitar intervenções, críticas, questionamentos concretos etc.

O bom aluno, geralmente, é o aluno submisso e capacho que tudo aceita e segue. Esse é o típico aluno que não costuma ter grandes problemas nos sistemas de exames, na seleção de bolsas de estudos, em seleções para ingresso na pós-graduação etc. Já o “péssimo” aluno, o crítico/contestador, recebe o oposto desse tratamento. Claro que o predomínio dessas relações gera também o aluno interessado, aquele que em nome de interesses privados segue reproduzindo a “cartilha da dominação”, submetendo-se, cooptando-se e reproduzindo as práticas e discursos dominantes no espaço universitário. O máximo que esse almeja é subir nos degraus da carreira intelectual e se tornar o novo reproduzidor de tais opressões. Na universidade, nem sempre, ou quase nunca, a qualidade do aluno é medida pela qualidade do argumento, pela capacidade de raciocínio e coerência no debate, mas sim pelas relações de submissão, capacidade de compactuar com o opressor, favores pessoais e outras práticas medíocres¹¹, tais como a de determinada intelectual/docente de uma universidade do centro-oeste do país que

¹¹ O mesmo serve para a forma como se “medi” a capacidade dos intelectuais academicistas na academia. Já na sua época Max Weber tinha percepção dessa realidade e certa vez sugeriu “que todos aqueles que queriam ser acadêmicos deveriam responder à seguinte pergunta: ‘em sua consciência, você acredita que pode aguentar o fato de medíocres atrás de medíocres, anos após anos, ascendam mais que você, sem se tornar amargurado e sem sofrer um colapso?’ Ele acrescentou: ‘descobri que raros homens conseguem suportar tal situação’” (JACOBY apud VIANA, 2013, p. 67).

obrigava vossos orientandos bolsistas (eis aqui sua moeda de troca) a pagar suas contas no banco, buscar e levar seus filhos na escola, limpar seu quintal etc.... E esse não é um caso isolado. Como diria Tragtenberg, “a universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas também pelos servos que ela forma” (2004, p. 14).

A perspectiva de uma classe social se revela, dentre outras coisas, nos valores, concepções e na direção que esses apontam (conservação, reforma ou transformação da sociedade). Portanto, a perspectiva da intelectualidade se apresenta na sua concepção ideológica, no conjunto de suas metodologias, referências e ideologias dominantes na universidade. Desde a década de 1980 vem predominando nos cursos de humanas, as ideologias oriundas da *contrarrevolução cultural preventiva* expressa pelo pós-estruturalismo (pós-modernismo) e sua *essência contrarrevolucionária*. Tal corrente do pensamento, como acertadamente coloca Viana (2009), não passa de uma auto ilusão dos seus ideólogos, uma armadilha ideológica. Vejamos.

A armadilha ideológica do pós-modernismo possui duas faces. Uma delas consiste em acreditar no seu discurso. Primeiramente, o termo pós-modernismo não equivale a um conceito, isto é, não expressa nenhuma realidade concreta, pelo contrário, nesse a realidade é invertida, portanto, não passa de um constructo: uma deformação da realidade (VIANA, 2007a). Em linhas gerais, o pós-modernismo se caracteriza como uma ruptura com o modernismo, seu racionalismo e seu caráter totalizante. Isto, no fundo, é uma ficção, pois o modernismo não é um todo homogêneo, possui diversas correntes semelhantes, mas também divergentes. Sua outra face se revela na homogeneização do modernismo, para logo depois se apresentar como uma grande novidade histórica antagônica e substitutiva desse.

Na realidade, o dito pós-modernismo não superou o modernismo, mas tão somente se equivale a uma de suas tendências que se torna, em certo momento histórico, hegemônica. Como nova tendência artística ele apresenta uma novidade. No entanto, essa não é, como querem os ditos ideólogos pós-modernos, tão drástica a ponto de se apresentar como uma superação do modernismo e seus paradigmas, “o que é uma autoilusão bastante pretensiosa” (VIANA, 2009, p. 152). Deixaremos de lado a análise sobre o pós-modernismo no mundo da arte e partiremos diretamente para suas ideias no campo da filosofia e sociologia.

A origem de uma suposta época pós-moderna ou da pós-modernidade está relacionada com a tese, inaugurada no pós Segunda Guerra Mundial, que afirma a

passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial. Esse é o caso de Lyotard (1986), Daniel Bell (1977) e Alain Touraine (1970). A passagem para uma sociedade pós-industrial formaria a base social das diversas transformações culturais que comporia a pós-modernidade. A questão fundamental a se levantar aqui versa sobre o que caracteriza essencialmente a modernidade, para logo depois analisarmos que transformação essencial essa sofreu a ponto de denominarmos a “nova sociedade” como pertencendo a pós-modernidade? Nesse ponto, o próprio termo se revela um tanto quanto limitado, visto que se houvesse ocorrido uma mudança drástica essa revelaria uma *essência radical* a ponto de exigir um novo conceito definidor dessa essência e não apenas uma preposição (pós) que indica que essa sociedade é pós-aquela. O mundo capitalista, por exemplo, nunca se caracterizou por ser pós-feudal. Aqui já se encontra uma das pobreza conceituais do termo e do que ele viria a significar (VIANA, 2009).

No fundo o que ocorre no final da década de 1960 e início da década de 1970 é a passagem do regime de acumulação intensivo-extensivo (ou conjugado) para o regime de acumulação integral¹². Isso equivale dizer que o capitalismo sofreu alterações nas suas *formas* de organização das relações de trabalho (toyotismo e similares), na sua forma estatal (o neoliberalismo) e nas suas relações internacionais (marcada pelo neoimperialismo), mas não na sua *essência*, pois esse ainda se fundamenta na produção/extração de mais-valor e de toda a totalidade social envolvida na mesma.

Esse período de transição de um regime de acumulação para outro foi marcado pelo acirramento da luta de classes, visível na emergência do movimento operário revolucionário que realizou um enorme movimento grevista e de ocupação de fábricas que paralisou toda a França, bem como de diversas outras lutas e movimentos sociais, o movimento de contracultura, o movimento estudantil radical francês que passou a ocupar massivamente as ruas, a controlar alguns bairros e universidades, enfrentando duramente as forças repressivas, superando as estruturas burocrático-burguesas dos partidos políticos e sindicatos etc¹³. Deve-se destacar também, que nesse contexto efervescente diversas teorias revolucionárias – marxismo autogestionário, situacionismo, anarquismo - foram recuperadas e passaram a ganhar terreno. Em suma, o capitalismo se viu ameaçado por alguns instantes e o episódio denominado de *Maio de 68* foi revelador desse momento de

¹² Cf. (VIANA, 2009).

¹³ Cf. (VIGNA, 2008); Vídeo *Maio de 68, Rebelião estudantil e Lutas operárias*. Disponibilizado em: <http://www.youtube.com/watch?v=T26TXTB0MQE>.

radicalidade da luta de classes e crítica da sociedade burguesa em sua totalidade. Por isso ele

assume um caráter exemplar e é justamente a derrota deste movimento que marca a formação de ideologias embrionárias e passam a expressar a nova situação histórica e a passagem para um novo regime de acumulação, que necessita de novas ideologias (VIANA, 2009, p. 164).

A repressão violenta, o refluxo das lutas estudantis e operárias que ameaçaram a manutenção e a reorganização social vigente, forma o cenário que envolve o nascimento da ideologia pós-estruturalista. Essa, como uma boa ideologia que é, tem como razão de ser programar uma luta cultural que garanta ao capitalismo a regularização das relações sociais necessárias para sua reprodução. Tal programação foi realizada pela intelectualidade europeia que agora se auto intitula pós estruturalista (antes do maio de 68 muitos desses intelectuais se denominavam estruturalistas: Foucault é um exemplo típico) e que foram os responsáveis por promover essa *contrarrevolução cultural preventiva*. Mas de que forma foi e ainda é realizada essa contrarrevolução?

Com o refluxo das lutas sociais e o retorno à “normalidade” capitalista, a classe dominante juntamente com suas classes auxiliares, iniciam uma contraofensiva cultural, na qual o papel da intelectualidade ganha um peso importantíssimo, uma vez que, na divisão social do trabalho, cabe a essa classe sistematizar uma falsa consciência da realidade. Dessa forma, após a derrota do *Maio de 68*, no mundo da produção intelectual se inicia uma batalha ideológica visando assimilar aspectos isolados e domesticados da cultura contestadora predominante nos períodos de acirramento da luta de classes:

A forma como isto foi realizado caracterizou-se, principalmente, pela retomada das temáticas anteriores (cotidiano, crítica da razão instrumental, ciência etc.) e através de sua despolitização e recusa da totalidade. Em grande parte dos casos, a crítica da razão instrumental aparece sob a forma de irracionalismo, ou seja, aparece como a crítica da razão em si, que é acompanhada por uma crítica da categoria totalidade, ou das “metas-narrativas”. A análise do cotidiano se torna moda, mas devido à recusa da totalidade, se torna descritiva ou fetichista, através do seu isolamento das demais relações sociais. É nesse momento histórico que os intelectuais estruturalistas (Foucault, Derrida, Kristeva etc.), pseudomarxistas (Toni Negri, Castoriadis etc.), entre outros, vão se metamorfoseando em pós-estruturalistas. É nesse período que surge a “História das mentalidades” no campo historiográfico francês, em substituição à geração de Braudel e da história econômica, bem como surge a micro-história, a versão italiana do pós-estruturalismo em historiografia. A terceira geração da Escola dos Annales, pós-estruturalista, assume o poder em 1969. Isso não é mera coincidência (VIANA, 2009, p. 164-165).

Com o objetivo de combater a tendência declinante da taxa de juros – crise insolúvel do capital – era necessário desacelerar a produção arrebatadora dos meios de produção, razão primordial do aumento da composição orgânica do capital, deslocando

os investimentos desses para as esferas do consumo. Para isso diversas estratégias extremamente necessárias para alavancar a acumulação capitalista foram tomadas. Dentre elas, a que mais se destaca, e nos interessa aqui, é a reprodução ampliada do mercado consumidor a partir da mercantilização da cultura. Nesse processo a produção cultural ideológica cumpre dois papéis importantes, a saber: a ampliação do mercado consumidor de publicações-mercadorias, ideias-mercadorias e a promoção de uma contrarrevolução cultural/intelectual preventiva:

A essência do pós-estruturalismo é a contrarrevolução intelectual. Essa contrarrevolução se fundamenta na autoimagem ideológica de ruptura com o modernismo, o que realiza, em parte (com algumas tendências modernistas, tal como o estruturalismo, mas ao mesmo tempo retoma elementos das abordagens aparentemente superadas), mas, principalmente, com uma oposição frontal à cultura contestadora que esteve presente no processo das lutas sociais da época, especialmente o marxismo. A ideia de abandono das metanarrativas (em termos mais exatos, da categoria dialética de totalidade), defendida por Lyotard e repetida dezenas de vezes por outros ideólogos pós-estruturalistas, tal como a condenação da teoria (Foucault, 1989; Castoriadis, 1987) não são apenas questões metodológicas ou racionais, são questões políticas. A recusa da totalidade é a porta de entrada para a despolitização das questões sociais e do cotidiano. A recusa da teoria [ou da razão em geral] é outro elemento dessa despolitização. A despolitização metodológica e intelectual – na qual o pesquisador, pensador, cientista, filósofo, etc., deve abandonar a análise totalizante, é complementada pela despolitização teórica ao pregar o abandono da teoria [por ser totalizante, como diria Foucault], que interpretaria esta totalidade na realidade concreta. Contudo, embora haja uma recusa da totalidade em geral, em algumas manifestações específicas o que ocorre é recusa da totalidade numa perspectiva dialética, ou seja, da totalidade concreta [apresentando ou não uma concepção totalizante, mesmo que metafísica]. Essa concepção de totalidade, ao contrário das concepções metafísicas e racionalistas [com a qual é muitas vezes confundida, seja por má fé ou por ignorância] remeta ao concreto e sua determinação fundamental, bem como suas múltiplas determinações (VIANA, 2012, p. 150-151).

A universidade vive hoje sob o domínio dessa contrarrevolução intelectual, pois o pós-estruturalismo tornou-se, a partir da década de 1980, a ideologia dominante nos cursos de ciências humanas. Dessa forma, a contrarrevolução cultural promovida pela intelectualidade cumpre o seu papel na luta de classes, isto é, previne a emergência de um novo ciclo de lutas políticas e culturais tal como o ocorrido no Maio de 1968. Tal prevenção é realizada através dessa essência contrarrevolucionária da ideologia pós-estruturalista.

Juntamente com a afirmação dessa ideologia contrarrevolucionária vem a “negação” da teoria revolucionária na universidade. Porém, tal negação não vem, pelo menos até então, acompanhada de uma crítica fundamentada e sistematizada ao marxismo (expressão teórica do movimento operário revolucionário, como bem demonstrou Karl Korsch). O que geralmente encontramos na universidade são pseudocríticos do

marxismo, visto que a maioria que se posiciona como sendo críticos do marxismo nem sequer conhece a fundo essa produção teórica complexa. Geralmente são mal-leitores ou não-leitores de Marx. Talvez o máximo de contato com essa teoria veio de suas vertentes deformadoras, compostas pelas várias correntes do bolchevismo. Dessa forma, percebe-se que a intelectualidade tem aversão à ideia de transformação radical da sociedade e isso é expresso por sua aversão à sistematização teórica das experiências revolucionárias do proletariado e da dinâmica da luta de classes, um dos principais fundamentos da sociedade capitalista, e que foi melhor expressado pelo marxismo.

Referências

BRAGA, L. *Terry Eagleton contra os pós-modernos – a ironia de uma crítica corrosiva*. Em: BRAGA, L. & MARQUES, E. *Intelectualidade e luta de classes*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

_____. *Classe em farrapos – acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

KORSCH, K. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LECLERC, G. *Sociologia dos Intelectuais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.

MAIA, L. *As classes sociais em O Capital*. Pará de Minas, MG: Virtual Books, 2011.

_____. *A burocracia escolar*. Em: SILVA, J. et al (orgs.) *Classes, Estado e Sindicalismo*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

MAKHAÏSKI, J. W. I. *A conspiração operária*. Em: TRAGTENBERG, M. (org.). *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

MARQUES, E. *Intelectuais e luta cultural*. Em: BRAGA, L. & MARQUES, E. *Intelectualidade e luta de classes*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

MARX, K. *Para a crítica da filosofia do direito de Hegel*. Covilhã: Lusofia, 2008.

_____. *O 18 brumário*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *As lutas de classes na França – de 1848-1850*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. *O capital*. Vol. 01. 2ª edição. São Paulo: Nova cultural, 1985.

_____. *Para a crítica da economia política – salário, preço e Lucro; o rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARX, K. & ENGELS, F. *Sobre literatura e arte*. São Paulo: Global editora, 1979.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora centauro, 1984.

_____. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TRAGTENBERG, M. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

VIANA, N. *Escritos metodológicos de Marx*. Goiânia: Alternativa, 2007.

_____. *A concepção dialética do conceito*. Em: VIANA, N. *A consciência da história – ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e letras, 2009.

_____. *A intelectualidade como classe social*. Revista espaço acadêmico, número 63, agosto de 2006. Em: www.espacoacademico.com.br/063/63esp_viana.htm Acessado em: 02/02/2014.

_____. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

_____. *A essência contrarrevolucionária do pós-estruturalismo*. Anais do II Simpósio Nacional Marxismo Libertário, 09 a 11 de maio de 2012a, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, páginas 146-155. Em: www.academia.edu/5228033/A_Essencia_Contrarrevolucionaria_do_Pos-Estruturalismo Acessado em: 25/04/2014.

_____. *Intelectualidade e Instituições*. Em: SILVA, J. et al (orgs.) *Classes, Estado e Sindicalismo*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

VIGNA, X. *As greves operárias de maio-junho de 1968*. Em: VIGNA, X. et al (orgs.). *Cuando obreros y estudiantes desafiaron al poder*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2008.

Resumo: O propósito fundamental desse texto é apresentar uma discussão a respeito da intelectualidade e sua perspectiva de classe a partir de uma teoria marxista das classes sociais. Para isso, um grande esforço analítico e interpretativo nos aguarda no sentido de buscar na totalidade da obra de Karl Marx (e Friedrich Engels em alguns casos¹⁴) elementos, ora explícitos, ora implícitos que nos forneça um esboço da sua teoria das classes sociais, destacando apenas alguns elementos componentes da classe social que por hora serve ao nosso propósito fundamental. A partir de então apresentaremos a intelectualidade como uma classe social, assim como sua perspectiva de *classe auxiliar* da burguesia no processo de dominação a partir da contribuição de diversos teóricos marxistas.

Palavras-chave: Divisão social do trabalho; classe social; interesse de classe; classe auxiliar.

¹⁴ Como é o caso das obras *A ideologia alemã* (1845-46) e *O Manifesto Comunista* (1848).

Resumen: El objetivo fundamental de este trabajo es presentar una discusión de la intelectualidad y su perspectiva de clase a partir de una teoría marxista de las clases sociales. Para ello, un gran esfuerzo analítico e interpretativo nos espera en la búsqueda de la totalidad de la obra de Karl Marx (y Engels en algunos casos) los elementos, a veces explícita, a veces implícita para proveernos con un esbozo de su teoría de las clases sociales, destacando sólo algunos componentes de los elementos de la clase social que por hora sirve a nuestro propósito fundamental. Desde luego vamos presentar la intelectualidad como clase social, así como su perspectiva de clase auxiliar de la burguesía en la dominación desde la contribución de muchos teóricos marxistas.

Palavras-chave: División social del trabajo; clase social; interés de clase; clase auxiliar.

Os Efeitos do Contemporâneo

Nildo Viana*

O conceito de contemporaneidade é bastante utilizado, mas pouco definido. O seu uso geralmente é descritivo e cronológico, sem possuir uma fundamentação teórica. Tal uso é marcado por uma fraqueza, típica das classificações arbitrárias e periodizações superficiais, que só pode ser superada através de uma fundamentação teórica. Para superar isto é necessário uma base teórica. O objetivo do presente texto é justamente contribuir com a constituição desta base teórica e a partir dela reconsiderar o conceito de contemporaneidade.

Antes disso, porém, é preciso esclarecer a diferença entre os conceitos de moderno e contemporâneo. A modernidade é um conceito amplo, que remete ao período histórico de vigência da sociedade moderna. Desta forma, sociedade moderna é a mesma coisa que sociedade capitalista e modernidade o mesmo que capitalismo. O termo contemporâneo, por sua vez, remete, no sentido comum da palavra, ao que é do mesmo tempo que se fala, expressando a época atual. Porém, o problema reside justamente em saber qual é a delimitação de “época atual”. A partir dessa discussão é possível apontar para algumas das determinações e características da contemporaneidade, inclusive os efeitos do contemporâneo, especialmente o presentismo, uma percepção da realidade que acaba sendo uma jaula mental dos indivíduos que possuem dificuldade de perceber a historicidade de sua época e das concepções hegemônicas nesse momento histórico.

O problema da periodização

Na historiografia escolar, ainda se usa a periodização marcada pelas “idades”: Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Essa periodização, além da linguagem pobre e pré-teórica, não esclarece muito, além de homogeneizar as diferenças sociais e espaciais tomando como critério uma delimitação temporal pouco fundamentada e tomando o caso da Europa Ocidental¹. Outras periodizações também não ultrapassam a superficialidade e

* Professor da UFG – Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia/UnB; Pós-Doutorado/USP. Autor de *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral* (São Paulo: Ideias e Letras, 2009); *A Consciência da História* (Rio de Janeiro, Achiamé, 2007); *Karl Korsch e a Concepção Materialista da História* (São Paulo: Scortecci, 2014) e *A Dinâmica da Violência Juvenil* (Rio de Janeiro: Ar editora, 2014), entre outros livros.

¹ Pagès coloca as dificuldades de uma periodização, que se amplia quanto maior é o período histórico ou a delimitação espacial realizada. Assim, existem diferentes ritmos históricos na Península Ibérica, ou seja, no seu interior. “Se nestes âmbitos regionais se observam dificuldades para usar pautas unificadoras da

o aparecer social, tal como naquelas que se fundamentam na história da política institucional para periodizar a história de um país².

Porém, a periodização da historiografia merece uma discussão, que nem todos que se preocuparam com as questões teórico-metodológicas desta disciplina se ocuparam ou deram a devida importância. Quando Van Der Pot afirmou que “a divisão da história em períodos constitui a quintessência de toda a concepção da história” (apud. DUJOVNE, 1959, p. 271), estava exagerando, mas, ao mesmo tempo, alertando para uma discussão necessária e pouco realizada entre os historiadores, justamente aqueles que se dedicam ao estudo da história da humanidade. Não nos ocuparemos da periodização pré-científica, pré-historiográfica, pré-marxista, tal como as denominadas por Besselar (1979) como “mitológica” e “bíblica”. Também não poderemos, por questão de espaço, analisar detalhadamente várias outras periodizações, mas tão-somente refutar a mais usual, a periodização quatripartite das idades. A quase inexistente discussão sobre a questão da periodização da história da humanidade na contemporaneidade é algo curioso e mostra como a historiografia se encontra num momento de letargia intelectual³.

A distinção realizada por Van Der Pot, seguindo terminologia de Wildeband, entre periodização fundada em divisões nomotéticas e ideográficas, serve para uma observação geral. A periodização ideográfica não se fundamenta em uma lei da história, que é justamente o que caracteriza a periodização nomotética (DUJOVNE, 1959). As primeiras são a base das periodizações arbitrárias e empiricistas, enquanto que as segundas são a base das periodizações positivistas clássicas. Precisamos acrescentar uma terceira forma de periodização que rompe com a ideologia do conhecimento fundada na separação entre sujeito e objeto, separação metafísica (VIANA, 2007). Na ideologia, realmente a realidade e a consciência⁴ realmente estão separados, mas trata-se de uma

história, maiores serão as dificuldades quando se intenciona uniformizar em uma mesma periodização continentes tão diversos como Europa, Ásia, África e América” (PAGÈS, 1983, p. 257).

² “É preciso, pois, abandonar as periodizações que durante muitos anos ocuparam as primeiras páginas dos manuais e que unicamente tinham em conta critérios políticos. Foi usual – e em boa medida segue sendo – periodizar a história de um país ou de uma sociedade a partir da cronologia dos seus reinados” (PAGÈS, 1983, p. 257). A historiografia brasileira não escapa a essa regra ao dividir a história do Brasil em Colônia, Império e República.

³ O reconhecimento da importância desta discussão foi feito, por exemplo, por Henri Beer e Lucien Febvre: “não há no campo da história um problema metodológico de maior importância que o da periodização. Não é meramente um problema exterior de ajuste e disposição por conveniência, mas um problema básico, capaz de receber as mais diversas soluções” (apud. RAMA, 1968, p. 147). Tal reconhecimento se manifestou sob outras formas: “a história da periodização é uma parte da história da ciência histórica mesma” (BAUER, 1957, p. 152); “A divisão da história em períodos constitui a quintessência de toda a concepção da história” (Van Der Pot. Apud. DUJOVNE, 1959, p. 271).

⁴ Sem dúvida, alguns positivistas contemporâneos poderão defender a “inocência” e “neutralidade” das periodizações, ou, em sua versão pós-estruturalista, poderão defender o relativismo, afirmando que todos

separação devido ao fato de ela expressa determinados valores e interesses de classes que se contenta em reproduzir o aparecer social. A dominação se reforça com a ilusão. Neste sentido, a unidade entre realidade e consciência é possível partindo-se da perspectiva do proletariado, tal como o faz o marxismo, o que significa que a partir de uma teoria da história é possível se fundar uma base concreta para uma periodização da história da humanidade. Desta forma, a teoria marxista da história serve de base para uma periodização que rompe, simultaneamente, com o empiricismo e com o racionalismo, ou, segundo os construtos da ideologia dominante, com o subjetivismo e com o objetivismo.

Pagès realizou uma análise da questão da periodização inspirado no marxismo. A periodização da história da humanidade em quatro idades é considerada por Pagès como absurda e ele coloca dois motivos para isso: em primeiro lugar, é uma arbitrariedade cronológica, os anos de início e fim de uma idade não são significativos para o desenvolvimento da história universal; em segundo lugar, tal periodização se limita ao caso europeu (PAGÈS, 1983). Além dos defeitos intrínsecos da divisão por idades, há também o problema adicional e não explicado da chamada “Idade Contemporânea”, que não possui nenhuma justificativa. Idade Contemporânea é uma expressão, como já dizia Spengler, “ridícula e desesperada” (apud. RAMA, 1968).

Assim, vemos que a divisão da história da humanidade em “idades” é limitada, problemática e sem fundamentação teórica. Este esquema, que inicialmente foi tripartite (Idades Antiga, Média e Moderna) se tornou quadripartite (Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea). O acréscimo do contemporâneo é tão arbitrário e sem sentido quando a divisão como um todo.

Esta concepção simplista e meramente classificatória foi superada teoricamente pela teoria marxista da história, que através de uma teoria da realidade não-metafísica passou a periodizar a história da humanidade a partir da sucessão dos modos de produção. Esta periodização, cujo esboço foi produzido por Marx (MARX e ENGELS, 2002;

os pontos de vista são verdadeiros, o que é apenas uma forma camuflada de defender o velho e desgastado princípio positivista da neutralidade. No caso dos primeiros, temos que dizer que não existe neutralidade (VIANA, 2000). Bauer já havia, de certa forma, colocado isto: “um crente católico dificilmente se convencerá de que a História Universal iniciou com Lutero uma nova fase” (BAUER, 1957, p. 147). Quanto aos relativistas, podemos simplesmente dizer que realmente todo pensamento é valorativo e na base de todas as periodizações existem valores e interesses, porém, eles não são equivalentes e existem alguns valores (tais como os daqueles que são nazistas, para pegar um exemplo extremo) que são prejudiciais a um saber verdadeiro, mas outros são benéficos, e o problema não está em ficar no meio do caminho e reconhecer que a produção do saber é perpassada por valores, pois é preciso dar o passo seguinte e ver quais valores e interesses produzem determinadas produções intelectuais, inclusive as produções intelectuais relativistas num mundo marcado pela luta de classes, pela miséria, pela fome, pela exploração, pela dominação. A resposta é óbvia. O relativismo serve ao poder (VIANA, 2000).

MARX, 1983), e desenvolvida por alguns de seus seguidores (PAGÈS, 1983; DHOQUOIS, 1975), e deformada por outros, apresenta como base uma teoria da história e a história real e concreta, tal como os seres humanos a produziram historicamente. Assim, temos, no caso europeu, as sociedades simples, a sociedade escravista, a sociedade feudal e a sociedade capitalista⁵. Esta caracteriza o que se costuma denominar modernidade. Como o capitalismo ainda não acabou, então não há nada depois do moderno, a não ser no mundo nebuloso e fictício da ideologia pós-estruturalista, chamada ideologicamente de “pós-moderna”. Sendo assim, qual é o sentido da expressão contemporâneo?

O que é a contemporaneidade?

Podemos dizer que, em sentido amplo, contemporâneo é sinônimo de moderno, capitalista. Assim, sociedade moderna e sociedade contemporânea seriam a mesma coisa. Porém, em sentido estrito, podemos colocar o contemporâneo como um estágio do moderno, a época atual da modernidade, do capitalismo. Neste sentido, o contemporâneo é a atual fase do capitalismo. Aqui entramos novamente para a questão da periodização. A periodização da história da humanidade é um ponto problemático e cuja solução se encontra na teoria marxista da história. A história do capitalismo, por sua vez, possui também um caráter problemático. É preciso, para evitar periodizações arbitrárias e limitadas com as que existem no que se refere à história da humanidade, uma base teórica que permita uma periodização adequada.

A base teórica para realizar uma periodização do capitalismo é a teoria dos regimes de acumulação. Esta teoria parte da teoria do capitalismo de Marx, que demonstrou a dinâmica da acumulação capitalista e permitiu desdobramentos posteriores em outros pesquisadores. Não iremos aqui fazer uma análise e descrição de determinadas periodizações de caráter ideológico do capitalismo, tal como a de Rostow (1965), ou outras que carregam em si o problema da falta de uma fundamentação teórica. Também não iremos colocar a gênese do conceito de regime de acumulação e nem as obras de Benakouche (1980) e da escola da regulação que serão os primeiros a usar mais sistematicamente esta noção e apresentar sua definição⁶.

⁵ A base real e concreta dessa periodização são a sucessão de modos de produção dominantes neste região do planeta, gerando novas formas de sociedade.

⁶ Aqui nos limitamos a remeter para a obra na qual foi desenvolvida a análise tanto das propostas de periodização do capitalismo quanto da gênese do conceito de regime de acumulação (cf. VIANA, 2009).

A recusa de uma ou outra definição aponta para a necessidade de uma alternativa. Neste sentido, definimos um regime de acumulação por uma determinada articulação entre organização do trabalho, forma estatal e relações internacionais (VIANA, 2003; VIANA, 2009), ou seja, determinada cristalização das relações de força entre as classes sociais manifestas nesses processos sociais, garantidor de determinada forma de acumulação de capital. A organização do trabalho, no capitalismo, significa uma forma estabelecida, hegemônica, de imposição da classe capitalista sobre a classe proletária de determinadas formas de relações de trabalho marcadas pela exploração e luta no processo de produção. As formas estatais expressam a organização estatal, forma assumida pela dominação capitalista em determinado momento histórico para permitir a reprodução do capitalismo, sendo, portanto, expressão da luta de classes a nível geral da sociedade. As relações internacionais, por sua vez, expressam como a burguesia nacional faz valer seus interesses diante de outros modos de produção ou burguesias nacionais, o que se manifesta através, principalmente, da exploração de classes em determinados locais.

A cada etapa do desenvolvimento capitalista, um novo regime de acumulação substitui o antigo, o que significa uma alteração nestes três elementos, formando um novo regime de acumulação. A mudança no regime de acumulação, por sua vez, gera mudanças nas demais relações sociais, tal como nas ideologias, nas instituições, nas representações, na cultura em geral. A sociedade capitalista, após o período da acumulação primitiva de capital, passou, nos países capitalistas imperialistas, pelos seguintes regimes de acumulação: extensivo (século 18 até o final do século 19), intensivo (do final do século 19 até a Segunda Guerra Mundial), intensivo-extensivo ou conjugado (do Pós-Segunda Guerra até o final do século 20) e o integral (do final do século 20 até a atualidade).

A partir desta teoria, definimos contemporaneidade o atual estágio do capitalismo, marcado pela instauração do regime de acumulação integral⁷. Este é instaurado a partir dos anos 80 e caracterizado pela reestruturação produtiva, neoliberalismo e neoimperialismo, que provoca mudanças culturais, ideológicas e

⁷ Obviamente que aqui tratamos de contemporaneidade em sentido restrito, ou seja, como a atual fase da sociedade capitalista (moderna). Em sentido amplo, contemporaneidade seria a sociedade na qual vivemos e, portanto, seria sinônimo de modernidade. Nesse sentido estrito, o termo é também relativo a uma época do capitalismo e também provisório, pois sendo superado por outra fase, caso isso ocorra, então deixa de ser contemporâneo e a nova fase que assume esse nome. O regime de acumulação conjugado (também chamado intensivo-extensivo ou “fordista”) foi o capitalismo contemporâneo na sua época de vigência, e naquela época falar em contemporaneidade significaria falar em capitalismo oligopolista transnacional, outra expressão que retrata esse período da sociedade moderna. Hoje é o regime de acumulação integral que expressa a contemporaneidade e o regime de acumulação conjugado já não é mais contemporâneo.

políticas e faz emergir um movimento de resistência que conta com uma diversidade de tendências políticas e organizações, e que o chamado “movimento antiglobalização” foi a expressão mais conhecida e as novas manifestações e revoltas apontam para a continuidade da luta e oposição ao mundo concentracionário existente.

Os Efeitos do Contemporâneo

Assim, as mudanças sociais geram mudanças discursivas e estas reforçam aquelas. A reestruturação produtiva e a expansão do toyotismo como forma de organização do trabalho, o neoliberalismo e o neoimperialismo marcam a formação de novas ideologias e construtos, tal como “flexibilidade”, “flexibilização”, “Estado Mínimo”, “tolerância zero”; “globalização”, “multiculturalismo”, “identidade”, “gênero”, etc. Uma novilíngua é constituída e passa a circular e se reproduzir, sendo que por detrás da nova linguagem, principalmente quando ela consegue se generalizar (o que geralmente ocorre graças a apoio de governos, fundações, etc.), acabam impondo uma certa forma de conceber a realidade.

Novas ideologias surgem, tal como a ideologia da globalização, do trabalho imaterial, do fim da história, do fim do Estado-Nação, do pós-estruturalismo. Estas ideologias assumem perspectivas e formas diferentes, por representarem países, setores, classes, frações de classes e grupos sociais, que são diferentes. A ideologia política dominante é o neoliberalismo e ideólogos antigos ressuscitados como J. Rawls, F. Hayek, entre outros, convivem com os recém convertidos, como Norberto Bobbio e outros.

A ideologia pós-estruturalista virou moda acadêmica e se divide em diversas correntes, algumas ditas de “esquerda”, outras mais conservadoras, e aglutina pensadores como Foucault, Derrida, Baudrillard, Deleuze, Guatari, Negri, Lyotard e inúmeros outros. Tal ideologia acaba tendo ressonância no mundo acadêmico e promove diversas modas e modismos que se tornam hegemônicos, inclusive criando nichos de mercado consumidor acadêmico, ligados, por sua vez, a outros nichos de mercado. Este é o caso da ideologia do gênero, derivada da ideologia pós-estruturalista (VIANA, 2006), que está ligada a setores de consumo ligados ao movimento feminista e ao mundo acadêmico, tal como o consumo cultural e muitos outros exemplos poderiam ser citados.

Este processo cria *os efeitos do contemporâneo*, isto é, a pressão de ideologias e concepções que se tornam hegemônicas e dominantes nesta época, tal como a ideologia da globalização e o pós-estruturalismo. Assim, o indivíduo fica preso na contemporaneidade, as crianças que nascem ou os mais jovens que se envolvem com o

mundo escolar passam a estar submetidos a este mundo cultural e asfixiante. Da mesma forma como o indivíduo na sociedade moderna não percebe a historicidade das relações sociais sob as quais vive, julgando-as normais, naturais, universais e eternas, o indivíduo no capitalismo contemporâneo julga que esta é a última etapa do desenvolvimento capitalista, que de agora em diante apenas evoluções e progressos ocorrerão.

A linguagem e as ideias passam a ser contemporâneas. As relações sociais parecem confirmar as ideologias e representações ilusórias criadas nesta época e assim há um reforço mútuo entre relações sociais vistas em sua aparência e ideologias e representações ilusórias. Sociabilidade e mentalidade se reproduzem e reforçam mutuamente, tanto em seus elementos essenciais (VIANA, 2008A), quanto nos derivados das mutações dos regimes de acumulação. Novas representações cotidianas⁸ emergem (o do politicamente correto, o relativismo, culturalismo, etc.) e novas ideologias a partir delas são sistematizadas, transformando-as em ciência, filosofia, teologia. O movimento de retorno também ocorre, pois as ideologias produzidas acabam influenciando as representações cotidianas. O principal efeito do contemporâneo é aprisionar o indivíduo em uma época e cegá-lo para sua historicidade e para a fragilidade de ideologias e representações ilusórias que se transformam em uma cultura asfixiante.

Em consequência disto, a crítica e a utopia são marginalizadas ou assimiladas. A crítica da sociedade capitalista em geral e sua manifestação contemporânea fica dificultada, pois muitos abandonam a perspectiva crítica para se aliar aos modismos, seja por oportunismo ou interesse pessoal⁹, seja por dificuldade de perceber o movimento histórico e o caráter ideológico e ilusório dos novos modismos. A marginalização da crítica, por sua vez, facilita a marginalização da utopia, isto é, da crítica radical acompanhada de um projeto de transformação social. Desde as ideologias do fim (da

⁸ As representações cotidianas são o que se entende vulgarmente por “senso comum” (VIANA, 2008B).

⁹ O interesse é a mola mestra em todo esse processo, e desde que o Estado neoliberal passou a exercer toda uma política de cooptação de setores da sociedade, especialmente de grupos, movimentos sociais, etc. (inclusive criando “políticas públicas setoriais”, incentivo para pesquisas com grupos oprimidos – obviamente sob a ótica neoliberal e pós-estruturalista, desde que se queira financiamento com facilidade, etc.). E isso gera não só aqueles que criam ideologias e representações cotidianas ilusórias e os que são cooptados, mas também os omissos e “colaboradores”, o que foi chamado por um filósofo e sociólogo espanhol de “complacência”: “é muitíssimo frequente o espetáculo, para mim entristecedor, de pessoas estimáveis que aceitam sem resistência coisas, decisões, empreendimentos, propostas, colaborações, que lhes parecem indesejáveis, que talvez as repugnem, mas que, pela sua complacência, recebem uma injusta autorização, em certas ocasiões um aparente prestígio, com a influência e a eficácia que costuma acompanhá-las. Os exemplos podem se multiplicar; e vão do que parece – mas não é – inofensivo ao que provoca graves consequências. Aceitam-se as homenagens a pessoas ou instituições não tidas como merecedoras disso; por compromisso, por fraqueza, por alguma relação de amizade ou parentesco. Isso é capitalizado, parte-se daí para ações ulteriores que podem contradizer a verdadeira atitude que participou da homenagem” (MARÍAS, 2003, p. 42).

história, do socialismo, etc.), que são as mais diretas, até as pseudocríticas que dizem que o capitalismo já foi superado e agora é necessário apenas reformas ou adequações, tal como na ideologia negrista (LAZZARATO e NEGRI, 2001), a ideia-chave é que a utopia deve ser abandonada.

Também há uma deformação da crítica, na qual se produz isolamento de questões sociais e de grupos e interesses e se faz um verdadeiro cavalo de batalha em torno disso, sem questionar as suas raízes, o seu conjunto, e sem ter um projeto alternativo, sendo apenas manifestação de oportunismo e grupo de interesses que supostamente se colocam como oprimidos e assumem práticas autoritárias e de conquista de vantagens competitivas no capitalismo.

Mas existe um outro efeito do contemporâneo. Trata-se do efeito gerado pela dificuldade de percepção da especificidade e historicidade da época em que se vive. A percepção das características, das ideologias, das representações cotidianas ilusórias e seu caráter, de uma determinada época fica facilitada depois dos acontecimentos ocorridos. Porém, o acontecimento contemporâneo é sempre de mais difícil percepção do que o acontecimento da época anterior. Desta forma, compreender as representações ilusórias da sociedade feudal, principalmente o caráter ilusório das suas representações, é facilitado na época histórica posterior, mas dificultado para seus contemporâneos. Entender o capitalismo na época do regime de acumulação conjugado e todas as ideologias, representações, etc. (socialdemocracia, keynesianismo, etc.), que lhe acompanha é relativamente fácil na época atual, mas não durante a vigência daquele período. Isso cria o presentismo, tanto nas representações cotidianas quanto nas produções culturais elaboradas (ideologias e acaba influenciando até mesmo as concepções revolucionárias).

Esta percepção, no caso dos pesquisadores, seja *a posteriori* ou contemporaneamente, também pode ser facilitada ou dificultada dependendo de qual perspectiva de classe e base teórico-metodológica se parte para analisá-la. Assim, partindo das autoilusões da época, dificilmente se pode perceber seu significado, suas características, suas tendências. Na contemporaneidade, seria, por exemplo, tentar entender o capitalismo contemporâneo através da ideologia da globalização ou do “pós-modernismo”, duas autoilusões (VIANA, 2009) que nada explicam e ofuscam a compreensão da realidade atual e delas mesmas enquanto expressões ideológicas deste momento histórico do capitalismo. Ou então das ideologias pós-estruturalistas, que isolam fenômenos, opressões, processos sociais, lutas. Isto é perceptível até por quem não parte de uma perspectiva marxista:

Uma das consequências mais inquietantes e menos destacadas do particularismo que invade a vida pública na Espanha – e em outros lugares também – é que ele se revela contagioso. Significa um extraordinário estreitamento de visão, a redução a espaços confinados, a parcelas artificiais de realidade, às vezes de extraordinária pequenez, isolados de seu contexto efetivo. Isso leva a uma miopia perigosa, a uma percepção estreita, que em casos extremos pode limitar-se ao próprio umbigo. Esse tipo de visão não tem futuro e exclui todo o projeto; concentra-se em questões de pequeno alcance, que podem ser insignificantes, sobre as quais se discute de modo interminável. Seria interessante avaliar o lugar que ocupam nos meios de comunicação questões minúsculas que poderiam ser resolvidas em algumas linhas ou alguns minutos de rádio e televisão (MARÍAS, 2003, p. 58)¹⁰.

Porém, a cada regime de acumulação que substitui o outro, as dificuldades de acumulação se tornam maiores¹¹. Neste contexto, os conflitos sociais também se tornam mais fortes, mesmo que esporádicos, assim como há o fortalecimento da resistência e da reação direitista. O renascimento do fascismo, o neonazismo, o misticismo aliado do direitismo e do racismo, se fortalecem, aumentando a possibilidade, no momento de crise do atual regime de acumulação, do retorno da barbárie. Inclusive até mesmo algumas manifestações de resistência (como setores do feminismo e outros movimentos sociais) acabam reproduzindo aspectos semifascistas. Isto é reforçado pelo surgimento e militantismo de um novo tipo de intelectual direitista, o semifascista, que defende o capitalismo em todas as oportunidades e com toda truculência possível. Ao lado disso, porém, também se abrem brechas para o ressurgimento da crítica e da utopia, tal como se vê nas revoltas populares na Argentina, México, França e em novos agrupamentos, movimentos, tendências (movimento antiglobalização, anarquismo, marxismo libertário, etc.) e nas revoltas e manifestações mais recentes em diversos países do mundo.

A reemergência do anarquismo e a retomada de pensadores marginalizados tal como os representantes da Internacional Situacionista (apesar de seus limites), do comunismo de conselhos (Anton Pannekoek, Otto Rühle, Paul Mattick, Karl Korsch, entre outros), demonstram que as necessidades históricas fazem recuperar os pensadores que realmente estiveram do lado da verdade, isto é, da crítica e da utopia, o que ajuda a evitar erros do passado. No entanto, a influência do pós-estruturalismo é forte e acaba produzindo uma deformação desse pensamento libertário, bem como a transformação

¹⁰ Este autor acrescenta, justamente, que “o pior é que essa atitude ‘contagia’ os que não são particularistas por vocação ou interesse, os que pretendem superá-la e restabelecer uma visão mais ampla e justa. Nada mais perigoso do que aceitar as formulações alheias quando não são corretas, em especial se são decididamente falsas” (MARÍAS, 2003, p. 58-59).

¹¹ Isto, obviamente, vai abrir brecha também para a pesquisa e a percepção da atual fase do capitalismo por parte dos pesquisadores que se engajam no movimento de luta pela autogestão social, expressando a perspectiva do proletariado.

dessas concepções, expressões de lutas passadas em contextos específicos, em dogmas acabam sendo um elemento de cisão e dificuldade de avanço das lutas.

Assim, o ecletismo, por um lado, e o dogmatismo, por outro, são as formas de invasão da consciência revolucionária por concepções pseudorrevolucionárias que acabam gerando diversos conflitos e polêmicas desnecessários e que ajudam a dividir o bloco revolucionário ao invés de contribuir com sua unificação. Isso também acaba tendo fortes efeitos nos movimentos sociais e no movimento operário, pois além da influência direta das ideologias e concepções burguesas e burocráticas, ainda há, no interior do próprio movimento revolucionário, ambiguidades que acabam prejudicando o avanço da luta proletária e revolucionária em geral e facilitando a reprodução de tal influência ideológica.

A raiz do ecletismo se encontra na influência social das ideologias e representações cotidianas ilusórias, criadas pelo capital e seu poderio mundial e nacional (capital comunicacional, capital editorial, universidades, fundações internacionais, etc.) e reproduzidas pelas classes auxiliares da burguesia (especialmente a burocracia e a intelectualidade), bem como a pseudestesia de “novidade”, “juventude”, “modernidade” ou “contemporaneidade” de tais concepções, reforçadas pela crítica, mas ainda hegemônica, concepção evolucionista do saber, segundo a qual a última ideia, por ser a última, seria “verdadeira” ou melhor que as demais¹². Isso enfraquece a força da teoria revolucionária e da cultura contestadora existente. Interesses de ascensão social e carreira acadêmica também são fortes nesse processo, pois o ecletismo permite se dizer revolucionário e ao mesmo tempo agradar os pares acadêmicos conservadores, ou seja, buscam agradar a gregos e troianos.

A raiz do dogmatismo é mais variada e vai desde uma reação ao ecletismo, passando por pessoas com desequilíbrio psíquico (o que não está ausente no caso anterior e em todos os casos, mas aqui é uma certa rigidez e necessidade de apego a uma crença que gera a posição dogmática e sua origem tem a ver com o universo psíquico de determinados indivíduos), pouca pesquisa-leitura-reflexão¹³, até o processo de identificação com pensadores de forma rígida (e geralmente assumindo mais rigidez do que os próprios autores), bem como sentimento de pertencimento a determinadas

¹² E mais uma vez podemos ver diversos interesses por detrás disso, desde o do capital editorial (“leia o último livro”, ou seja, compre essa nova mercadoria...) até o de intelectuais medíocres que com preguiça de analisar profundamente a realidade e as formas mais estruturadas de interpretação da mesma, preferem a facilidade da reprodução dos modismos superficiais existentes.

¹³ Tal como leitores de um livro só ou de apenas um autor.

tradições de pensamento tidas como puras e acima da crítica¹⁴. Isso gera um “situacionismo”, “conselhismo” e anarquismo dogmáticos.

O presentismo é tão forte que acaba se impondo não somente para as classes privilegiadas e conservadores em geral, mas se espalha por toda a sociedade e influencia até mesmo a cultura contestadora, que, obviamente convive com exceções, mas que não são quantitativamente significativas, embora a radicalização e ascensão das lutas permita um avanço nesse sentido. Daí ser importante entender que o capitalismo contemporâneo gera um mundo de ideologias e representações cotidianas ilusórias que busca descrever, explicar, e até contestar as relações sociais contemporâneas, mas, no fundo, é um conjunto de formas ilusórias de percepção desse momento histórico e por isso cria uma camada obscurante entre os indivíduos e a realidade concreta.

Os indivíduos acabam ficando presos no contemporâneo, tanto pelas relações sociais concretas (e interesses derivados delas), quanto pelo mundo cultural asfixiante gerado por ele. É preciso, pois, superar o presentismo, compreender que o presente não é o melhor, o correto, o fim da história, o progresso, etc., e, da mesma forma, que suas manifestações culturais não são a verdade, a palavra final, o correto, o justo. Os efeitos do contemporâneo são as marcas deste em nossas mentes e ações, sendo que ambas podem ser removidas. O presentismo revela “ventos de falsidade” (MARÍAS, 2003)¹⁵ e é necessária sua superação, para que se torne mais provável a superação da sociedade que gera ilusões e desumanização.

Considerações finais

A superação do presentismo depende da luta de classes e, especialmente, da luta proletária. Contudo, nós estamos envolvidos nas lutas de classes em geral e na luta proletária em particular (sendo ou não proletários), pois cada decisão, posição e ação, bem como produção cultural, reforça uma ou outra tendência existente. Korsch (1973) foi perspicaz ao afirmar que a luta de classes ocorre em todos os lugares. O regime de

¹⁴ Não é raro passar do pensador ou doutrina “pura” e “inquestionável” para a sua corporificação em indivíduos portadores deles. Se se considera que o anarquismo é puro e inquestionável, então todos os anarquistas (pelo menos da corrente que se defende) também são puros e inquestionáveis. Ou seja, ao invés do ser humano real e concreto, com tudo que é derivado disso, temos o endeusamento de determinados indivíduos por serem adeptos de determinadas doutrinas ou concepções (que inclusive podem ser mal compreendidas).

¹⁵ O que não quer dizer concordância com o conjunto das teses do autor e nem que entendamos esses “ventos de falsidade” da mesma forma. No entanto, apesar do autor não ser um revolucionário e comprometido com a luta pela autogestão social, consegue perceber, por sua singularidade psíquica, diversos problemas que muitos supostos “esquerdistas” nem sequer imaginam, por estarem submetidos ao “espírito da época” (o presentismo), ou, como diria Marías, dominados pelas ideias vigentes ou pelos “ventos de falsidade”.

acumulação integral significa a imposição do capital de determinadas relações sociais e as lutas ordinárias, cotidianas, se dão dentro desse processo, e as lutas extraordinárias apontam para o questionamento destas relações sociais. As lutas ordinárias só possuem sentido se articuladas e incentivadoras de lutas extraordinárias.

Por isso é importante entender a contemporaneidade, o regime de acumulação integral, e ao mesmo tempo ultrapassar as ideologias e representações cotidianas ilusórias ao seu respeito. A compreensão do regime de acumulação integral assume importância teórica, gerando uma ferramenta fundamental para compreender a sociedade contemporânea e fornecendo elementos para a superação do caráter abstrato e ideológico de outras concepções, bem como do descritivismo¹⁶.

Sem dúvida, não é possível desconsiderar a importância história da periodização do capitalismo e da reflexão crítica sobre o contemporâneo, bem como o reconhecimento da dificuldade de superar a naturalização e das ilusões da época. A compreensão da história da humanidade e do capitalismo são elementos importantes para superar o presentismo, para pensar um projeto de sociedade futura. Nesse contexto, a compreensão da oposição como produto do mundo atual, com suas lutas espetaculares (DEBORD, 1997)¹⁷, que se tornam, contemporaneamente, lutas mercantis.

É preciso ressaltar também que a não compreensão do capitalismo contemporâneo é um obstáculo para a compreensão da historicidade do capitalismo e da contemporaneidade com suas lutas e processos sociais. Isso reforça a importância do processo analítico do capitalismo para não desenvolver ações trágicas, ou seja, aquelas que visam um objetivo e acaba tendo resultado contrário, como na famosa tragédia grega de “Rei Édipo”. O caso de Édipo é exemplar do que significa uma consciência parcial da realidade. Ao saber, através de um oráculo, que seu destino seria matar seu pai e casar com sua mãe, Édipo foge de sua cidade e se afasta dos seus pais para evitar tal futuro. O oráculo não revelou toda a verdade, apenas parte dela, pois não informou a Édipo que ele era adotado e que a profecia era em relação aos seus pais verdadeiros, que ele nem sequer

¹⁶ Esse é o caso de David Harvey (1992), que apesar de contribuir com alguns elementos, peca pela abstração e falta de conexão e relação entre os processos culturais e sociais. Obviamente que existem coisas piores, como Jameson (2002), o pseudomarxista mais reconhecido nos Estados Unidos, apesar de seus equívocos (VIANA, 2009) e graças à sua condescendência com o pós-estruturalismo (JACOBY, 1990). Entre os descritivistas se encontra Zygmunt Bauman, com sua ideologia da “modernidade líquida” (2001), um mero descritivismo classificatório baseado em analogias que nada fundamentam, sendo apenas um exemplo entre milhares.

¹⁷ O próprio Debord e o situacionismo não escaparam disso, muito menos seus herdeiros contemporâneos, geralmente seguidores dogmáticos e “espetaculares” de uma produção intelectual datada e com seus limites (VIANA, 2011; DEBRITO, 1985).

conhecia. Essa consciência parcial, ou meia-verdade, provocou sua fuga e nela ele se depara com seu verdadeiro pai, sem saber disso, e acaba matando ele e depois ao chegar à outra cidade casa-se com sua mãe verdadeira. A sua ação era para evitar um acontecimento que, no fundo, se concretizou graças a essa mesma ação de recusa com consciência parcial. Se tivesse uma consciência mais ampla, não fugiria da cidade e não teria realizado a sua ação trágica. Isso é o que milhares realizam hoje, por possuírem uma consciência parcial da realidade, acabam pensando que estão lutando por uma nova sociedade e acabam é obstaculizando isso, entre outras possibilidades.

Em síntese, é necessária uma percepção histórica da realidade, aliada a uma crítica revolucionária, já apresentada por Marx e seus autênticos continuadores, e superação do presentismo e seus efeitos na produção intelectual. Isso serve para percebermos que a consciência histórica do capitalismo e a consciência histórica dos regimes de acumulação é um elemento importante para a luta do proletariado e pela transformação social. Em cada regime de acumulação, apesar da dificuldade de percebê-lo criticamente, os representantes teóricos da classe revolucionária avançam na compreensão da época, tal como ocorreu no regime de acumulação extensivo (Marx e, em menor grau e sem rigor teórico alguns outros); no regime de acumulação intensivo (Pannekoek, Korsch, etc.); no regime de acumulação conjugado (Guillerm e Bourdet, etc.). O mesmo é preciso fazer na contemporaneidade, o que significa que é necessário superar o dogmatismo e as reproduções mecânicas de pensadores do passado (pois além do contexto em que produziam e traziam elementos específicos que já não são mais os mesmos, há também a necessidade de percepção de seus limites e problemas, quando existentes, na sua produção intelectual). O que geralmente ocorre são avanços pontuais em aspectos do novo regime de acumulação (análise do estado, da cultura, etc.), pois a concepção de conjunto é mais difícil. Isso sem falar nos obstáculos representados pelo pseudomarxismo, como no exemplo da análise de Mandel (1978) sobre o “capitalismo tardio” para explicar o regime de acumulação conjugado.

É preciso ter em mente que a consciência histórica de um regime de acumulação é obliterada pela hegemonia das concepções dominantes e também por mesclas de concepções revolucionárias e ideologias dominantes (anarquismo e pós-estruturalismo, por exemplo, um exemplo do que anteriormente denominamos “ecletismo”). Isso atinge, sob formas diferentes, a todos os intelectuais. Até mesmo alguns ideólogos acabam percebendo e afirmando isso. Esse é o caso de Zygmunt Bauman, que revela isso ao explicar o motivo de ter adotado a expressão “pós-modernidade” e abandonado,

produzindo a ideia de “modernidade líquida” para explicar a contemporaneidade: “a primeira aproximação de uma resposta a essa pergunta [referente às mudanças da realidade atual, da “modernidade” – NV] foi a ideia, bastante popular naquele momento, de ‘pós-modernidade’” (BAUMAN, 2010).

Assim, o autor mostra a fragilidade de sua construção ideológica, marcada por imprecisão e força da influência das ideias dominantes. E, seguindo a tendência pós-estruturalista, rompendo apenas com alguns termos usados por representantes desta, este autor passou a usar novos construtos, especialmente “modernidade líquida”, que apenas nomeia e classifica as relações sociais, fazendo, segundo ele, o que as ideologias pós-modernas não faziam – o que era uma de suas fraquezas – a negação do pós sem referência ao que é, o que se resolve apenas dando novos nomes e nada explicando, ou seja, trocando a imprecisão da pós-modernidade e seu descritivismo superficial por outra imprecisão descritivista e superficial chamada “modernidade líquida”. Mas o interessante é sua revelação de sua tentativa de entender sociologicamente as mudanças sociais em curso e a força das ideias vigentes em sua tentativa. O que o autor não percebe, ou pelo menos não afirma, é que sua construção ideológica também manifesta a mesma influência, inclusive a proliferação de ideologias fundadas em individualismo intelectual (bem como ocorre com os artistas) que significa o enfraquecimento das chamadas “escolas” (tal como o funcionalismo, Escola de Frankfurt, etc.) em favor das produções individuais¹⁸.

Neste contexto, torna-se necessário atualizar e aprofundar as concepções revolucionárias. Porém, isso deve ser realizado de forma que não somente se perceba criticamente o que não é atual e os problemas existentes nas concepções passadas, devido sua época (e em alguns casos por seus limites próprios, como o situacionismo), mas também que se perceba criticamente as concepções atuais e seus vínculos problemáticos com a época atual e, simultaneamente, fazer um balanço compreendendo que nem tudo que hoje se critica nas concepções passadas são verdadeiras, pois a crítica pode ser, ela mesma, falsa¹⁹.

¹⁸ Na arte isso se manifesta através do pós-vanguardismo (ideologicamente chamado de “pós-modernismo”), que abole as “vanguardas” e “movimentos artísticos”, tal como foram o expressionismo, surrealismo, etc., substituído pelo individualismo bem de acordo com a ideologia neoliberal.

¹⁹ Um bom índice para entender as determinações sociais da falsidade está em analisar os interesses de quem realiza tal crítica. E não apenas da crítica, mas de concepções, pois é necessário saber quem financia, com qual interesse, bem como quem afirma, em que posição e relação com a classe dominante, governos, etc. Obviamente que não se trata de derivação mecânica de pertencimento de classe (o que alguns ingenuamente fazem), pois nesse sentido todos os intelectuais e produções complexas seriam falsas. É preciso perceber que isso é uma tendência e algo dominante na classe intelectual, mas que existem divisões internas na mesma, além das singularidades psíquicas dos indivíduos concretos que são intelectuais. Os interesses são mais reveladores quando se estabelece o vínculo com a ligação de quem produz ideias com

Essa é a importância da presente discussão e o que justifica o presente texto. Esse processo revela uma contemporaneidade na qual o capitalismo encontra dificuldades crescentes de reprodução, no qual lança mão de tudo e mercantiliza tudo (a hipermercantilização é uma das características da nova fase do capitalismo)²⁰. O regime de acumulação integral não é eterno (assim como não foram os outros regimes de acumulação e o próprio capitalismo) e cada vez mais, como todos os anteriores, tem suas forças exauridas, possibilitando a sua crise, em que pese use diversos elementos para evitar isso, desde as políticas de cooptação até as de “austeridade”. A crise abre uma brecha para a superação não apenas do regime de acumulação integral, mas também do próprio capitalismo, mas isso depende da luta de classes, da força do proletariado e classes aliadas, bem como da cultura revolucionária e sua transformação em “força material”, como já dizia o jovem Marx (1968).

Neste sentido, existe uma brecha e duas possibilidades principais²¹ estão postas para a resolução de uma crise do regime de acumulação integral: o fascismo²² ou a autogestão social, ou seja, uma situação semelhante a do início do século 20, no qual Rosa Luxemburgo colocou a palavra de ordem: *Socialismo ou Barbárie*. O resultado desta luta de classes pode ser a emancipação humana ou a catástrofe e o barbarismo, que, com a guerra e a destruição em massa de forças produtivas, pode dar novo fôlego ao capitalismo

governos, instituições, financiadores, partidos, etc. Da mesma forma, é preciso distinguir aqueles que apenas reproduzem as ideologias e representações dominantes daqueles que as produzem e os que o fazem por ingenuidade ou força das ideias vigentes e aqueles por interesses pessoais. Aqueles que, devido ingenuidade e/ou força das ideias vigentes, são os que mais necessitam entender a questão dos interesses por detrás dos discursos e práticas e tais vínculos, sem cair no dogmatismo e mecanicismo, inclusive entendendo os casos concretos.

²⁰ Isso não deve servir de pretexto para cair nas ideologias supostamente “esquerdistas” que acabam caindo no fetichismo do mercado, do dinheiro e do próprio fetichismo (que se tornou uma “realidade”, para alguns ideólogos da suposta “esquerda radical”). Esse processo de hipermercantilização apenas em sua aparência poderia justificar o pseudomarxismo neosmithiano de um Kurz (1993), por exemplo, pois sua essência está no modo de produção capitalista e suas mutações. O mercado (e muito menos o dinheiro) não é uma “mão invisível” que domina tudo, pois ela apenas manifesta as relações de distribuição capitalistas, as ações dos capitais individuais e outros portadores de mercadorias no processo de troca, cuja determinação fundamental está na produção de mais-valor, na luta de classes na produção, com supremacia do capital, que impõe o toyotismo, o neoliberalismo, o neoimperialismo, bem como seus produtos ideológicos.

²¹ Outras possibilidades são bastante remotas e apesar de alguns voluntaristas conservadores e reformistas sonharem com o retorno da socialdemocracia, tendo como exemplo o chamado “capitalismo nórdico”, o que revela mais uma vez a força das ideologias e dos interesses por detrás delas, bem como uma incompreensão da dinâmica das relações sociais e da especificidade de determinados países (trocada pela “vontade dos governantes”...), dificilmente poderão se efetivar.

²² Que pode assumir várias formas, como o nazismo, o ecofascismo, etc. Inclusive sempre que o capitalismo perde sua estabilidade política e de acumulação, surgem tendências de extrema-direita, que em momentos de crise pode ser usado, assim como a socialdemocracia, para conter as lutas revolucionárias. Nesse processo há também a emergência de um semifascismo gestado por ideólogos e outros, que acabam sendo de certa forma reproduzido em uma versão supostamente de esquerda, na qual o autoritarismo, dogmatismo e criação de um inimigo imaginário, algo bastante comum no pensamento fascista, são elementos formais que apontam para a reprodução do oprimido assumindo as práticas dos opressores.

e seu processo destrutivo e degradante. A teoria não é neutra e seu objetivo é contribuir com a transformação social e por isso ela deve descortinar esse nevoeiro ideológico e ilusório e buscar ampliar a consciência da realidade e fornecer subsídios para o movimento a favor da libertação humana. Tal como já dizia Marx (1968), a teoria se torna uma força material quando se apodera das “massas” (do proletariado e seus aliados), quando é crítica radical e expressão da realidade, manifestação da negação da sociedade que realizou a negação da vida.

Referências

- BAUER, Wilhelm. *Introducción al Estudio de la Historia*. Barcelona: Bosch, 1957.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e Intérpretes*. Sobre Modernidade, Pós-Modernidade e Intelectuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BENAKOUCHE, Rabah. *Acumulação Mundial e Dependência*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BESSELER, J. V. D. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: EPU, 1979.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEBRITO, Carlos. *Marx, Um Elogio Crítico*. Lisboa: Antígona, 1985.
- DHOQUOIS, Guy. *En Favor de La Historia*. Barcelona: Anagrama, 1977.
- DUJOVNE, Leon. *Teoría de los Valores y Filosofía de la Historia*. Buenos Aires: Paidós, 1959.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- JACOBY, Russell. *Os Últimos Intelectuais: a Cultura Americana na Era da Academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: Edusp, 1990.
- JAMESON, F. *Pós-Modernismo: A Lógica Cultura do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2002.
- KORSCH, K. *El Joven Marx como Filósofo Activista*. In: SUBIRATS, E. (org.). *Karl Korsch o el Nacimiento de una Nueva Época*. Barcelona: Anagrama, 1973.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LAZZARATO, M. e NEGRI, A. *Trabalho Imaterial, Formas de Vida e Produção de Subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- LIPIETZ, Alan. *Audácia: Uma Alternativa para o Século 21*. São Paulo: Nobel, 1991.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1978.
- MARÍAS, Julian. *Tratado Sobre a Convivência. Concórdia sem Acordo*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Hucitec, 2002.
- MARX, Karl. *Crítica de la Filosofía del Derecho de Hegel*. Notas Aclaratorias de Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Ediciones Nuevas, 1968.
- PAGÈS, Pelai. *Introducción a la Historia. Epistemología, Teoría y Problemas de Método en los Estudios Históricos*. Barcelona: Barcanova, 1983.
- RAMA, Carlos. *Teoría de la Historia. Introducción a los Estudios Históricos*. Madrid: Tecnos, 1968.
- ROSTOW, W. *As Etapas do Desenvolvimento Econômico. Um Manifesto Não-Comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- VIANA, Nildo. *Da Impossibilidade do Relativismo*. In: *A Filosofia e Sua Sombra*. Goiânia, Edições Germinal, 2000.
- VIANA, Nildo. Debord: Espetáculo, Fetichismo e Abstratificação. Revista Panorama, núm. 01, Agosto de 2011. Disponível em: <http://revistas.ucg.br/index.php/panorama/article/viewFile/1601/1008> acessado em: 20/09/2014.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. *Gênero e Ideologia*. In: VIANA, Nildo (org.). *A Questão da Mulher. Opressão, Trabalho e Violência*. Rio de Janeiro, Ciência Moderna, 2006.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo, Ideias e Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. *Senso Comum, Representações Sociais, Representações Cotidianas*. São Paulo: Edusc, 2008b.
- VIANA, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital*. São Paulo: Escuta, 2008a.

Resumo: O artigo aborda a problemática da contemporaneidade, partindo de uma discussão sobre a questão da periodização histórica e do conceito de contemporâneo, para chegar aos seus efeitos, especialmente o presentismo. Partindo da teoria marxista da história e da teoria dos regimes de acumulação, compreende a contemporaneidade como a atual fase do capitalismo comandada pelo regime de acumulação integral e mostra como nesse contexto emerge novas ideologias, representações cotidianas, linguagem, voltadas para a não percepção da historicidade desse período histórico, gerando o presentismo, que tem um forte efeito na mente das pessoas e nas lutas de classes.

Resumen: El artículo analiza los problemas de la contemporaneidad, a partir de una discusión sobre la cuestión de la periodización histórica y el concepto de contemporáneo, para llegar a sus efectos, especialmente lo presentismo. A partir de la teoría marxista de la historia y la teoría de los regímenes de acumulación, comprende lo contemporáneo como la fase actual del capitalismo dirigido por el régimen de acumulación integral y cómo en este contexto emergen nuevas ideologías, representaciones cotidianas, lenguaje, no interesadas en la percepción de la historicidad este período histórico, generando el presentismo, que tiene un fuerte efecto en la mente de las personas y en las luchas de clases.

Algumas aproximações entre José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci

Claudio Reis*

Introdução

Antes mesmo de abordar os temas selecionados aqui, presentes nos dois trabalhos dos autores, alguns dados histórico-biográficos de ambos despertam a atenção do leitor. Um primeiro ponto corresponde ao fato de ambos os textos serem escritos no final da década de 1920. Enquanto os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* fora publicado em 1928, *A questão meridional* teve sua redação em 1926 e publicação em 1930. Em certo sentido, os problemas comuns encontrados nessas suas obras significam a existência de preocupações similares, mesmo que um em contexto político-social diferente do outro. Entretanto, as atenções às particularidades nacionais dos dois não os colocavam em ilhas de pensamentos, isoladas e indiferentes ao terreno mundial, muito ao contrário os autores tinham pela frente um contexto internacional muito semelhante, isto é, o pós 1ª Guerra Mundial, a ascensão do fascismo em várias partes do mundo, a profunda instabilidade econômica capitalista, etc. Outro ponto interessante é que os dois buscaram se distanciar das leituras sectárias tão marcantes neste momento no interior do movimento socialista internacional, conseqüentemente em seus países. Mariátegui, após sua viagem pela Europa (1920-23), instante em que entra em contato o movimento operário e com o pensamento socialista, retorna ao Peru não com a intenção em forçar uma leitura historicamente intransigente sobre o seu país, partindo da realidade europeia, ao contrário, tentou se servir da teoria socialista para compreender as particularidades dos peruanos. Todavia, suas contribuições transcenderam, em importância, a realidade peruana para se tornarem pontos centrais do chamado marxismo latino-americano. Por sua vez, Gramsci também é identificado como um importante crítico do sectarismo presente no marxismo e no movimento comunista não só italiano, mas também europeu. E esse seu entendimento está visivelmente presente no interior do seu trabalho sobre a questão do Sul da Itália. Portanto, ambos tentaram tornar a teoria revolucionária em algo vivo e atuante, com capacidade para intervir politicamente na própria realidade.

* Professor de Teoria Política da UFGD e Coordenador do Grupo de Estudos Antonio Gramsci/UFGD. Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, claudio.reiss@yahoo.com.br.

Para esses autores e militantes fundamentais do marxismo do século XX, o materialismo histórico e dialético foi incorporado não como um dogma ou como um conjunto de leis naturais, mas como *práxis* reveladora da complexa processualidade histórica, enfrentada em diversos cenários políticos, econômicos, culturais e sociais, pelos sujeitos explorados e, por isso, potencialmente impulsionadores das transformações substanciais da realidade.

Sabe-se que a análise dos autores a partir de dois trabalhos apenas, não expressa o pensamento global de ambos. Entretanto, o propósito aqui não é esgotar as suas contribuições para o pensamento revolucionário, mas inserir algumas questões importantes que revelam pontos de contatos entre suas obras.

Mariátegui e Gramsci diante da questão agrária

Tanto nos *Sete Ensaio...*, quanto na *Questão meridional* é possível notar a centralidade do problema agrário. Para os dois autores, este ponto se colocava como condicionante decisivo para grande parte da opressão das classes dominantes sobre os subalternos do Peru e da Itália. Por este motivo, voltaram-se para a tentativa de compreender com profundidade os aspectos característicos de tal realidade.

No caso da realidade peruana, o peso do latifúndio sobre a organização de sua sociedade era extremo. E parte dessa situação, explicava-se, segundo o autor, a partir da postura de dependência das classes dominantes peruanas em relação ao capitalismo estrangeiro. Como o próprio afirma:

A classe latifundiária não conseguiu se transformar em uma burguesia capitalista, dirigente da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes, se encontram nas mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários se contentaram em servir como intermediários a esse, na produção de algodão e açúcar. Esse sistema econômico manteve, na agricultura, uma organização semifeudal, que se constitui na maior dificuldade para o desenvolvimento do país. (Mariátegui, 2010, p.46)

A partir desse cenário econômico surgem, no Peru, as relações, definidas pelo autor, como feudais. A *herança histórico-nacional* peruana, caracterizada pela colonização espanhola, está fortemente marcada pela importação das relações sociais européias – em seu início, ainda pontuadas por elementos feudais. Justamente por isso, o conceito de “feudalismo” está sempre presente nos *Sete ensaios...*. Para Mariátegui, a sociedade peruana de sua época estava constituída pelos seguintes modos de produção: o comunitarismo indígena, o feudalismo e algumas relações capitalistas. No entanto, a sua grande preocupação analítica esteve relacionada ao chamado *gamonalismo* – correspondente ao latifúndio peruano e ao seu feudalismo característico.

O latifúndio era o principal mecanismo de opressão das classes dominantes peruanas, sobre a grande maioria da população. E não ficam dúvidas, em seu texto, que os maiores violentados nesse contexto eram os indígenas. Segundo o autor, a luta contra os latifundiários era indispensável para a libertação dos índios da condição de servos. Por esse motivo, Mariátegui negou qualquer discurso humanitário perante a questão indígena e se lançou ao combate do modo de produção predominante em seu país. Na verdade, foi nas relações econômicas que encontrou os principais elementos da dominação e, conseqüentemente, da libertação dos índios peruanos. Além disso, entender

o indígena, como camponês, longe de significar uma tentativa de aculturação, significava reconhecer neste grupo social discriminado a qualidade de produtor na sociedade, quebrando os estigmas que o viam como improditivos, atrasados e incultos. Tratar o problema indígena como um problema camponês, de luta pela terra contra o latifúndio, significava aventar a questão camponesa da forma mais radical possível, direcionando toda crítica às oligarquias tradicionais limenhas, que de diversas formas, mesmo que indiretas, beneficiavam-se com a exploração indígena. Para reafirmar sua perspectiva materialista e revolucionária diante do problema indígena, Mariátegui contrapõe sua análise econômico-social ao que denomina de “filantropia da Associação Indígena”. (Deveza, 2007, p.189)

São muitas as passagens, presentes nos *Sete ensaios...*, dando conta do caráter idealista de setores e instituições peruanas em relação à solução da questão indígena. Em uma delas, destaca-se o aspecto moral:

A tendência em considerar o problema indígena como um problema moral encarna uma concepção liberal, humanitária, oitocentista, iluminista, que na ordenação política do Ocidente anima e motiva as “ligas dos Direitos do Homem”. As conferências e sociedades antiescravistas, que denunciaram de forma mais ou menos infrutífera na Europa os crimes dos colonizadores, nascem dessa tendência, que confiou excessivamente nos seus apelos pelo sentido moral da civilização. (Mariátegui, 2010, p.57)

Continuando esse seu raciocínio, afirma que o humanitarismo não enfraqueceu “nem envergonhou o imperialismo na Europa, nem melhorou seus métodos. A luta contra o imperialismo já não confia senão na solidariedade e na força dos movimentos de emancipação das massas coloniais.” (Idem, p.58)

Por último e sinteticamente, o autor diz:

Todas as teses sobre o problema indígena, que ignoram ou aludem a esse como problema econômico-social, são outros tantos exercícios teóricos – e às vezes apenas verbais – condenados a um descrédito absoluto. Nem a boa-fé de algumas as salvam. Praticamente todas só serviram para ocultar ou desfigurar a realidade do problema. A crítica socialista o descobre e esclarece, porque busca suas causas na economia do país e não no seu mecanismo administrativo, jurídico ou eclesiástico, nem em sua dualidade ou pluralidade de raças, nem em suas condições culturais ou morais. A questão indígena nasce de nossa economia. Tem suas raízes no regime de propriedade da terra. Qualquer tentativa de resolvê-la com medidas de administração ou polícia, com métodos

de ensino ou obras de estradas, constitui um trabalho superficial ou adjetivo, enquanto subsistir o feudalismo dos *gamonales*¹. (Ibidem, p.53)

Era preciso combater politicamente a herança deixada aos indígenas e aos demais trabalhadores peruanos. O passado colonial, fortemente marcado pelos elementos feudais presentes na Espanha, da época das conquistas, impedia o desenvolvimento de forças progressistas e populares. “A Espanha nos trouxe a Idade Média: inquisição, feudalismo, etc. E nos trouxe também a contrarreforma: espírito reacionário, método jesuítico, casuismo escolástico.” (Mariátegui, 2010, p.70) O que se via, portanto, eram formas extremamente atrasadas de dominação sobre os índios, transformando-os em servos no processo produtivo do país. Nem mesmo o capitalismo conseguia ter espaços para o seu desenvolvimento.

Por sua vez, Gramsci, em *A questão meridional*, também identifica na questão agrária, um dos pilares da dominação de classe na Itália. Aqui, o latifúndio também ganha centro nas reflexões do autor para explicar a opressão sobre os camponeses. Ainda que na Itália o desenvolvimento do capitalismo tenha tido maior alcance econômico-social quando comparado ao Peru, persistiu, porém, em seu território, aspectos medievais indiscutíveis.

Gramsci faz uma detalhada análise sobre como se construiu o edifício de dominação sobre os trabalhadores do campo. Para tanto, ressalta o papel de um sujeito fundamental na organização das sociedades, que é o “intelectual”. Em sua leitura, os pequenos e médios proprietários, além dos intelectuais menores – estes entendidos em sentido amplo, identificados pelos professores, padres, administrados públicos, advogados, entre outros – das cidades do Sul da península, exerciam a dominação direta sobre os camponeses. Este grupo de intelectuais era responsável pelo domínio não apenas coercitivo, mas também cultural e moral, em benefício dos interesses dos grandes fazendeiros sobre os trabalhadores. No topo dessa estrutura de poder, estavam justamente os grandes proprietários de terras e os intelectuais de amplo alcance social, entre os quais,

¹ *Gamonales* são os latifundiários dos andes peruanos. No entanto, “o termo *gamonalismo* não designa apenas uma categoria social e econômica: a dos latifundiários ou grandes proprietários agrícolas. Designa todo um fenômeno. O *gamonalismo* não está representado somente pelos *gamonales* propriamente ditos. Compreende uma grande hierarquia de funcionários, intermediários, agentes, parasitas, etc. O índio alfabetizado se transforma em explorador de sua própria raça por que se coloca a serviço do *gamonalismo*. O fator central do fenômeno é a hegemonia da grande propriedade semifeudal na política e no mecanismo do Estado. Por conseguinte, é sobre esse fator que se deve atuar caso se deseje atacar pela raiz um mal do qual alguns se empenham em contemplar somente as expressões simbólicas ou subsidiárias.” (Mariátegui, 2010, pp. 54-55).

destacava-se Benedetto Croce. Este importante filósofo da época mantinha moral e politicamente os pilares da dominação sobre os camponeses.

De acordo com a leitura gramsciana, nos países em que “a agricultura exerce ainda um papel muito importante ou mesmo predominante”, prevalece um velho tipo de intelectual, fornecedor da “maior parte dos funcionários estatais; mesmo na esfera local, na vila e na cidadezinha rural, este tipo exerce a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral.” (Gramsci, 2004, p.424)

Buscando, ainda compreender a consciência das classes e dos grupos característicos da realidade agrária, diz:

O burguês rural, ou seja, o pequeno e médio proprietário de terras, que não é camponês, que não trabalha a terra, que ficaria envergonhado se fosse agricultor, mas que pretende obter da pouca terra que tem, ou arrendada ou explorada em meação, o que precisa para viver com certa folga, para mandar os filhos ou à Universidade ou ao seminário, para proporcionar às filhas um dote que lhes permita casar-se com um funcionário estatal militar ou civil. Os intelectuais herdam desta camada uma profunda aversão pelo camponês trabalhador, considerado como máquina de trabalho que deve ser espremida até o osso e que pode ser substituída facilmente, dada a existência de uma superpopulação trabalhadora. Herdam também o sentimento atávico e instintivo do medo pânico diante do camponês e de suas violências destruidoras e, portanto, um hábito de sofisticada hipocrisia e de refinadíssima arte de enganar e de domesticar as massas camponesas. (Gramsci, 2004, pp.424-25)

Parte, portanto, da dominação de classe presente no campo tem como peça central as atividades desses intelectuais. Do ponto de vista dos subalternos, o autor de *A questão meridional*, admite a existência de dificuldades em sua organização político-cultural capaz de lhe dar autonomia. A sua argumentação ressalta o seguinte:

Os movimentos camponeses, na medida em que não se expressam em organizações de massa ainda que só formalmente autônomas e independentes (ou seja, capazes de selecionar quadros camponeses de origem camponesa e de registrar e acumular as diferenciações e os progressos que se realizam no movimento), terminam por se enquadrar sempre nas instituições normais do aparelho estatal – prefeituras, governos provinciais, Câmara de Deputados –, através de composições e decomposições dos partidos locais, cujos quadros são formados por intelectuais, mas que são controlados pelos grandes proprietários e por seus homens de confiança (...) (Gramsci, 2004, p.426)

Certamente que a luta dos camponeses não deveria ser entendida como isolada, seja do ponto de vista territorial, seja em relação ao âmbito político. Pelo menos a partir das observações de Gramsci, o combate ao latifúndio e às suas formas de dominação deveria fazer parte do programa político da classe operária das cidades industrializadas. Assim, não há no autor uma perspectiva agrarista sobre a necessidade de se superar a dominação e exploração sobre os trabalhadores do campo.

Mesmo estando em países com particularidades marcantes, existem, em ambos os autores, uma preocupação específica com os *não operários*. Enquanto Mariátegui busca inserir o índio no projeto de transformação de seu país, Gramsci o faz em relação ao camponês. Ambos rejeitaram tanto o humanitarismo quanto o racismo, difundidos em seus países, no tratamento dessas questões. Buscaram ampliar a capacidade revolucionária do marxismo, entendido como método e prática política, e não restringi-lo como muitos de seus contemporâneos o fizeram – movimento que ficou conhecido historicamente como “revisionista”.

Unidade nacional como obstáculo da luta popular

Sobre este ponto, Mariátegui também demonstra preocupações em suas análises. O Peru não tinha conquistado, até sua época, as unidades política, cultural e econômica. O autor peruano separa o território a partir das seguintes características: costa litorânea, serra e selva. Em sua definição, vê-se:

O Peru, segundo a geografia física, divide-se em três regiões: a costa, a serra e a selva (no Peru, a única coisa que está bem definida é a natureza). E essa divisão não é apenas física. Transcende toda nossa realidade social e econômica. A selva, sociológica e economicamente, ainda não tem significado. Pode-se dizer que a selva é um domínio colonial do Estado peruano. Mas a costa e a serra, entretanto, são efetivamente as duas regiões nas quais se distingue e se separa, como o território, a população. A serra é indígena; a costa é espanhola ou mestiça (...) (Mariátegui, 2010, pp.199-200-201)

Era na região litorânea que se encontravam os elementos econômicos mais desenvolvidos em termos capitalistas, mesmo de modo bastante debilitados. Na serra, a característica principal se refere ao comunismo indígena, portanto, ausente de propriedade privado. De qualquer modo, como já foi dito, o que caracterizava o país como um todo era o domínio do latifúndio e o predomínio do feudalismo. Diante da análise feita por Mariátegui, em seu *Sete ensaios...*, é possível identificar pelo menos três modos de produção convivendo no território peruano. O que certamente trouxe importantes conseqüências para a vida política e cultural dos peruanos, com destaque para os trabalhadores e os índios. Os conflitos gerados, a partir desse cenário, são observados do seguinte modo:

O Peru costeiro, herdeiro da Espanha e da conquista, domina desde Lima o Peru serrano; mas não é, demográfica e espiritualmente, forte o suficiente para absolvê-lo. A unidade peruana está por ser feita; e não se apresenta como um problema de articulação e convivência, dentro dos limites de um Estado único, de vários antigos pequenos Estados ou cidades livres. No Peru o problema da unidade é muito mais profundo, porque aqui não é o caso de resolver uma pluralidade de tradições locais ou regionais e sim uma dualidade de raça, de língua e de sentimento, nascida da invasão e da conquista do Peru autóctone por uma raça estrangeira que não conseguiu se fundir com a raça indígena, nem eliminá-la, nem absorvê-la. (Mariátegui, 2010, p. 201)

Como saída para os problemas enfrentados, o socialista peruano estabeleceu como prioridade a superação do feudalismo, fundamentado no regionalismo e na opressão sobre os índios. Era devido ao latifúndio que o Peru se encontrava nessa situação de grave desigualdade regional. Nas palavras do autor,

A necessidade mais angustiante e peremptória do nosso progresso é a liquidação desse feudalismo que constitui uma sobrevivência da colônia. A redenção, a salvação do índio, eis o programa e a meta da renovação peruana. (...) Por conseguinte, impõe-se o repúdio absoluto, a rejeição radical de um regionalismo que reconhece suas origens em sentimentos e interesses feudais e que, portanto, propõe como finalidade essencial um aumento do poder do *gamonalismo*. O Peru tem que optar entre o *gamonal* e o índio. Esse é seu dilema. Não existe um terceiro caminho. Colocado esse dilema, todas as questões de arquitetura do regime passam a um segundo plano. O que importa primordialmente aos homens novo é que o Peru se pronuncie contra o *gamonal*, pelo índio. (Mariátegui, 2010, p.208)

Dentro do programa revolucionário de Mariátegui, a questão indígena não faz parte de uma questão regional, mas nacional. Índios, sob dominação dos latifundiários, e trabalhadores, explorados pelo capitalismo costeiro, eram os agentes do processo de transformação social necessário para o Peru.

Do mesmo modo, Gramsci, em *A questão meridional*, expõe questões semelhantes. Para ele, a Itália estava cindida em dois grandes blocos econômico-sociais. De um lado, tinha-se o Norte da península – com pleno desenvolvimento capitalista; de outro, o Sul – ainda marcado pelo domínio dos grandes fazendeiros. Em seu ensaio, inacabado, Gramsci aponta desdobramentos importantes, principalmente para a luta de classes, em decorrência dessa “cisão”. Para ele, o problema não se restringia aos aspectos econômicos, pois sua força se deslocava decisivamente para os elementos culturais e políticos. Politicamente era preciso, tendo em vista tal cenário, buscar a unidade de classe entre trabalhadores das indústrias do Norte com os camponeses do Sul. Tarefa complexa, mas indispensável para os comunistas. Além disso, na esfera da cultura, era preciso eliminar uma série de elementos ideológicos criados pela “ciência” dominante da época que difundia a existência de certa inferioridade biológica dos “sulistas” – enunciados largamente inseridos entre os operários do Norte e, sem dúvida, entrave para a unidade das classes e dos grupos dominados da Itália. A questão está colocada nos seguintes termos:

O primeiro problema a resolver, para os comunistas turinenses, era o de modificar a orientação política e a ideologia geral do próprio proletariado, enquanto elemento nacional que vive no conjunto da vida estatal e sobre inconscientemente a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa. É conhecida a ideologia que foi difundida capilarmente pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos para o desenvolvimento civil da Itália; os sulistas são

seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza, que fez os sulistas poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, temperando esta sorte madrasta com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como as palmeiras solitárias num deserto árido e estéril. (Gramsci, 2004, p.409)

Essa passagem demonstra que Gramsci mesmo tendo nascido na Sardenha, ilha considerada socialmente como parte do Sul, não se rendeu ao movimento político regionalista, entusiasta em sua época, no qual defendia os interesses dessa parte da península. Como o próprio autor diz: “em 1919, formou-se a associação da “Jovem Sardenha”, início e premissa do que viria a ser mais tarde o Partido Sardo de Ação.” (Gramsci, 2004, p.411) Esse movimento tinha como objetivo unir toda a população sarda da ilha e do continente, na tentativa de criar um “bloco regional”, com força de reivindicação suficiente para pressionar o governo da época, que havia feito algumas promessas aos soldados sardos durante a Primeira Guerra. Entretanto, além dos ex-soldados sardos, advogados, professores e funcionários públicos, também aderiram ao movimento. Gramsci relata um evento ocorrido em Turim, no qual tinha o objetivo de reunir os sardos que viviam no Piemonte. E esse seu comentário deve ser ressaltado, pois revela o seu olhar sobre a questão em destaque aqui. Diz ele:

Tratava-se, em sua maioria, de gente pobre, gente do povo sem profissão definida, operários manuais, aposentados de baixa renda, ex-carabineiros, ex-agentes penitenciários, ex-guardas de finanças, que exerciam pequenas atividades de natureza muito variada. Todos ficavam entusiasmados com a idéia de estar entre conterrâneos, de ouvir discursos sobre sua terra, à qual continuavam ligados por inúmeros laços de parentesco, de amizade, por recordações, sofrimentos, esperanças, entre as quais a de voltar à terra natal, mas a uma terra natal mais próspera e rica, que oferecesse as condições de viver, ainda que modestamente. Os comunistas sardos, no preciso número de oito, foram à reunião, apresentaram à presidência uma sua moção e pediram para intervir apresentado uma proposta alternativa. Depois do discurso inflamado e retórico do orador oficial, adornado de todas as Vênus e querubins da oratória regionalista; depois que os outros oradores choraram ao recordar as dores passadas e o sangue derramado pelos regimentos sardos na guerra; depois que se entusiasmaram até o delírio com a idéia do bloco compacto de todos os filhos generosos da Sardenha – depois disso tudo, era muito difícil “encaixar” a proposta alternativa. As previsões mais otimistas eram, se não o linchamento, pelo menos um passeio na delegacia, após termos sido salvos das conseqüências do “nobre desdém da massa”. Mas a proposta alternativa, se provocou um enorme espanto, foi escutada com atenção; e, uma vez rompido o encantamento, chegou-se rapidamente, ainda que de modo metódico, a uma conclusão revolucionária. O dilema era o seguinte: “vocês, pobres diabos sardos, são a favor de um bloco com os senhores da Sardenha que arruinaram vocês e são os defensores locais da exploração capitalista, ou são a favor de um bloco com os operários revolucionários do continente, que querem derrubar todas as explorações e emancipar todos os oprimidos?” Tal dilema penetrou na mente dos presentes. (Gramsci, 2004, pp.412-13)

A partir desse relato não há dúvida quanto ao posicionamento político de Gramsci. E mais uma vez há uma semelhança com as reflexões de Mariátegui sobre o tema. Tanto um quanto o outro, negaram o regionalismo como forma de luta político, em busca de uma unidade de classe ou mesmo desta com a *não classe operária*. O que significava transcender o aspecto provinciano da região e ir em direção do movimento nacional e sua relação com o mundo.

Mariátegui e Gramsci: a alteridade na teoria política revolucionária

Já faz parte de um certo consenso, a afirmação de que uma das originalidades do pensamento político mariateguiano seja a sua atenção à questão indígena. Isso se explica não apenas por seu país, em sua época, ser habitado majoritariamente por índios, afinal nem todos socialistas peruanos apresentavam a mesma postura. Muitos buscavam o caminho do socialismo peruano, tendo em vista as experiências da Europa, sem as devidas mediações para a realidade social em que viviam. Em consequência, os índios não eram inseridos nos programas políticos de transformação revolucionária da realidade. Mariátegui, ao contrário, buscou construir um marxismo ou uma teoria da revolução sem desconsiderar as características histórico-sociais de seu país. A sua passagem pela Europa e as suas experiências com as lutas operárias daquele continente, não o fizeram esquecer as particularidades da vida social peruana. Por isso, ao retornar, teve o objetivo de criar uma teoria da revolução a partir dos sujeitos concretos do Peru. Para o autor:

a interpretação marxista consistia no estudo detalhado das condições concretas de cada realidade específica. O que interessava pesquisar seriam as configurações efetivas das classes sociais de determinada formação social, sua história e raízes culturais, suas dimensões e frações diversas, os níveis de consciência das classes trabalhadoras e das camadas populares, suas potencialidades de oposição às classes burguesas e, por fim, a própria articulação do poder burguês, nos planos nacionais e internacionais. Segundo tal óptica, portanto, a aplicação de modelos teóricos supostamente válidos para toda e qualquer formação social estaria sempre fadada ao fracasso. (COSTA & CLEMENTE, 2012, p.27).

Ao incluir a questão indígena nos *Sete ensaios...*, o autor buscou acentuar a importância de se considerar esse sujeito histórico como ativo no processo de superação das formas de dominação de classe em seu território, caracterizadas pelo bloco feudal-capitalista. É exatamente neste momento que o *não operário* entra em cena na teoria política revolucionária mariateguiana.

Sem incorporar as ideologias “humanitárias” e “assistencialistas”, Mariátegui busca resolver o problema indígena por meio de uma luta revolucionária: primeiro contra

o feudalismo, depois contra elementos capitalistas. Sem superar a opressão sobre os índios, não era possível visualizar qualquer projeto revolucionário para o Peru.

Assim como Lenin que não recuou em sua teoria da revolução, mesmo tendo pela frente uma esmagadora maioria de camponeses em solo russo, Mariátegui não deixou de buscar a construção do socialismo pelo fato ter em sua realidade social uma maioria de indígenas.

Isso se tornou viável pelo fato do autor desconsiderar as ideologias racistas sobre os índios e, ao mesmo tempo, identificar concretamente as potencialidades revolucionárias desse grupo social. Dentro da melhor tradição de atualização do marxismo, Mariátegui buscou expandir o seu potencial revolucionário ao incorporar sujeitos não considerados pelos europeus. Diferentemente dos revisionistas que buscavam limitar ou diminuir a capacidade revolucionária do materialismo histórico e dialético, o autor peruano levou a frente a sua ampliação.

A atenção que dá aos índios e a busca em conhecê-los de forma precisa introduz à teoria revolucionária e ao marxismo contemporâneo perspectivas fundamentais – o que o coloca como um autor ainda bastante atual. Em seu pensamento existe aquilo que se pode chamar de uma *alteridade para a revolução*.

A partir de uma análise concreta da situação histórica concreta, o socialista peruano, não perde de vista as particularidades do país em que vive. Em sua percepção, a revolução não segue um processo único e universal. Ao contrário do que vigorava em sua época, Mariátegui não assume o método do “marxismo-positivista” e nem o seu correspondente pedantismo moral, definidor dos chamados “verdadeiros sujeitos da revolução”. Não fosse a sua distância em relação a essa forma de entender os agentes da transformação radical da sociedade, não haveria espaços para o indígena.

Em os *Sete ensaios...* é recorrente a tentativa do autor em inserir os índios no projeto de transformação da sociedade peruana. Para Mariátegui, a independência do país “não constituiu, como se sabe, um movimento indígena. Foi promovida e aproveitada pelos *criollos* e também pelos espanhóis das colônias. Mas aproveitou o apoio da massa indígena.” (Mariátegui, 2010, p. 62) Diz ainda: a nova “geração peruana sente, e sabe, que o progresso do Peru será fictício, ou pelo menos não será peruano, enquanto não seja a obra e não signifique o bem-estar da massa peruana, 4/5 das quais é indígena e camponesa.” (Mariátegui, 2010, p. 64) Justamente por esses fatores econômico-social e demográfico, os protagonistas do processo precisavam ser os próprios índios que – apesar dos avanços, notados pelo autor – ainda não tinham estabelecidos vínculos nacionais. Na

maior parte dos casos, ainda estavam presos ao regionalismo, conseqüentemente ao latifúndio e à derrota.

Por fim, argumenta:

Nós que, do ponto de vista socialista, estudamos e definimos o problema do índio, começamos por declarar absolutamente superados os pontos de vista humanitários ou filantrópicos, nos quais, como um prolongamento da batalha apostólica do padre de Las Casas, se apoiava a antiga campanha pró-indígena. Nosso primeiro esforço tende a estabelecer seu caráter de problema fundamentalmente econômico. Insurgimo-nos primeiramente contra a tendência instintiva – e defensora – dos *criollos* ou *misti* (mestiço), de reduzi-lo a um problema meramente administrativo, pedagógico, étnico ou moral, para escapar de qualquer maneira do plano da economia. (...) Não nos contentamos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra (Mariátegui, 2010, pp.67-68) .

Portanto, a partir de um *estudo* profundo sobre este *não operário* é que o pensamento mariateguiano buscou expandir o materialismo histórico. Processo sempre atual e necessário para manter sua força revolucionária.

Quanto a Gramsci, algo semelhante acontece. Originário de uma pequena cidade da Sardenha, longe do centro capitalista italiano, Antonio Gramsci também teve um olhar atento aos *não operários*, em suas compreensões sobre o processo revolucionário. Em *A questão meridional*, isso fica evidente. A sua tentativa em entender a vida concreta dos camponeses do Sul da Itália, atendia a um projeto de unidade entre o *subalterno* desta parte da península e os operários fabris do Norte.

O autor tinha a percepção de que os grupos subalternos do Sul eram pouco ou nada conhecidos pelos operários do Norte. E o seu trabalho atendia justamente a essa necessidade de difundir entre os trabalhadores do Norte, um conhecimento sobre o camponês fundamentalmente histórico e concreto. Como Gramsci não tinha a pretensão de produzir erudição, mas teoria revolucionária, o seu alvo era as concepções racistas, criadas pela sociologia predominante da época, sobre subalterno do Sul. Vistos como biologicamente inferiores quando comparado ao “nortista”, os camponeses eram responsabilizados pelo atraso econômico e miséria em que viviam. Eles, por serem preguiçosos, eram os únicos responsáveis pela sua precariedade social.

A questão central aqui é que tal ideologia estava plenamente difundida entre os trabalhadores do Norte. Eles, a partir dos interesses da burguesia industrial, eram alimentados moralmente com esses argumentos. Os intelectuais orgânicos das classes dominantes haviam construído uma camada ideológica que precisava ser fraturada.

Os grandes intelectuais do Sul também exerciam forte poder sobre a manutenção do domínio sobre os camponeses. Croce, em *A questão meridional* assume destaque nas reflexões de Gramsci sobre esse aspecto.

O fato é que a teoria política gramsciana não introduz o camponês no projeto revolucionário de maneira caricatural ou a-histórica. Muito ao contrário, o autor, demonstra evidente respeito a esse grupo potencialmente revolucionário. Mesmo em suas críticas aos aspectos culturais deste subalterno, Gramsci não o trata sem sua seriedade característica.

Inserir os camponeses no projeto revolucionário deveria ser uma tarefa concreta, a partir de uma análise e de uma ação da mesma forma concretas. Para ele, o conhecimento correto era indispensável. Além disso, uma relação não burocrática, ausente de pedantismo, era um elemento moral básico para o Partido Comunista, perante esse subalterno. Aqui também está em operação o que se pode chamar de *alteridade para a revolução*, isto é, o entendimento sobre o subalterno de forma detalhada e politicamente revolucionária. Desnaturalizando tanto as construções ideológicas e culturais das classes dominantes sobre as classes populares, quanto as criações, muitas vezes alimentadoras do domínio de classes, dos próprios explorados. Gramsci aponta resultados importantes nesta direção. Como ele mesmo afirma:

No campo proletário, os comunistas de Turim tiveram um “mérito” incontestável: o de obrigar a vanguarda operária a se ocupar da questão meridional, apontando-a como um dos problemas essenciais da política nacional do proletariado revolucionário. (Gramsci, 2004, p.408).

Vê-se, portanto, que uma grande preocupação de Gramsci para formular a sua teoria revolucionária, era justamente o entendimento profundo sobre o *não operário*, o que certamente obrigava a presença da alteridade nas posturas dos comunistas diante desse *outro*.

De modo geral, percebeu-se até aqui importantes semelhanças entre os autores abordados. Sobre a questão da alteridade na teoria revolucionária isso também ficou evidente.

Considerações finais

A partir desses dois importantes marxistas do século XX é possível notar aproximações não apenas sobre temas específicos de suas realidades nacionais, mas também quanto ao tema do *não operário* no interior materialismo histórico. Com eles é possível pensar num alargamento do marxismo, enquanto método e ação política, sobre os sujeitos sociais que não fazem parte da classe operária, mas que tanto quanto ela estão

sob dominação do permanente acúmulo do capital. Como mediação para se atingir tal objetivo, buscou-se aqui ressaltar a importância da alteridade – pensada como procedimento para o conhecimento do *outro*, a partir de sua historicização e da análise concreta de sua realidade. Essa é uma discussão que se faz necessária, no interior do marxismo, tendo em vista as profundas transformações históricas em curso. Colocar em movimento o materialismo histórico e dialético é retirá-lo do conformismo metafísico para conformá-lo à realidade efetiva.

Referências

COSTA, Diogo & CLEMENTE, Márcia. *Mariátegui e o Brasil: o socialismo indo-americano e os dilemas do marxismo na periferia*. Águas de Lindóia/SP, 36º Encontro Anual da ANPOCS, GT 18 – Marxismo e Ciências Sociais, 2012.

DEVEZA, Felipe. *O problema indígena no marxismo de José Carlos Mariátegui*, Revista História: Debates e Tendências, v.7, n.2, jul/dez, pp.177-203, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, Vol. 2.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Resumo: Ao se analisar as obras de José Carlos Mariátegui e de Antonio Gramsci, chama a atenção do leitor a semelhança quanto a certos pontos. Para estabelecer tal relação, serão destacadas aqui as seguintes: *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, do marxista peruano, e *A questão meridional*, do italiano. Nesses dois escritos, alguns temas são recorrentes: a questão agrária, o problema da unidade nacional e a questão da alteridade para se pensar uma teoria política revolucionária. Como se sabe, tanto José Carlos Mariátegui quanto Antonio Gramsci, nesses seus trabalhos, buscaram compreender de modo aprofundado as realidades nacionais em que viviam. Se a questão central para o primeiro era explicar o que era o Peru, para além de Lima, no caso do segundo, a Itália também necessitava ser entendida não apenas a partir da região Norte, pois no Sul estava grande parte do principal aliado dos trabalhadores da indústria, isto é, os camponeses. Em todos esses pontos, a preocupação com o *não operário* parece ser central.

Palavras-Chave: Mariátegui; Gramsci; Política.

Abstract: When the books written by José Carlos Mariátegui and by Antonio Gramsci are analysed, likeness in relation to some points calls for reader's attention. To establish this relation, two books will be emphasized: *Seven Interpretive Essays on Peruvian Reality*, by the Peruvian Marxist, and *The Southern Question*, by the Italian writer. In both books, themes such as the agrarian issue, national unity and alterity are recurring in order to think

a revolutionary political theory. In their books, José Carlos Mariátegui and Antonio Gramsci sought profoundly to understand the national reality in which they were living. For Mariátegui, the central issue was to explain Peru as a whole without restriction to Lima. For Gramsci, Italy had to be understood not only from the perspective of the North, since most peasants, the main allies of industrial workers, were in the South. In these points, concerns with non-workers seem to be central.

Key-words: Mariátegui; Gramsci; Politics.

Instituições Burguesas e Autogestão Social

Daniel Barboza*

Introdução

O presente texto tem por objetivo analisar as políticas representativas no interior da sociedade capitalista, bem como, expor as vias que podem vir a ser utilizadas para driblar as determinações opressivas da sociedade burguesa. Trata-se de uma análise feita sobre as ideologias dominantes que obscurecem cada vez mais a realidade social da classe proletária, na medida em que também, deixam cada vez mais expostas as suas fragilidades estruturais (organizacionais) ao tentar tratar de forma homogênea os interesses antagônicos de classe. Para construir um pensamento crítico e reflexivo sobre as políticas institucionais que nos regem, precisamos antes compreender o contexto social em que elas surgem, assim como o papel que desempenharam em nosso meio. Deste modo a análise da história torna-se indispensável para a discussão entre partidos políticos, sindicatos e conselhos de fábrica. Para melhor compreensão do tema, o artigo foi dividido em três partes: na primeira parte será feita uma análise sobre os partidos políticos e a ideia de representação, na segunda abordaremos os sindicatos e a influência que exercem no amortecimento das lutas trabalhistas. Por fim, na terceira e última parte discutiremos a questão da organização em conselhos de fábrica como expressão da classe trabalhadora diante das determinações unilaterais das políticas dominantes.

Quando mencionamos a palavra partidos políticos, logo nos vêm ao pensamento algumas associações, como competição, corrupção, falsidade, fraude; ou até mesmo um grupo independente de pessoas que se auto estabelecem para formular e reformular leis, estabelecer metas e regras para o funcionamento da sociedade. No fundo, realizam aquilo que Durkheim chamou de funcionalismo. Para esse autor a sociedade deveria funcionar como um grande organismo, e para que esse organismo se mantivesse vivo precisaria ser funcional, ou seja, cada parte deveria cumprir bem o seu propósito, a sua função, assim como os órgãos no corpo humano; a diferença é que dentro da natureza biológica temos um movimento involuntário do organismo, o que não acontece com a sociedade, que se desenvolve dentro dos moldes voluntários, ou seja, de acordo com a imposição de leis, e regulamentações externas. No caso dos partidos políticos, muitas vezes não nos preocupamos com a sua finalidade em nosso meio. Ao analisarmos a história, podemos

* Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas América Latina em Movimento.

perceber que há uma frequência elevada nas trocas representativas dentro das políticas dominantes. No atual modelo representativo, os partidos políticos são institucionalmente introduzidos no meio social por meio de sistemas burocráticos, que facilitam a dominação econômica e política da classe burguesa.

As políticas dominantes dividem a sociedade tal como defendeu Durkheim em um grande organismo, em diferentes cargos e funções, deste modo, acabam por gerar inúmeras hierarquias, que possibilita ao homem cultivar a terra para além do alcance dos seus braços. As políticas partidárias têm como figura de centro o político profissional, que se elege para cumprir com as finalidades políticas e necessidades do capital. Para que os partidos políticos se assegurem como representantes da verdadeira democracia no meio social, precisam persuadir a classe operária de estar trabalhando a seu favor, quando na verdade, o que fazem é alienar essa classe para que não observem a exploração que sofrem.

Viana (2006) destaca que os partidos políticos agem guiados por interesses próprios e de partido. O autor ainda destaca que tanto os partidos de esquerda como os de direita não objetivam a construção ou a implantação de uma ação conjunta em benefício de todos aqueles que participam do convívio social (trabalhadores assalariados, mendigos, sem tetos, desempregados, subempregados etc.). As intenções e ações de ambos partidos contemplam apenas aqueles que já são beneficiados pelo atual sistema (grandes empresários, grandes industriais, donos de bancos, grandes corporações etc.).

Deste modo, os partidos políticos funcionam de maneira estratégica no interior da sociedade, em defesa dos interesses econômicos e políticos da burguesia. As instituições representativas tornam-se uma ferramenta extremamente eficaz na produção e reprodução de ideologias, pois essas instituições têm por objetivo fragmentar todas as relações sociais, para que se desenvolvam as relações de estado, que realiza o intermédio entre uma classe e outra. Ao votar os eleitores fecham os cadeados do grande cerco que os envolvem, pois um representante não conhece o seu eleitor, não sabe das suas necessidades, e tão pouco pode atendê-las. Fica evidente que os partidos políticos, assim como os políticos profissionais não possuem vínculo algum com seus representados; no entanto, conhecem muito bem os interesses do capitalismo que segue ferindo os interesses da classe trabalhadora, que é a todo o momento intermediada por um sistema que trás em sua artificialidade toda sua desumanidade.

Todo eleitor pode perceber que em tempos eleitorais são realizadas inúmeras promessas pelos candidatos, que não passam de manobras políticas ilusórias. O discurso

político-partidário jamais foi uma realidade na vida de bilhões de cidadãos que são em todos os anos políticos enganados com o mesmo discurso caluniador de transformação, é evidente perceber que em anos eleitorais o interesse essencial dos políticos e dos partidos não está em proporcionar condições dignas de vida para todos, e sim em assegurar a dominação entre as classes sociais.

O sistema dominante se organiza da seguinte forma. Por exemplo, o partido (A) discursa em favor determinados interesses econômicos, sociais, e políticos. O partido (B) visa outras necessidades diferentes das de (A). E o partido (C) apresenta outro discurso, diferente de (A) e também de (B). No entanto, independente do partido, ou de suas propostas ideológicas irão cumprir com a sua finalidade política, de manter a exploração do trabalho, e as diferentes formas de opressão. Em todo jogo partidário é perceptível a ideia de polaridade, que acaba por desenvolver um conflito maniqueísta no campo do discurso. Em regra, todos os partidos políticos acabam representando os interesses dominantes, pois qualquer que vença as eleições burocráticas irá cumprir com uma mesma função, terá a mesma finalidade, a mesma função social.

Deste modo, as propostas apresentadas pelos candidatos tornam-se meras falácias, mentiras, que são estudadas e treinadas para gerar impacto, comoção, e fazer com que as pessoas em êxtase o aceitem como algo verdadeiro. Uma vez que a opinião popular é acoplada a essas vias representativas, onde vigora os interesses dominantes, torna-se fácil conduzir toda uma sociedade. Acreditar que podemos chegar a transformação social por intermédio do sistema partidário-representativo que reduz os interesses coletivos de toda uma classe em um único voto, e que ainda é realizado de quatro em quatro anos de forma obrigatória, é acreditar na educação televisiva e na cultura de massa, que não possui ligação alguma com a realidade concreta, a não ser de alienação. De modo geral, a classe operária é sempre conduzida a aceitar o modelo de seleção de candidatos proposto pela classe burguesa, e são igualmente levados a crer que será possível alcançar uma transformação social significativa por estas vias. O que não é uma verdade.

As políticas partidárias não objetivam uma transformação significativa para a realidade social, pois seu objetivo é reformar e reformular as estruturas para que o atual sistema não entre em ruínas por completo. Na sociedade capitalista, a riqueza se desenvolve no mesmo nível que a pobreza e a miséria. Se a menor parcela da sociedade pode desfrutar de altos privilégios e a maior não, há então um acúmulo por parte de alguns que não pode vir de outro lugar a não ser da exploração do trabalho desses indivíduos que

não possuem privilégio algum. Os trabalhadores são os agentes responsáveis por toda produção de bens na sociedade capitalista. Ou seja, são responsáveis por toda a produção de riquezas, desde a retirada da matéria-prima da natureza, até sua modificação nos setores fabris, industriais.

Por meio da mercadoria se extrai o mais valor, ou seja, o lucro que é oriundo da exploração social e também dos investimentos em técnicas, maquinaria, etc. Apenas com a destruição das formas de organização do sistema econômico burguês será possível uma distribuição igualitária da produção, de toda renda. No atual modelo político, podemos escolher apenas entre o ruim e o péssimo, não há alternativa. Sem opções a classe trabalhadora segue sem ter uma educação de qualidade para os seus filhos, sem ter saúde, sem ter emprego, sem ter onde morar, e sem ter a quem recorrer.

As relações dentro de um partido se dão por meio de hierarquias, onde cada membro participante recebe uma função para garantir o bom desenvolvimento do sistema partidário e capitalista. Cada membro político integrante pode tanto ascender na hierarquia como regredir, de acordo com as normas e regras estabelecidas pelas lideranças do partido. “Cria-se, assim, no interior do partido, uma divisão entre dirigentes e dirigidos, entre chefes, líderes, por um lado, e massas, liderados, por outro. Estes dirigentes formam a burocracia partidária” (VIANA, 2006, p.14).

A hierarquia burocrática acaba por possibilitar uma posição “elevada” por parte desses representantes, que passam a perceber as suas relações de forma diferente de como as percebiam anteriormente, tanto às de trabalho como as que mantem com as pessoas mais próximas. Nesse sentido, ocorre uma alteração na psique do indivíduo mediante o novo status social. Inegavelmente, ele deixa de ter sentimento de pertencimento ao antigo grupo, e passa a corresponder aos interesses das novas relações, que o novo status lhe possibilitou. Corresponde também às perspectivas da nova rotina, condicionando-se aos novos contatos e redes de relacionamentos, diálogos, e burocracias que o distancia radicalmente daqueles que representa. “A elevação de um operário ao cargo de dirigente significa que ele alterou sua condição de classe e se tornou um burocrata. Existe uma ‘metamorfose psicológica’ nos indivíduos oriundos da classe operária quando eles chegam ao poder”. (VIANA, 2006, p.27)

Um exemplo ilustrativo é o caso do ex-presidente Luiz Inácio da Silva (Lula), que foi líder sindical dos metalúrgicos por apenas três anos, e passou desde então, a ter visibilidade dentro do campo trabalhista. Quando Lula deixou de ser um operário e passou a ser uma figura pública e política, todas as suas relações também se modificaram, como

resultado da nova rotina. Indubitavelmente, passou a realizar as atividades de um burocrata, manteve-se exposto as diversas propostas de corrupção, fraude, e privilégios, que a nova rotina pode lhe proporcionar.

Para Pannekoek (2011), os partidos políticos teriam a finalidade de apenas despertar nas massas uma clara consciência quanto a sua ação, e não de domina-la como ocorreu com o bolchevismo na Rússia. Lenin por defender as ideias de vanguardistas acabou estabelecendo diante da classe trabalhadora Russa os seus próprios interesses. Lenin acreditou que poderia chegar a uma revolução social articulando uma frente popular por meio de uma minoria de indivíduos (intelectuais) organizados em grupos (partidos) e que assim, poderia mobilizar a classe trabalhadora para a sua ação revolucionária em oposição ao capitalismo. Lenin nos ensinou a maneira correta de como não se fazer uma revolução, pois como afirmou claramente Marx isso seria tarefa dos próprios trabalhadores.

Em essência, a ideia de Lenin contribuiu apenas para a reprodução dos seus interesses particulares enquanto indivíduo. A ideia de vanguarda obstaculizou drasticamente a teoria proposta por Marx no século XIX, que não objetivava uma ação com o fim em si mesma. Lenin coloca à frente da classe trabalhadora novamente uma elite, que exerceu uma ditadura partidária sobre ela. O discurso ideológico leninista se apresenta como um autêntico modelo revolucionário da classe proletária, mesmo não sendo. Pannekoek (1977) enfatiza que as burocracias partidárias só possuem um fim, tomar o poder e exercê-lo. Deste modo, não contribuem para emancipação da classe trabalhadora, pois sua meta é governá-la.

Buscarei a partir de agora identificar como a mesma lógica institucional-partidária se aplica, igualmente, aos sindicatos. Ambos, partidos políticos e sindicatos se estabelecem nas estratégias burguesas em ação conjunta, usando da mesma lógica, em favor do amortecimento dos conflitos de classe.

Os sindicatos surgem durante a revolução industrial no momento em que os interesses dos trabalhadores estavam sendo enterrados pelas fábricas com sangue e suor. Deste modo, os conflitos entre patrões e empregados na Inglaterra se acirravam, os sindicatos, inicialmente, foram criados pelos próprios trabalhadores para tratarem de assuntos que eram de interesse a classe. As organizações se davam de forma autônoma e direta. No início do capitalismo, a classe trabalhadora foi obrigada a enfrentar longas jornadas, em alguns períodos foram forçados a trabalharem até 18 horas diárias, e recebiam muito menos que o necessário para manterem as suas necessidades básicas de

subsistência, sendo assim, começaram a perceber que não era apenas um problema de ricos e pobres, de trabalhadores e máquinas, mas da exploração capitalista sobre o trabalho. A busca por altas taxas de lucro, de domínio em nome da lógica do acúmulo fez com que o homem ferisse sua própria natureza, a dominação do homem pelo homem obrigava pessoas a realizarem atividades esmagantes, mas a partir da modernidade em fábricas mal iluminadas, abafadas e sujas.

Na atualidade, podemos perceber que os sindicatos não possuem um objetivo claro de organização e luta como havia em seu surgimento, as lutas sindicais no princípio ocorriam sem o intermédio das burocracias sindicais, não havia uma hierarquia que separasse os trabalhadores das elites industriais. O que podemos evidenciar nos dias atuais são apenas pequenas modificações, reformas, reajustes, e algumas melhorias que nada alteram no modo de vida da classe operária, que sobrevive em condições cada vez mais precárias de trabalho e de vida.

Maia (2010) define que os sindicatos posicionam-se à frente dos operários, por isso não apresentam uma superação ou libertação da classe operária do trabalho alienado. A representação exercida pelos sindicalistas impede que os operários lutem por seus direitos de forma autônoma e direta. Destacando que os sindicatos têm por finalidade realizar a negociação entre trabalhadores, chefes de estado e capitalistas. É nítido perceber, nesse sentido, a funcionalidade que os sindicatos exercem em favor da reprodução dos interesses dominantes. Além de amortecerem os conflitos de classe, essas organizações sindicais no interior do sistema capitalista tornam-se mais uma ferramenta para reproduzir os interesses políticos da classe burguesa, que mantem a classe operária marginalizada das decisões políticas, obrigando-a a aceitar passivamente suas próprias determinações unilaterais.

A burocracia sindical assume então, a função de normatizar as relações de trabalho, mantendo o padrão dominante. É possível por meio da história perceber que apenas os produtores de mercadorias puderam interromper de forma significativa as relações de exploração da sociedade burguesa, pois tal sociedade só existe porque alguém a produz, e produz coletivamente, por meio dos modos de produção. A burguesia faz com que os trabalhadores não se percebam como produtores coletivos de mercadorias. A divisão social do trabalho gerou não só a fragmentação dos setores de trabalho, mas também as relações sociais de modo geral.

O trabalhador artesão que antes construía um sapato: cortava o couro, fazia as costuras, colava a sola, e por fim ainda vendia, na sociedade industrial irá realizar apenas

parte da produção, executando uma mesma função de forma repetitiva. Esse novo modelo de produção acabou por impedir que os trabalhadores se observassem como produtores de mercadorias, pois sua relação com o trabalho não se dava de forma total, mas fragmentada, o que acabou por alimentar as relações individuais e de consumo entorno da propriedade, do salário etc. A revolução social da classe trabalhadora tal como defendeu Marx tem haver com a paralização dos modos de produção, que consequentemente irá gerar a queda das demais relações dominantes.

Com os modos de produção estagnados o comércio e a economia deixam de funcionar, levando à falência todas as demais relações da sociedade burguesa, que organiza-se em um mundo paralelo, artificial. Visto que todas as relações na sociedade do consumo se dão por meio do comércio, da compra, venda, e troca de mercadorias. A ideologia capitalista acaba por gerar uma falsa consciência sobre a realidade do trabalho e da vida. Deste modo, os trabalhadores são a todo o momento intermediados por instituições abstratas que se constroem em seu meio. Sendo assim, a representatividade impede qualquer ação autônoma por parte da classe operária, pois estão sempre acatando ordens superiores. A representatividade exercida pelos sindicatos não apresenta um real interesse pela qualidade de vida ou pelo progresso dos trabalhadores, pois sua função é domina-los. Maia (2010) ainda destaca que se os representantes sindicais demonstrassem verdadeiro interesse pela transformação da realidade operária, sendo contrários a toda forma de exploração e dominação, não serviriam para tal cargo.

Os operários, de modo geral, não necessitam de mediadores para realizarem de forma eficaz suas atividades do dia-dia. Indubitavelmente, o trabalhador por perceber que é explorado resiste ao trabalho, o patrão em contrapartida, explora o trabalhador para que ele não resista ao trabalho forçado. Certamente, só há resistência por esta classe ser mal remunerada. Se houvesse uma distribuição igualitária dos lucros em ação solidária não seria necessário a existência de ordens, regras, e determinações. Só há resistência ao trabalho por este ser realizado de forma opressiva e exploradora. Como dito anteriormente, a relação de dominação objetiva apenas o acúmulo para aqueles que já são beneficiados pelo atual sistema. Por certo, é desinteressante para a classe operária trocar sua força de trabalho, seu vigor, sua própria liberdade por insignificante preço. A resistência é tão certa como a exploração. Deste modo, Pannekoek (2011) destaca que todos aqueles que participam do trabalho e da produção podem estabelecer para si formas internas de organização coletiva construindo para si as próprias vias de diálogo. Essa forma organizativa pode ocorrer mediante a nomeação de porta-vozes, e não de líderes

burocratas, de forma que possam ser removidos ou substituídos caso exista necessidade, evitando possíveis centralizações de poder. A auto-organização dos trabalhadores no interior das fábricas é uma forma justa de administrar a sociedade. Pannekoek nos trás um pensamento que supera as formas existentes de se pensar. Na atualidade, são poucas as pessoas que se preocupam ou refletem sobre novas formas de organização social, mesmo sentindo tais necessidades. Em outras palavras, pensar em uma sociedade diferente da atual torna-se um exercício difícil para aqueles que vivem nessa e para essa sociedade.

No atual modelo social somos condicionados a pensar e agir não como queremos, mas da forma que os modos de produção nos condicionam. A iniciativa dos conselhos de fábrica viabiliza a luta direta da classe operária em prol das suas necessidades. A auto-organização da classe trabalhadora em conselhos fere diretamente os interesses do capitalismo, que fundamentam-se na heterogestão social. A autogestão da classe trabalhadora articulada no interior das fábricas rompe totalmente com as políticas dominantes, levando à falência as intermediações burocráticas e hierárquicas entre elas. É um caminho seguro para emancipação completa da classe trabalhadora da sociedade burguesa. A mobilização em ação direta nega todas as formas de intermédio, como afirma Pannekoek:

A autogestão é um sistema de organização que tem como princípio os conselhos operários. Esse sistema de conselhos estabelecerá a forma do possível autogoverno. Na organização de conselhos, a democracia política desaparece por completa, deixando lugar a economia socializada. (PANNEKOEK, 1977, p.83)

É importante destacar que este modelo organizacional não surge da ideia de um único indivíduo, na realidade é fruto de um longo processo de avanços e recuos das lutas trabalhistas frente às instabilidades do capitalismo, é o resultado de uma autoeducação da classe operária que vem sendo construída no decorrer da sua história. Viana (2011) nos coloca que o processo de destruição do capitalismo é simultaneamente o de construção da autogestão social, sendo assim, novos valores serão estabelecidos, não por imposição, mas por uma exigência natural da nova forma de produzir a vida. Sem exploração, sem classe, sem patrões, e sem empregados. É importante lembrar que tais ideias não refletem um “franciscanismo”, ou um voto de pobreza coletivo, muito pelo contrário, a socialização da riqueza no interior das fábricas é lutar pela liberdade, igualdade, e a fraternidade. Distante de um pensamento antecipador com bases estritamente abstratas, os conselhos de fábricas assim como a autogestão social são movimentos apoiados em

realizações histórico-concretas, e só a dinâmica das lutas de classes poderão definir o momento e a forma que se efetivará. O que sabemos é que se estabelecerá por uma necessidade social e coletiva de todos, quem sabe um grito de socorro tanto da humanidade como da natureza diante do câncer social que destrói a lógica da vida, o câncer chamado capitalismo.

Existe uma distinção fundamental entre utopia abstrata, como resultados de pensamentos oriundos da imaginação de um único indivíduo, e utopia concreta, que se fundamenta na expansão do homem em diferentes sociedades, seus conflitos sociais, morais, culturais, éticos, até chegar na sociedade atual. É possível perceber na história esboços da auto-organização dos trabalhadores durante a comuna de Paris, a primeira república operária da história, na revolução Russa de 1905, no seu reaparecimento em 1917, na guerra civil espanhola, dentre diversas outras experiências.

A organização em conselhos não pode ser comparada ou confundida com algum tipo de governo, o princípio desse modelo organizacional fundamenta-se única e exclusivamente na socialização da produção e da vida, que encontra-se alienada nos setores políticos e econômicos da sociedade de classes. A organização em conselhos nega toda decisão tomada de forma pessoal, ou sobre o mando de um determinado grupo. Os conselhos de fábrica tornam-se fortes bases de luta e resistência a favor dos trabalhadores em oposição às ditaduras capitalistas.

Em resumo, no texto busquei sintetizar a ideia de que tanto os partidos políticos, assim como os sindicatos, são organizações que buscam na atualidade alienar a classe operária em burocracias diversas. Que por sua vez, tende a se organizar e resistir a todas imposições dominantes. E que a autogestão social é uma via segura para se estabelecer as novas formas de organização social em favor da vida humana. A autogestão social é aquilo que Marx chamou de comunismo, e que teve seu sentido modificado por alguns ideólogos ao decorrer da história.

Referências

MAIA, Lucas. *Comunismo de Conselhos e Auto Gestão Social*. Pará de Minas:Virtual Books, 2010.

PANNEKOEK, Anton. *Partidos, Sindicatos, e Conselhos Operários*. Rio de Janeiro:Rizoma, 2011.

TRAGTENBERG, Mauricio. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo:Unesp, 2008.

VIANA, Nildo. *O que são Partidos Políticos*. Goiânia: UFG, 2003.

Resumo: O presente texto fará uma análise sobre a ação institucional dos partidos políticos e sindicatos na contemporaneidade. Objetiva-se apontar as contribuições dadas por estas organizações representativas e as medidas a serem tomadas para a sua superação. Para melhor compreensão do tema utilizaremos como base metodológica o materialismo histórico dialético. Concluindo então com uma abordagem sobre os conselhos de fábrica como expressão do proletariado diante das determinações unilaterais de um Estado capitalista.

Palavras-chave: Partidos políticos, Sindicatos, Conselhos de fábrica.

Abstracto: Este texto hará un análisis de la acción institucional de los partidos políticos y los sindicatos en la época contemporánea. El objetivo es señalar las contribuciones dadas por estas organizaciones representativas y las medidas que deben adoptarse para superarlos. Para una mejor comprensión de la materia utilizará como base el materialismo histórico dialético metodológica. Luego de concluir con una discusión de los comités de empresa como expresión del proletariado frente a las determinaciones unilaterales por parte del estado capitalista.

Palabras clave: Partidos políticos, Sindicatos, Comités de empresa.

Experiências de Auto-organização nas Lutas dos Trabalhadores da Educação em Goiás

Lucas Maia*

Marcos Ataídes**

Há na contemporaneidade a emergência de um conjunto de lutas sendo empreendidas em vários lugares do mundo. O que vem chamando a atenção, contudo, é o fato de várias delas assumirem formas de organização, atuação, táticas, ações etc. que se aproximam muito umas das outras, embora não exista contato direto algum entre elas. Este processo de reemergência das lutas é observado em Europa, Estados Unidos, a América Latina foi durante toda a década de 1990 e 2000 o centro de gravidade das lutas radicalizadas dos trabalhadores. Enfim, a urgência das lutas exige também uma urgência do pensamento em apreender sua dinâmica.

As décadas de 2000 e 2010 são testemunha de um conjunto de lutas empreendidas pelos trabalhadores da educação em Goiás que muito se assemelham a lutas levadas a cabo em Argentina, México etc. Referimo-nos aqui à necessidade de auto-organização, ou seja, de ação direta dos trabalhadores em educação do Estado de Goiás contra as organizações burocráticas: sindicatos, partidos políticos, Estado. Este é tema de que nos ocuparemos neste ensaio: as experiências de auto-organização dos trabalhadores da educação em Goiás.

As experiências aqui analisadas são as empreendidas pelos trabalhadores da educação do município de Goiânia e a dos professores, técnico-administrativos e estudantes da Universidade Estadual de Goiás. Os trabalhadores da educação em Goiânia, em sua luta contra seu sindicato, SINTEGO, foram conduzidos a elaborar métodos de luta, de ação e de organização que evidenciam a potencialidade auto-organizadora dos trabalhadores. Processo semelhante, ou seja, de levar a comunidade educacional a se auto-organizar também ocorreu na UEG. Mas aqui se deve à necessidade de debater os problemas da Universidade aliada à falta de uma instituição sindical forte e reconhecida pela comunidade acadêmica.

* Lucas Maia. Geógrafo. Professor do IFG/Campus Aparecida de Goiânia. Coordenador do NUPAC – Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural.

** Marcos Ataídes. Geógrafo. Professor da Universidade Estadual de Goiás e da Prefeitura Municipal de Goiânia.

Para discutir estas duas experiências de auto-organização nas lutas dos trabalhadores da educação em Goiás, dividimos o trabalho em três partes: *organizações burocráticas e não-burocráticas*, momento no qual debatemos teoricamente o que entendemos por organização burocrática (instituição) e auto-organização; *Instituição X auto-organização nas lutas dos trabalhadores da educação em Goiás*, onde descrevemos e analisamos as experiências de luta dos trabalhadores da educação no município de Goiânia e da comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Goiás; e na última parte: *Algumas conclusões*, debatemos o alcance e limites políticos das lutas empreendidas em Goiás pelos trabalhadores da educação.

Organizações burocráticas e organizações não-burocráticas

É um imperativo humano estar organizado de uma ou outra maneira. Pelo fato de o ser humano ser “naturalmente” social, ou melhor, socializável, é imperativo que esta socialização se dê dentro de determinada lógica organizativa. Podemos analisar por um viés mais amplo, que incorpore a própria natureza antropogenética do processo organizativo. Para tanto, seria necessário cotejar vários tipos de sociedades, compreender suas formas, suas dinâmicas, os mecanismos pelos quais decidem, executam suas atividades etc. Não é este, absolutamente nosso objetivo aqui. Intencionamos coisa muito mais modesta. Para nós, a questão da organização é algo óbvio e não precisa ser discutida aqui. Tomamos aqui este dado como pressuposto de nossa análise. A humanidade para existir enquanto tal o faz sempre segundo determinadas relações sociais, criando e recriando lógicas organizativas.

A organização é, portanto, parte constituinte da própria humanidade. Mas a humanidade, diferentemente dos demais animais, constrói suas relações sociais, sendo, portanto, histórica e espacialmente determinadas. As sociedades mudam por que são os seres humanos que constroem sua história e ao fazerem a “inventam” de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas estabelecidas, de acordo com as relações sociais herdadas, com as formas culturais, religiosas etc. existentes. Logo, depreende-se que as relações sociais mudam sempre, por que são sempre reinventadas levando-se em conta o conjunto de processos que constituem as comunidades.

A concepção do desenvolvimento histórico partindo do materialismo histórico-dialético demonstra que os sucessivos modos de produção pelos quais passou a Europa: modo de produção primitivo, escravista, feudal e capitalista ilustra bem este processo de mudança constante no conjunto das relações sociais cuja determinação fundamental é o

modo de produção. Assim, à medida que vão mudando os modos como os homens produzem materialmente sua existência, o conjunto todo da sociedade vai sofrendo acomodações, alterações ou mesmo revoluções radicais.

Disto deriva que, para compreendermos as sociedades e suas organizações, temos que apreender o processo como historicamente determinado, portanto, historicamente mutante. Não existem formas sociais fixas dadas de uma vez por todas. São criadas, recriadas, construídas e reconstruídas ao longo da história ou, melhor dizendo, a história é a mudança permanente destas criações.

Um segundo dado a constatar para analisar as diversas formas de organização é compreendermos que elas variam conforme as sociedades e mesmo dentro de uma sociedade varia conforme o desenvolvimento desta sociedade. Interessa-nos aqui fundamentalmente as organizações criadas tendo como substrato o modo de produção capitalista. Melhor dizendo, em outras palavras, nos interessam as organizações que cria o modo de produção capitalista.

As sociedades sem classes, homogêneas, tanto as primitivas quanto as que ainda existem hoje às margens do capital produzem as formas de organizativas que são coerentes e adequadas àquele tipo específico de sociedade. A forma vai variar conforme varia a comunidade considerada. Portanto, a compreensão dos processos organizativos é algo bastante complexo e envolve um esforço de superação das disciplinaridades impostas pelo conhecimento científico. É necessário se apropriar dos conhecimentos da antropologia, etnologia, sociologia, ciência política etc. para se ter uma melhor apreensão do que significam as relações estabelecidas nas comunidades homogêneas (ou seja, sem classes) e as organizações que criam como formas de regular, reproduzir as relações de produção da vida material, simbólica etc. Este é, contudo, objeto de preocupação de outro trabalho.

Quando se estabelecem as sociedades de classe, transformando as sociedades homogêneas em complexas sociedades fundadas na divisão social do trabalho, também a natureza das formas organizativas adquire novos contornos. Basta ver, por exemplo, o desenvolvimento da instituição estatal, produto mais radical da divisão social do trabalho na qual os serviços de gestão, ou melhor, políticos, passam a ser atribuição de determinadas pessoas, ao passo que a outras cabe a função de produzir alimentos, a outros os bens comuns ao cotidiano, a outros a guerra passa a ser atribuição específica, a outros a produção de ideias (filósofos) etc.

À medida que vai se complexificando a divisão social do trabalho, também as formas de organização necessárias à reprodução destas relações vão se tornando cada vez mais diversa, mais complexa, mais autoritária. A sociedade capitalista leva tal divisão a níveis bastante elevados. O capitalismo conseguiu produzir uma divisão social do trabalho mais complexas da história da humanidade.

Cada modo de produção produziu uma instituição estatal que lhe era correspondente, adequada. Da mesma feita, também o conjunto de organizações em cada tipo específico de sociedade é variável historicamente: os liceus na antiguidade, as corporações de ofício em fins o feudalismo etc.. Com o modo de produção capitalista ocorre, também, algo semelhante. Sua instituição estatal e o conjunto de outras organizações que lhe constituem são adequadas à reprodução do conjunto das relações sociais estabelecidas.

Quando este modo de produção começa a se instaurar na Europa, já inicia seu processo de criação de organizações que lhe são adequadas: surge a manufatura em oposição às corporações de ofício; surge a grande indústria como aprofundamento e revolucionamento da manufatura. O Estado também vai a pouco e pouco sendo metamorfoseado de um Estado feudal para um Estado capitalista, sendo o exemplo clássico da burguesia subindo ao poder a Revolução Francesa na qual cabeças de nobres foram cortadas. O modo de produção capitalista exige um conjunto de instituições necessárias à sua regulação. O Estado é a principal delas.

Mas além do Estado, um conjunto de outras vão se desenvolvendo: universidades, bancos, sindicatos patronais, associações profissionais, sindicatos de trabalhadores, partidos políticos, igrejas etc. A questão é que estas e outras organizações são, via de regra, fundadas numa divisão fundamental, que na verdade se encontra também na própria essência do modo de produção, ou seja, são organizações divididas entre dirigentes e dirigidos. Não nos importa aqui o tamanho da organização, se do tamanho de um Estado ou se do tamanho de uma minúscula associação profissional. Nesta escala de tamanho, só varia o poder, mas não a essência do fenômeno, que é o fato de serem fundadas na divisão entre dirigentes e dirigidos. *A estas organizações, podemos muito bem qualificar de instituições, pois entram como parte instituinte de uma determinada sociedade.* O modo de produção capitalista, por ser um modo de produção fundado na divisão de classes, cria um conjunto de organizações/instituições que lhe são necessárias. O autoritarismo típico do modo de produção tende a se reproduzir nestas instituições. Não se trata, neste aspecto, de ser mero reflexo. É mais do que isto. Por serem

instituições que reproduzem o modo de produção, elas devem ser da mesma natureza deste modo de produção. Da mesma feita, por serem instituições, elas não são meros coadjuvantes no processo histórico. Muito do que se chamou de teoria “marxista”¹ no século 20 concebia as instituições como meros reflexos passivos do modo de produção. Pelo contrário, as instituições cumprem papel central na regulação do modo de produção, sendo, portanto, uma totalidade com este.

Podemos então discernir com clareza que o capital necessita de um conjunto de instituições tão autoritárias quanto são seus agentes para que possa ser reproduzido constantemente. As instituições são, portanto, essencialmente contrarrevolucionárias, essencialmente conservadoras, pois elas são uma totalidade com o modo de produção. Deste modo, o parlamento (como parte da institucionalidade estatal), o Estado em sua totalidade, as escolas, as universidades, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as ONG’s etc. são todas instituições, de uma ou outra maneira, vinculadas à institucionalidade capitalista.

Tal vinculação pode ser financeira, jurídica, política, cultural etc. O fato de estarem, de uma ou outra maneira, ligadas a esta institucionalidade cria nos indivíduos dentro destas instituições interesses e práticas que são, em sua maioria, acordes ao capital. Estas instituições, por serem burocráticas, e *definimos organizações burocráticas como sendo aquelas fundadas na divisão entre dirigentes e dirigidos*, criam em seu interior grupos diretores, burocratas, que desenvolvem interesses próprios, particulares².

Disto deriva que é do interesse destes burocratas expandir cada vez mais o número de instituições e cargos dentro das instituições. Ou seja, as organizações burocráticas, em uma palavra, as instituições têm um determinado ser de classe e este é, a burocracia. As organizações burocráticas são, portanto, instituições geridas pela classe burocrática e não se opõem ao modo de produção capitalista, pelo contrário, são parte instituinte deste, ou seja, são uma totalidade com o capital.

Mas e os sindicatos? E os partidos políticos de esquerda? Voltaremos a eles mais à frente. Uma palavra, contudo, para adiantar o problema: o fato de se autointitularem sindicatos de trabalhadores, partidos operários, partidos socialistas, comunistas etc. não anula o fato de serem organizações burocráticas, ou seja, instituições.

¹ Faz-se referência aqui às ideologias leninista e socialdemocrata, que consistiram, em verdade, em deformar o pensamento marxista adequando o discurso revolucionário do materialismo histórico-dialético às necessidades de classe típicas da burocracia enquanto classe social. Para uma crítica sistematizada destas ideologias, consulte-se: Korsch (1977; 2004), Pannekoek (1973; 1977), Viana (2007) entre outros.

² Para uma discussão aprofundada sobre a classe social burocrática Cf. (MAIA, 2012), (VIANA, 2012).

Da reflexão que fizemos até agora, resulta um problema grave para as tendências revolucionárias: se as instituições são adequadas ao capital, se aquilo que acreditávamos ser organizações típicas dos trabalhadores também são instituições, a transformação revolucionária da sociedade está efetivamente liquidada. Será mesmo assim?

Como dissemos, é intrínseco à humanidade a socialização. Esta se dá, conforme as sociedades dentro de diferentes formas organizativas. Com o estabelecimento das sociedades de classe, estas organizações se transformam em instituições, pois são fundadas na divisão entre dirigentes e dirigidos. Na sociedade capitalista, a divisão social do trabalho cria um número incontável de instituições, portanto, amplia a níveis nunca antes observados a classe social burocrática, ou seja, aquela que faz gestão de instituições.

Diante disto, o que resta? Resta somente o elemento definidor de tudo isto, ou seja, a luta de classes, a oposição de interesses inconciliáveis entre exploradores e explorados, entre dominadores e dominados. É a partir daí que podemos compreender o desenvolvimento de outras formas organizativas, dentro da sociedade capitalista, mas contra esta sociedade.

Os sindicatos surgem no século 19 como verdadeiros instrumentos de luta das classes trabalhadoras contra os excessos do capital, mas com o desenrolar do processo histórico, notadamente no século 20, estas organizações de trabalhadores são incorporadas, via leis de greve, legislação trabalhista etc. à institucionalidade capitalista, perdendo assim todo seu potencial revolucionário. Os sindicatos ficam cada vez maiores, mais poderosos, administram milionários recursos, gráficas, jornais etc., tornando-se instituições típicas do capitalismo. Falam em nome dos trabalhadores, mas representam efetivamente os interesses de outra classe, a burocracia sindical, que, quanto maior e mais poderosa, mais conservadora e reacionária. Os sindicatos são a explicitação clara da divisão entre dirigentes e dirigidos no seio do próprio movimento dos trabalhadores.

Algo semelhante se passa com os partidos políticos. São instituições, que, independentemente do seu tamanho, visam a conquista do poder estatal, seja via eleições (socialdemocracia), seja via golpe de Estado (bolchevismo)³. A mesma cisão entre dirigentes e dirigidos aparece nos partidos políticos. *Internamente* esta cisão aparece na relação da direção partidária com os demais membros do partido. Assim, quanto maior o partido em questão, maior esta cisão entre direção partidária e membros efetivos do partido. *Externamente*, ou seja, na relação do partido com o conjunto da sociedade, esta

³ Para uma discussão que aprofunde tais questões, quais sejam: o que é partido político, sua relação com o Estado, os tipos de partidos (socialdemocratas, bolcheviques, burgueses, pequenos) etc. cf. Viana (2003).

divisão é ainda mais explícita, principalmente quando os membros do partido assumem cargos no parlamento. Ali sua autonomia e independência em relação ao conjunto da população (sendo seus eleitores ou não) apresenta-se de modo cristalino. O parlamentar segue, via de regra, as determinações partidárias e estas determinações não são a da “sociedade” como um todo, mas sim, as do partido. Em uma palavra, a divisão entre dirigentes e dirigidos toma sua forma mais escandalosa.

Ou seja, os partidos políticos de “esquerda” e os sindicatos de trabalhadores não são mais hoje organizações que efetivamente estão a serviço da transformação revolucionária da sociedade. São, isto sim, instituições típicas da sociedade capitalista e é por isto que conseguem se reproduzir com mais ou menos dificuldades no interior desta sociedade, sobretudo nos regimes democráticos.

Entendido que a sociedade moderna é uma sociedade de classes, fundada na oposição de interesses e na luta entre as classes, não é possível às classes trabalhadoras, sobretudo o proletariado, se utilizar das instituições do capitalismo para se libertarem. Equivaleria a dizer que para nos tornamos livres, devemos construir mais prisões. Como disse Marx nos Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores: “A emancipação da classe trabalhadora, deve ser obra da própria classe trabalhadora”. Ou seja, não será a burguesia que libertará seus trabalhadores, não serão os burocratas, os filantropos intelectuais etc. que o farão, mas sim, as próprias classes trabalhadoras, sobretudo, o proletariado.

Mas os trabalhadores só farão isto por meio de determinadas organizações que sejam acordes ao seu ser. As instituições são formas de organização adequadas ao capital. Ao proletariado, o que cabe criar? Não precisamos fazer exercícios intelectuais profundos e misteriosos para discutir que tipo de organização é adequada ao proletariado. Ele mesmo já o fez em vários momentos da história da sociedade moderna, cabe a nós simplesmente descrever um pouco deste processo para apreendermos a natureza destas organizações.

O proletariado inventou a greve, a sabotagem, a operação tartaruga, o protesto, as associações operárias, os fundos de greve, o piquete, a marcha, a ocupação de fábrica, a associação de moradores nos bairros, os sindicatos, os conselhos operários... Tudo isto são mecanismos de ação que a classe operária fez ao longo de sua história de luta. Ou seja, não é necessário ser brilhante inventor social para dizer o que a classe operária deve fazer em suas lutas, ela própria nos ensina a todo momento o que deve ser feito e ela mesma o faz.

As organizações dos trabalhadores são aquelas que surgem no calor das lutas dos trabalhadores. Seus sindicatos burocráticos não mais se dispõem à luta encarniçada que é necessária, pois temem perder os poucos privilégios que tem (poder político, salários em geral mais alto que o dos trabalhadores, não precisar trabalhar, tráfico de influências etc.). Diante disto, os trabalhadores criam suas próprias organizações: comandos de greve, piquetes, assembleias de fábrica, de oficina, de sessão, de bairro etc. até chegar a formas mais complexas como os Conselhos Operários (PANNEKOEK, 1977), que são já formas bastante desenvolvidas das lutas operárias, nas quais os trabalhadores já superaram sua inércia e a competição entre si impostas a eles pelo capital. Já compreenderam que suas burocracias sindicais são renitentes e muitas vezes contra suas greves e suas ações. Já compreenderam que os patrões e o Estado estão do lado oposto. Nestas circunstâncias, quando bate à porta da história um processo revolucionário, tais organizações são a maneira segundo a qual os trabalhadores encaminham suas lutas, discussões, ações etc.

Ou seja, em uma palavra, as organizações não-burocráticas surgem da luta radicalizada dos trabalhadores contra o patrão, o Estado e os sindicatos e partidos políticos de “esquerda”. São organizações autônomas e independentes. Uma característica destas organizações, que surge como um imperativo da luta é o *coletivismo*, daí as assembleias adquirirem importância fundamental. Um outro aspecto que é ressaltado nestas circunstâncias é o *igualitarismo*, sendo as organizações criadas algo contrário às instituições. Não há, portanto, a divisão entre dirigentes e dirigidos no interior destas organizações. São, deste modo, organizações *horizontais*, ou seja, não-hierarquizadas.

Sobre isto, citamos um texto de Anton Pannekoek que é expressivo destas organizações, pois ele, referindo-se aos Conselhos Operários, as define como sendo um princípio geral e não uma forma pronta e acabada. Para ele, os conselhos operários:

Não designa uma forma de organização fixa, elaborada de uma vez por todas, a qual só faltaria aperfeiçoar os detalhes; trata-se de um princípio, o princípio da autogestão operária das empresas e da produção. A realização deste princípio não passa, absolutamente, por uma discussão teórica referente aos seus melhores modos de execução. É uma questão de luta prática contra o aparato de dominação capitalista. Em nossos dias, por conselhos operários não se entende a associação fraternal que tem um fim em si mesma; conselhos operários quer dizer luta de classes (na qual a fraternidade tem seu lugar), ação revolucionária contra o poder do Estado (PANNEKOEK apud BRICIANER, 1975, p. 310) (grifos nossos).

Ou seja, não se trata aqui de descrever em detalhes a forma desta organização, que em essência, pode assumir os mais diferentes tipos, dependendo da circunstância, contexto histórico etc. O fundamental aqui é compreender que os trabalhadores ao criarem

suas próprias organizações estão fazendo nada mais, nada menos que a autogestão de suas próprias lutas, condição indispensável para a autogestão da sociedade surgida dos escombros do capitalismo. *Ou seja, organizações não-burocráticas são aquelas acordes aos interesses de classe do proletariado, qual seja, abolição das classes e interesses de classe e instauração da autogestão generalizada.*

Instituição versus auto-organização nas lutas dos trabalhadores da educação em Goiás

É dentro deste quadro que intencionamos compreender as lutas recentes que vem se desenvolvendo no campo educacional em Goiás. Analisaremos como algumas instituições, diretamente ligadas às políticas educacionais se relacionam em Goiás e como isto permitiu a emergência de determinados conflitos de natureza bastante radicalizada entre os trabalhadores da categoria e as instituições que dizem representá-los. Antes de mais nada, cabe ressaltar que nossa análise não busca nenhum pouco de neutralidade, pelo contrário, nos colocamos no campo político das lutas que se encaminham para a transformação social. Por isto, nos colocamos no campo oposto ao das instituições.

As instituições são, como vimos, organizações burocráticas. O fato de serem fundadas na divisão entre dirigentes e dirigidos torna-as essencialmente conflitantes. Os tipos de contradições que pululam a todo momento nestas instituições variam com as próprias instituições. Uma coisa é a luta dentro de uma fábrica, outra dentro de um banco, outra em grandes lojas comerciais, outra ainda diferente é aquela que se opera dentro das instituições estatais. No caso do Brasil, por exemplo, a luta dos trabalhadores dos correios, das estatais de saneamento básico, da polícia militar, do corpo de bombeiros etc. Da mesma forma, a luta travada pelos trabalhadores da educação comporta também suas particularidades, embora haja semelhanças com o conjunto das lutas dos outros trabalhadores.

Ou seja, toda instituição no capitalismo deve estar atenta ou habilitada a administrar os conflitos que lhes são inerentes. São contradições ontológicas justamente por que tais instituições são basiladas nas relações de oposição de interesses. Como foi demonstrado por Maia (2012), a instituição escolar é fracionada em várias classes e frações de classe. Dormitam, ou melhor, conflitam no interior da escola a classe intelectual representada pelo corpo docente, a burocracia escolar, representada nas pessoas dos diretores, coordenadores, reitores etc., as classes subalternas das formas de regularização, exemplificadas nos trabalhadores dos serviços gerais e trabalhadores administrativos. Os estudantes são um grupo permanente na escola, mas não são uma

classe propriamente dita. Assim, estas classes, por materializarem interesses diferentes e muitas vezes opostos necessariamente conflitam.

Tal conflito, ou seja, luta de classes é verificável em qualquer instituição escolar. Basta ter-se um pouco de sensibilidade e observação crítica do real para perceber tais contradições virem à luz do dia no cotidiano da escola. Estes conflitos, como de praxe em qualquer instituição desta sociedade, acompanham ou seguem a própria dinâmica da luta de classes. Se nos recordamos das contribuições de Jensen (2001) discutindo a luta operária, verificamos algo semelhante sendo operado nas instituições escolares. Segundo Jensen (2001), a luta operária segue, via de regra, as seguintes etapas em seu desenvolvimento. O primeiro estágio da luta operária é aquele presente no conflito individual do operário com seu superior, no absenteísmo, na fuga do trabalho etc. Este primeiro estágio é denominado por ele de “lutas espontâneas”. O segundo estágio, denominado de “lutas autônomas”, é aquele verificável no momento em que os trabalhadores já atropelaram suas burocracias sindicais e partidárias, já conseguem se auto-organizar autonomamente, independentemente de outras classes (burocracia) e notadamente contra estas. O terceiro estágio é o denominado por ele de “lutas autogestionárias” e consiste num avanço das lutas autônomas. A grande diferença é que as duas primeiras são lutas que ainda ficam no nível das reivindicações típicas desta sociedade, não aspirando, portanto, a superação das relações que as geram. Pelo contrário, as lutas autogestionárias são aquelas nas quais a classe operária já aponta no horizonte como classe auto-organizada e consciente com vistas à constituição de novas relações sociais.

Estes estágios, guardadas as diferenças entre a luta operária e a luta dos trabalhadores da educação, são verificáveis também em Goiás, excetuando, naturalmente, o último estágio que nunca se apresentou como realidade palpável no Brasil, quiçá em Goiás.

As lutas espontâneas são facilmente perceptíveis na esfera educacional. Desde os desentendimentos cotidianos entre professores e burocratas escolares, até o alto índice de absenteísmo (justificado com atestado médico ou não) são exemplos de que os trabalhadores da educação negam seu trabalho alienado na escola. As altas taxas de abandono dos postos de trabalho, sobretudo na educação básica e estatal são alarmantes e demonstram que existe uma negação real, prática, embora não seja traduzida em discurso, muito menos em ação política coletiva e organizada. Estas manifestações de

descontentamento generalizado com a profissão são a ponta de um problema profundo de precarização do trabalho docente.

Via de regra, as instituições burocráticas que dizem representar os interesses dos trabalhadores da educação, ou seja, os sindicatos, aparecem tentando estabelecer a justa medida entre os interesses dos burocratas estatais (prefeituras, estados e federação)⁴. Os sindicatos são os verdadeiros interlocutores institucionalmente e moralmente reconhecidos como únicos capazes de estabelecer o diálogo entre os trabalhadores da educação e o Estado.

Historicamente, desde que os sindicatos se institucionalizaram, é assim que vem sendo encaminhadas as lutas dos trabalhadores: os sindicatos convocam assembleias, estabelecem as pautas, manipulam as falas, determinam, em grande medida, as decisões e eles próprios, como verdadeiros “representantes” executam as ações deliberadas. O conjunto da categoria aparece nas assembleias como meros levantadores de braços na hora das votações. Findando a assembleia, os representantes vão dialogar com os escalões do governo responsáveis com a esfera educacional. Esta prática, muito comum em todo grande sindicato, é verificável também em Goiás, sobretudo na educação básica (estadual e municipal). É contra esta prática que emergiu um tipo de luta autônoma entre os trabalhadores da educação municipal de Goiânia: os trabalhadores da prefeitura de Goiânia contra o SINTEGO – Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Goiás.

Contudo, também outro tipo de situação permitiu a emergência de luta autônoma em Goiás, agora no ensino superior. Trata-se das lutas travadas pelos professores, estudantes e técnico-administrativos da UEG - Universidade Estadual de Goiás em busca de melhores condições de ensino e trabalho dentro da instituição. Contrariamente aos trabalhadores da prefeitura de Goiânia que criaram suas formas autônomas de organização para se contraporem ao SINTEGO, no caso da UEG, tiveram que se auto-organizar por que não tinham nenhum sindicato que os representassem.

Fórum de Defesa da UEG e Mobiliza UEG: auto-organização no vácuo institucional

O Fórum de Defesa da UEG, doravante chamado somente Fórum, surgiu a partir das discussões derivadas do primeiro concurso para UEG. Foi fundado por alguns professores em reunião no ano de 2005. Tinha como uma de suas deliberações organizar debates a respeito da situação da UEG. Não era possível ficar parado frente à situação

⁴ Ateremo-nos aqui somente à esfera educacional estatal, pois no ambiente privado são bastante limitadas as experiências de lutas dos trabalhadores da educação e, além do mais, as experiências que nos interessam neste trabalho são ambas estatais: uma municipal e outra estadual.

caótica na qual se encontrava a Universidade. Nesse momento, ficou evidente que era necessário o apoio de toda comunidade universitária, sendo assim foi aberto a participação de estudantes e técnico-administrativos que desejassem entrar na organização que estava surgindo. Em 2005, em um congresso da Associação dos Docentes da UEG - ADUEG na cidade de Goiás, o qual contava com a presença do então reitor José Izeccias. Nesta ocasião, o reitor foi constantemente bombardeado devido suas posturas e a situação precária em que a universidade se encontrava. A universidade estava em pleno processo de expansão no que diz respeito à criação de cursos e novas unidades no interior do estado, o que demonstrava que o reitor, bem como o governo do estado não tinham nenhum compromisso com a universidade.

Nesse congresso, ficaram evidenciadas duas posições distintas: os diretores da ADUEG assumiram a postura de defender a efetivação dos quadros temporários sem concurso público. A outra postura defendia que se adotasse a prerrogativa constitucional de que o ingresso na UEG deveria se dar mediante concurso público. Instaurou-se aí as duas posições que iriam se chocar constantemente em todos os movimentos da UEG. Nesse mesmo ano, alguns integrantes do Fórum resolveram disputar a eleição para diretor da ADUEG. Essa decisão ocorreu por que a então diretoria da ADUEG tinha se pronunciado que não iria concorrer. Por entendimento do Fórum, as pessoas iriam concorrer com uma chapa sem que esta estivesse diretamente vinculada ao Fórum. Esta chapa teria integrantes do Fórum, mas o mesmo, devido suas características, não faria documento de apoio aos membros que se dispuseram a concorrer. No entanto, no dia de protocolar a chapa, os antigos diretores da ADUEG também resolveram concorrer, montando como plataforma a promessa de lutar pela efetivação dos temporários sem concurso público.

A polarização estava demarcada, a chapa de oposição foi a várias cidades do interior (Porangatu, Morrinhos, Iporá, Minaçu entre outras), divulgando suas propostas e colocando a luta por concurso público como uma de suas principais metas. Em várias unidades, a recepção foi tranquila, em outras, porém, o que ficava evidente é que a efetivação sem concurso era a principal reivindicação dos temporários, então maioria dos trabalhadores da Universidade.

O processo eleitoral foi bastante problemático. A chapa de oposição foi derrotada. No dia da votação, por exemplo, a urna que deveria ir para Unidade de Ciências Humanas e Econômicas - UnUCSHE, na cidade de Anápolis, na qual os opositores tinham mais de 40 professores filiados à ADUEG, não chegou no horário, e o pior, a diretoria da

ADUEG mandou a urna para a Unidade de Ciências Exatas e Tecnológicas - UnUCET, onde só existia um filiado. O resultado da eleição foi a vitória da diretoria da ADUEG. Frente a esse fato, os então membros do Fórum tomaram a decisão de continuar as ações e discussões sobre a Universidade e a luta pelo concurso público às expensas da ADUEG.

Em 2006, o então reitor José Izecias pediu exoneração de seu cargo para disputar as eleições para deputado federal. Perdida a eleição, o mesmo tenta voltar ao cargo de reitor. Nesse momento, alguns professores da UnUCET que estavam preocupados com o retorno do ex-reitor, pretendente a novo reitor, resolveram procurar os professores ligados ao Fórum para ver qual seria a posição frente a esse fato. Em uma assembleia na UnUCET do Fórum de Defesa da UEG, com alunos, professores e técnico-administrativos das duas unidades de Anápolis e mais representantes da Escola de Educação Física e Fisioterapia de Goiás - ESEFFEGO, demarcando o caráter assembleísta e igualitário no que tange à participação das categorias na luta, deliberou por maioria a proposta feita na assembleia de ocupação da reitoria até que o ex-reitor José Izecias saísse e o vice-reitor, na época Luiz Arantes, assumisse.

Essa ocupação ocorreu com barracas e interdição completa dos setores administrativos da reitoria. Uma das táticas do Fórum consistiu em visitar as unidades do interior para informar o que estava acontecendo. Várias foram as tentativas durante a ocupação por parte de alguns pró-reitores que ameaçaram os ocupantes além de funcionários ligados ao antigo reitor que tentaram pela força desocupar o espaço. No entanto, foram rechaçados. Os membros da ADUEG distribuíam panfletos alegando que o Fórum estava agindo de forma ilegal, fazendo campanhas difamadoras contra as pessoas que apoiavam a luta com panfletos fazendo ataques pessoais etc.

Depois de mais de 25 dias de ocupação, o movimento havia usado a tática de ocupar sem greve, chegou o documento do governo empossando o vice-reitor, no qual foi feita uma assembleia na qual Luiz Arantes assumiria por escrito e oralmente os compromissos do Fórum de Defesa da UEG, como concurso para todos os segmentos, além de políticas estudantis efetivas.

Em 2007, com as constantes pressões organizadas pelo Fórum de Defesa da UEG e a situação de falta de professores nas unidades, em assembleia na ESEFFEGO, ficou deliberado pela Greve. A estratégia da Greve foi montar um acampamento na Praça Cívica (praça que sedia o poder executivo do Estado de Goiás, bem como a casa do governador em exercício), porém, a polícia proibiu, surgindo assim a ideia de ocupar o Coreto (construção histórica da cidade de Goiânia ao lado da Praça Cívica) e onde, enfim,

foi montado o acampamento. Essa greve teve 14 pontos de pauta, inclusive a meia passagem intermunicipal para os estudantes da UEG, que, grande parte mora em Goiânia e estuda em Anápolis. O mesmo vale para várias unidades do interior, que atendem regiões inteiras do estado de Goiás, exigindo o deslocamento intermunicipal de estudantes⁵. Após 30 dias de greve, encerrando-se esta no dia 25 de abril de 2007, a qual contou com a participação de 10 unidades, foi conquistado o concurso público para 475 vagas para professores (sendo que foi o movimento que colocou esse número de vagas como condição, visto que o governo oferecia apenas 250).

O final dessa greve demarcou claramente o início do fim do Fórum de Defesa da UEG, pois foram constantes os ataques contra a forma de organização igualitária desse movimento no qual os três setores estavam representados (estudantes, técnicos e professores). Para muitos professores, a greve majoritariamente de alunos estava tornando os professores reféns. Outro fato que merece destaque é que as comissões de negociação se reuniam antes e depois dos encontros com o governo, o que permitiu que várias promessas vazias fossem quebradas nas análises. Por exemplo, em uma reunião, o governo anunciava 16 milhões para UEG, sendo 5 milhões para reformas da ESEFFEGO (dinheiro que naturalmente nunca foi repassado, reforma que, obviamente não foi feita).

Em uma assembleia na Praça Cívica, a corrente de professores que estava na greve, mas que não compactuava com as concepções do Fórum, após o anúncio oficial que o governo faria o concurso com 475 vagas, resolveu fragmentar o movimento criando duas assembleias ao mesmo tempo. Levou as tensões existentes e as desconfianças que aumentavam por parte dos discentes frente à ruptura, embora muitos dos que acreditavam na perspectiva defendida pelo Fórum ficaram isolados nessa disputa. Isto causou um mal estar imenso, mas produziu lições que devem sempre ser lembradas para nortear as ações futuras e não mais cair em tais armadilhas.

Parte dos professores saiu da greve antes de qualquer decisão coletiva aprovasse o seu fim, embora alguns continuassem a luta por mais uma semana, quando os estudantes resolveram encerrar a greve. Na trajetória dessa greve ficou evidente que estar em um movimento não significa aceitá-lo com seus princípios e práticas. Por outro lado, o movimento mostrou que foi possível auto-organizar o seu financiamento com recursos próprios (os pedágios, doações feitas por seus membros, a venda de camisetas etc.). No entanto, é necessário lembrar que alguns eventos organizados pelo Fórum foram em parte

⁵ Lembrando que a meia passagem estudantil só é válida na Região Metropolitana de Goiânia.

financiados pelo sindicato ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, que ajudou com carro de som, por exemplo. Contudo, o grosso do financiamento do movimento foi totalmente independente sem a participação direta de nenhum sindicato ou partido político. *O término da greve mostrou claramente que os professores em sua maioria se sentiam incomodados com a presença de estudantes, mostrando claramente suas posturas conservadoras e academicistas.*

No ano de 2008, o Fórum que sempre teve em sua base a ideia e prática de estar em movimento, sofreu um refluxo decorrente do final da greve. Com o processo eleitoral para escolha do novo reitor, vários professores, alunos e técnicos resolveram apoiar a candidatura do Professor Olacir, membro do Fórum. Por decisão coletiva do Fórum, não se enviou qualquer documento em relação a essa candidatura, seja de apoio ou de contestação, pois pretendia-se com isto manter o movimento independente. Vários professores, alunos e técnicos que estavam cadastrados na lista de e-mails do Fórum, resolveram assumir a campanha “UEG levada a sério”, como *slogan* de campanha de oposição à reeleição de Luiz Arantes. Nesse período, para não contradizer a postura da decisão do Fórum, todos os e-mails foram migrados para outra lista, denominada “UEG levado a sério”, que teria uma característica provisória, sendo finalizada com o fim da campanha. Apesar do empenho da comunidade acadêmica, a vitória foi do reitor Luiz Arantes que continuou com suas políticas problemáticas em relação à universidade. No entanto, durante esse tempo, vários participantes do fórum denunciaram as irregularidades para o Ministério Público de Goiás.

Em 2009, novamente o *Fórum retoma sua principal característica, a ação direta*, e inicia uma série de atos de protestos, como a “comemoração” do aniversário da UEG, por exemplo, na qual a solenidade foi satirizada com a distribuição de marmelada e goiabada. Nos anos anteriores, a mesma estratégia tinha sido utilizada, mas com pizza e pamonhas, além do bolo, em frente ao Palácio Pedro Ludovico, sede o Governo Estadual. Como o governo não se manifestava em relação ao concurso, foi feito em outubro/novembro uma marcha de Anápolis até Goiânia em dois dias (mais de 60 km), essa marcha reuniu na entrada de Goiânia mais de 500 pessoas.

Durante o trajeto, os membros do Diretório Central dos Estudantes – DCE⁶ da UEG, ligados a Luiz Arantes, tentaram tirar proveito do movimento, provocando um tumulto, depois usaram esse tumulto para processar dois professores e dois estudantes.

⁶ Esta organização sempre esteve ligada à reitoria, sendo uma instituição que se comportava como uma apaziguadora de conflitos junto à comunidade discente.

Depois de certos trâmites jurídicos, os mesmo desistiram do processo, já que não tinham provas. No entanto, nesse período, esses foram responsáveis por calúnias constantes contra os membros do Fórum.

No dia em que se iniciou a Marcha, realizou-se uma assembleia na Praça Cívica, em Goiânia, na qual a presença massiva da ESEFFEGO, que vinha com uma série de mobilizações em Goiânia para denunciar a situação dessa unidade, decretou greve. Essa proposta foi levada para as outras unidades, no entanto, somente a unidade de Iporá, por razões internas, aderiu à greve por vinte dias (sendo que essa durou trinta dias), o restante das unidades não aderiram ao movimento em suas assembleias locais. Esse momento mostrou claramente que a vontade de uma unidade não é suficiente para desencadear uma greve, mas sim as mobilizações e assembleias constantes para unificar as demais unidades.

Em 2010, finalmente ocorreu o concurso para as 475 vagas sendo chamados no ano de 2011, ou seja, somente após três anos da greve e de uma marcha, é que se realizou o concurso. O final do ano de 2010 também foi marcado pela tentativa do então governo do estado, Alcides Rodrigues, em acabar com o plano de cargos e salários dos professores. Mais uma vez, professores e técnicos se juntaram para tentar impedir esse golpe. Fato esse que permitiu a continuidade do plano de cargos e salários e a aprovação do plano de carreira para os técnicos, lembrando que tivemos um reajuste de 20% em 3 anos.

Nos anos de 2011/2012, o governo Marconi Perillo resolveu intervir novamente na UEG, criando o cargo de vice-reitora e colocando a professora Eliana França no cargo. Uma parte ligada ao Fórum achou que era o caminho a ser seguido, aceitando de imediato essa medida, porém, outra parte denunciou aquele fato como mais uma manobra do governo Marconi Perillo para continuar dando as cartas (já que o reitor continuava no cargo). Depois veio o estatuto elaborado pelo governador e imposto de cima para baixo à comunidade uegeana. Mais uma vez a divisão, uma parte aplaudindo e a outra questionando a reformulação sem consultar a comunidade, inclusive colocando a questão da lista tríplice para eleição de reitor (sendo que a última palavra é do governador na escolha do reitor).

Nesse momento, as forças que tinham criado o Fórum estavam desgastadas por causa das posturas de seguimentos do movimento em apoiar o governo sem nenhuma forma de questionamento. Mesmo assim, ainda participou de ações junto aos professores

do cadastro de reserva⁷, fato esse que permitiu que os mesmos fossem chamados. No decorrer do mesmo ano, o governador resolve nomear outro reitor/interventor, fazendo assim que esse fosse o candidato do governo. Novamente surgem divergências, já que uma parte dos professores o defendia pelo fato de ser pós-doutor e efetivo. Apresentava-se como solução para UEG. Com uma eleição cheia de problemas (eleição feita em um único dia, a qual teve 90% dos votos válidos, sendo que, na verdade, se se contabilizasse os não votantes, totalizaria a quantidade de votos o número de não mais que 40% de votos válidos). O movimento iniciado com o Fórum havia totalmente se desgastado. Extingue-se assim, esta experiência organizativa.

Em fevereiro de 2013, mais precisamente no dia 20 de Fevereiro, em reunião com mais de vinte unidades representadas, reunião esta motivada pela preocupação de alguns professores com o plano de cargos e salários, iniciou-se um novo processo de mobilização, no qual, nos primeiro encontros, foi deixado claro que era uma mobilização de professores e que se os estudantes entrassem teriam o mesmo direito tal como na época do Fórum. Nessas assembleias e reuniões, a maioria se pronunciou favorável à entrada dos alunos, os que eram contrários ficaram em silêncio. Surge assim o Movimento Mobiliza UEG. O Mobiliza surge com a mesma proposta de organização e atuação do Fórum. No ato de interdição da reitoria no dia 27 de Fevereiro, alguns membros do Mobiliza foram conversar com professores da UnUCET e com os estudantes sobre as propostas do movimento. Na assembleia, de 7 de março na ESEFFEGO, foi tirada a pauta unificada e a entrada dos alunos. No dia 16 de abril foi feito o ato a “UEG não é circo”, o qual reuniu aproximadamente 400 pessoas que fizeram uma passeata da ESEFFEGO até a sede do governo na qual foi entregue após esse ato um documento para o governo, o secretário do Governador assinou o recebido, no entanto deixando claro que a situação da UEG já estava se resolvendo e que as reivindicações já tinham, inclusive, um cronograma de execução em todas as unidades da UEG. No entanto, o governo não fez pronunciamento algum. No dia 25 de Abril de 2013 em uma assembleia histórica da UEG, com mais de 1000 pessoas foi deflagrada uma nova greve, depois que as unidades mostraram o resultado de suas assembleias locais, lembrando que a maioria das unidades presentes votou a favor da greve.

⁷ Professores que foram classificados no concurso, mas não tinham ainda sido chamados. Os professores deste quadro de reservas organizaram algumas manifestações e atividades para pressionar o governo a chamá-los. O Fórum de Defesa da UEG participou de algumas de suas ações.

Esta greve se arrastou por mais de noventa dias, demonstrando mais uma vez a capacidade de auto-organização dos trabalhadores e estudantes da Universidade Estadual de Goiás, visto que foi uma greve construída e mantida sem a presença de qualquer instituição burocrática que a dirigisse. A greve teve algumas vitórias, mas também derrotas. O que nos interessa aqui é o fato de a comunidade acadêmica, após extinguir uma organização que atuou na Universidade por mais de cinco anos, recriou outra com características semelhantes, mas agora mais coesa, mais interiorizada, com participação mais significativa das Unidades acadêmicas do interior do Estado. Do Fórum de Defesa da UEG ao Movimento Mobiliza UEG, os trabalhadores e estudantes desta universidade demonstraram impressionante capacidade de organização, atuação, reivindicação e mobilização sem estarem subvencionados por qualquer instituição sindical.

Comando de Luta: auto-organização contra instituição sindical

Enquanto o Fórum de Defesa da UEG e o Mobiliza UEG surgiram como forma de auto-organização em grande parte decorrência da inexistência de um verdadeiro sindicato que representasse efetivamente os interesses da categoria, o Comando de Luta surge a partir de outra realidade. O vácuo institucional-organizativo da UEG, ou seja, a inexistência de um sindicato forte, consolidado e reconhecido pelo conjunto da categoria como legítimo, criou o Fórum e em seguida o Mobiliza. O oposto, ou seja, a existência de um sindicato poderoso, que administra recursos milionários, que tem milhares de filiados, que é tradicionalmente reconhecido como legítima instituição de luta dos trabalhadores da Educação, tanto do Estado de Goiás, quanto dos municípios produziu o Comando de Luta. Ao invés do vácuo institucional existente na UEG, o que se tinha no município de Goiânia era a existência de um poderoso sindicato, o SINTEGO.

Por que, afinal, surge uma experiência de auto-organização no município de Goiânia, se os trabalhadores da educação já tem uma instituição tão grande e consolidada? A resposta é justamente esta, o SINTEGO é uma instituição e como tal é parte instituinte da normalidade burocrática típica das instituições educacionais públicas. O SINTEGO, instituição que pretensamente representa os interesses dos trabalhadores da educação em Goiás, em verdade, é uma instituição dirigida pelo Partido dos Trabalhadores há várias décadas. Constituiu ao longo dos anos um certo patrimônio, administra vultosos recursos e entre um de seus ilustres ex-diretores está, por exemplo, Delúbio Soares⁸.

⁸ Ex-tesoureiro do PT, conhecido nacionalmente devido ao chamado escândalo do “mensalão”, caso de corrupção em que os altos escalões do Partido dos Trabalhadores estavam envolvidos.

Este sindicato, embora poderoso, vem ao longo dos anos enfrentando sucessivos desgastes junto aos trabalhadores da educação. As práticas efetivadas pelo SINTEGO, seja de negociatas, seja manipulação de assembleias etc. produziu no conjunto dos trabalhadores tanto da esfera estadual, quanto municipal uma grande desconfiança com relação a esta instituição. Em todo movimento grevista que se verifica no município de Goiânia, há vários anos, sempre surge um instrumento organizativo que atua paralelamente ao SINTEGO. Esta organização, que à medida que explode a greve se estabelece, surge como alternativa dos trabalhadores para enfrentar SINTEGO com vistas e evitar as manipulações que este sempre efetiva durante os movimentos grevistas.

Esta organização, o comando de greve, exerceu sempre quando se formou, o papel de encaminhar inúmeros processos da greve, desde panfletos, colocação de pauta frente às pautas indicadas pelo SINTEGO etc. Contudo, ao findar a greve, findava-se também o comando de greve. O comando de greve, desta forma, como alternativa exclusiva de organização dos trabalhadores da educação tinha sempre um caráter efêmero, embora sempre houvesse uma preocupação dos vários trabalhadores da educação em tentar manter a organização para além do movimento grevista.

O ano de 2010 é emblemático neste processo. A greve foi arrancada ao SINTEGO, que não a queria, pelos trabalhadores em 20 de maio de 2010. Após várias assembleias convocadas pelo sindicato, o qual tentava manipular a assembleia para que não se tirasse indicativo de greve, nem muito menos se colocasse em votação a entrada ou não na greve, os trabalhadores, com todas as dificuldades de acesso ao carro de som, visto o sindicato dificultar isto ao máximo, conseguiram que se colocasse em votação e a greve foi deflagrada. A deflagração da greve, como de praxe, coloca em movimento parte dos trabalhadores e estes se organizam novamente por meio do Comando de Greve⁹. É nítida a separação entre o conjunto da categoria, com seus interesses e angústias, e a burocracia sindical que diz representá-la. Da mesma forma, também é nítida a diferença entre a organização que os trabalhadores criam para encaminhar sua greve contra seu sindicato que, em tese, deveria ser o principal condutor do processo grevista. Em uma palavra, o Comando de Greve surge em oposição ao sindicato, ao SINTEGO. Ou seja, trata-se de uma forma de auto-organização em oposição a uma instituição estabelecida.

Enquanto o sindicato tenta por todas as vias institucionais possíveis enfraquecer o movimento grevista, como, por exemplo, fez o SINTEGO ao ir a várias escolas

⁹ Para uma discussão acerca do caráter político e do significado desta organização, ou seja, o Comando de Greve, para os trabalhadores em luta, cf. (MAIA, 2011).

desmobilizando os trabalhadores para não irem à assembleia de deflagração da greve, os trabalhadores organizados através do Comando de Greve encaminham várias ações tentando, pelo contrário, fortalecer o movimento grevista. A oposição, portanto, se estabelece de imediato. De um lado, a instituição sindical; de outro, a organização dos trabalhadores, o Comando de Greve.

As sucessivas traições do SINTEGO colocaram aos trabalhadores a necessidade de criarem uma organização que efetivamente fosse sua e esta foi o Comando de Greve. O decorrer da greve de 2010 aclarou para todos os participantes e observadores do processo a visível contradição entre o que a categoria queria e o que o SINTEGO queria. A nítida oposição se manifestou nas práticas de cada um. Enquanto o SINTEGO se restringia a convocar sucessivas assembleias com o fim de liquidar a greve, o Comando de Greve realizava inúmeras atividades com o fim de fortalecer, divulgar e organizar o movimento grevista.

No Jornal do Comando, publicado em fevereiro de 2011, está presente uma boa descrição das atividades realizadas pela categoria através de seu organismo organizativo. Da deflagração da greve em 20 de maio de 2010 até o seu término em 29 de agosto, o comando de greve realizou um conjunto de atos que de fato abalaram a estrutura do SINTEGO, bem como mexeu com a poderosa prefeitura de Goiânia que não tinha nenhum controle sobre a categoria em movimento. *Este foi, de fato, um autêntico movimento autônomo dos trabalhadores da educação no município de Goiânia.*

As posições do litígio se aclararam cristalinamente. De um lado os trabalhadores auto-organizados, de outro, a prefeitura com sua intransigente Secretaria Municipal de Educação – SME. Contudo, o que ficou mais claro ainda foi a posição do SINTEGO, que se apresentou de maneira perfeitamente visível ao mais displicente dos observadores como uma instituição contra os trabalhadores, embora discursivamente fale em seu nome. Assim, de fato, de um lado há os trabalhadores, de outro, a SME e o SINTEGO. Mas as ações da greve encaminhadas pelo Comando de Greve revelaram também outros sujeitos no processo, notadamente a Guarda Civil Municipal, que tradicionalmente foi sempre uma instituição dedicada a resguardar o patrimônio público, passou também a exercer atividade repressiva e em algumas oportunidades executou esta função sobre os trabalhadores em greve. Ou seja, mais uma instituição que se coloca no campo oposto. Mas além destas, é necessário observar que também as instituições que em tese deveriam defender os “interesses do cidadão”, como Ministério Público, mostrou-se também no campo oposto e simplesmente desconsiderou todas as denúncias feitas pelo Comando de

Greve sobre superfaturamentos, processos sem licitação etc. E para finalizar, há que destacar o papel dos meios oligopolistas de comunicação, que através da TV Anhanguera, TV Serra Dourada, Rede Record etc. com seus telejornais e jornais impressos atacaram os professores de todas as formas.

Assim, se um balanço é possível ser feito, os trabalhadores tem que reconhecer que não tem aliados do outro lado da trincheira. Isto vale para os trabalhadores da educação, da saúde, operários, camponeses, desempregados etc. Ou seja, a aliança e solidariedade é do conjunto das classes trabalhadoras e movimentos sociais populares organizados.

O Comando de Greve, então, durante todos os meses da greve executou um conjunto de atividades como, por exemplo: serenata na porta da casa do prefeito, manifestação em inauguração de obras do executivo municipal, panfletagens em terminais de ônibus e feiras livres, participação em entrevistas de rádios, realização de passeatas etc. *Ou seja, o Comando de Greve, através da ação direta, colocou a greve efetivamente em movimento.* Fato a destacar é a participação não substancial do conjunto da categoria em grande parte dos atos realizados pelo Comando de Greve. Isto, contudo, não anula a importância e papel que esta organização teve na condução da greve. Pelo contrário, se o Comando não existisse, a greve não teria se arrastado por tanto tempo, pois o SINTEGO a teria liquidado muito antes.

Fato curioso a ser observado refere-se à assembleia convocada pelo SINTEGO em 19 de agosto de 2010. O Fomal do Comando assim relata o fato:

Logo no início acontece um golpe: a presidente do Sintego afirma que a diretoria do Sindicato não iria dar continuidade à greve e se retira empurrando os presentes aos gritos de destituição. A assembleia continua e os presentes mantêm a greve. A decisão foi protocolada na SME e a Ata registrada em cartório. Ainda neste dia o carro da presidente do Sintego é cercado no momento em que saía de uma coletiva de imprensa em que noticiava o fim da greve (COMANDO DE LUTA, 2011).

O SINTEGO convocou inúmeras assembleias para findar o movimento grevista sendo sempre derrotado pela oposição feita pelo Comando de Greve, mas sobretudo pela categoria que não queria sair da greve sem nenhuma garantia ou vitória. Esta foi a tentativa desesperada da diretoria do SINTEGO. Decretou o fim da greve contra a vontade da assembleia. Naturalmente que os trabalhadores assumiram o controle da assembleia e deliberaram pela continuidade da greve, que foi, aos trancos e barrancos, contra e apesar do sindicato até 29 de agosto de 2010.

Esta greve acabou por decretar definitivamente o fim da influência política do SINTEGO junto aos trabalhadores da educação municipal de Goiânia. Diferentemente das greves anteriores que ao findar do movimento, findava-se também o Comando de Greve, esta manteve a organização. Com o término da greve, os trabalhadores que participavam efetivamente do Comando decidiram manter a organização. Mudaram o nome de Comando de Greve para Comando de Luta. *O que era uma organização temporária necessária para encaminhar as demandas da greve, converteu-se em uma organização permanente com a intenção de encaminhar os debates políticos, condições de trabalho etc. da categoria.* Esta acabou por consolidar-se como uma organização legítima, ou seja, reconhecida pelo conjunto dos educadores, conquistando a confiança da categoria no processo de luta.

O Comando de Luta é uma organização autônoma, ou seja, uma experiência de auto-organização. É, portanto, independente tanto do SINTEGO, quanto da SME, bem como dos partidos políticos, embora houvesse dentro do Comando de Luta pessoas ligadas a partidos políticos. O fato, contudo, de haver pessoas ligadas a partidos políticos no interior do Comando de Luta não nos permite afirmar que os partidos tenham aparelhado esta organização, ou seja, que a tenham utilizado para seus fins partidários particulares. Como organização dos trabalhadores, o Comando de Luta passa a efetivar debates, atos, publicação de jornal, distribuição de panfletos etc. como forma de mobilizar a categoria, bem como informar o conjunto da população goianiense acerca dos problemas da educação pública municipal.

Os debates que se travam dentro do novo Comando de Luta não tardam e logo duas tendências se opõem no interior da organização. Uma que intencionava institucionalizar o Comando de Luta, ou seja, torná-lo um novo sindicato e outra que defendia a manutenção do Comando como forma de organização não-institucionalizada e autônoma. Este debate arrasta-se por algum tempo, até que os que defendiam a não criação do sindicato saem do Comando de Luta. Os demais que continuam com esta proposta, encaminham a criação do novo sindicato que em 8 de dezembro de 2012 realizam a assembleia de fundação da nova entidade denominada Sindicato Municipal dos Servidores da Educação de Goiânia – SIMSED.

O Comando de Luta deixa de existir e em seu lugar aparece o SIMSED, que carrega consigo a trajetória e o histórico de lutas efetivadas pelo Comando de Luta. O SIMSED realiza várias atividades: participa de mobilizações nacionais de luta pela educação, publica jornais, realiza atos contra o SINTEGO e a SME etc.

Em 2013, novamente se inicia a ascensão do movimento grevista no município de Goiânia, mas agora, diferentemente das greves anteriores, que eram convocadas, dirigidas e encerradas pelo SINTEGO, aparece agora outra realidade. A figura do SIMSED já começa a aparecer de maneira mais clara. O SIMSED, do ponto de vista jurídico, ainda não pode ser considerado sindicato, pois não tem a carta sindical, documento indispensável para reconhecimento jurídico da entidade. Por causa desta característica entre outras coisas, o SIMSED não assume as convocações de assembleia, nem assina os documentos como SIMSED, mas sim como Comando de Luta, Comando de Greve, às vezes, Comando Sindical, criando uma certa confusão proposital acerca de quem é a organização que está à frente das mobilizações etc. O fato é que o novo movimento grevista inicia-se ao largo do SINTEGO.

O Comando convoca algumas assembleias para debater um problema que ameaça o conjunto dos trabalhadores da rede municipal, a retirada de uma gratificação chamada “difícil acesso”, gratificação para quem mora a certa distância da escola onde trabalha. A proposta da prefeitura consiste em reduzir o valor da gratificação pela metade para os que a recebem e passar a pagar o mesmo valor para todos os professores da rede. Isto gera um descontentamento e novamente, juntamente com outras pautas, a categoria se coloca em movimento e as assembleias convocadas pelo Comando aglutinam milhares de trabalhadores, números que o SINTEGO há anos não conseguia somar.

Enfim, após três assembleias, é deflagrada a greve na prefeitura municipal de Goiânia. Mas aí surge a questão, pode o SIMSED que não é sindicato regularizado deflagrar greve? Independentemente da questão jurídica, o fato é que a categoria entra em greve e não foi nenhum sindicato que a outorgou. A luta passa então totalmente a ser conduzida pelo Comando de Greve, não tendo aí neste lugar nenhum significado a figura institucional do SIMSED. A greve se radicaliza, assembleias com duas mil, três mil pessoas. A greve é conduzida pelo Comando, mas sempre com tencionalidades. Dentro do Comando conflitam diretamente duas tendências, uma que se esforça para manter o caráter autônomo e não-institucionalizado do Comando e outra que tenta afirmar a figura política do SIMSED junto à categoria de professores do município.

No dia 08 de outubro de 2013, o SIMSED, juntamente com parte da categoria, ocupa a Câmara de Vereadores de Goiânia, conduzindo todo o movimento grevista para aquele espaço. Do ponto de vista político, para a categoria, esta greve significou, em grande medida, a desarticulação do então Comando Luta. O SIMSED, mesmo que ainda sem assinar e se declarar publicamente, assume a direção da luta. Ainda, como saldo

político da greve de 2013, que se estende de 24 de setembro a 21 de outubro, pode-se destacar: a) a categoria aceitou e defendeu a ideia de que é possível fazer greve sem sindicato. Esta é a principal vitória da categoria como saldo desta greve; b) mas em contrapartida, o SIMSED saiu como controlador, dirigente do movimento grevista, iniciando aqui um problema para o movimento autônomo dos professores do município de Goiânia.

Em 2014, novamente se levanta na prefeitura de Goiânia novos processos que vão conduzindo os professores da rede à deflagração de uma nova greve. Tal como em 2013, as assembleias que culminaram na greve não são convocadas diretamente pelo SIMSED, mas sim por Comando de Luta/Comando Sindical etc. No blog mesmo do SIMSED parece a chamada: Comando Sindical. Em que pese tudo isto, a greve de 2014 foi totalmente conduzida pelo SIMSED, não houve oposição organizada, embora tenha havido discordâncias internas entre antigos militantes membros do Comando de Luta, bem como por professores que não se destacam politicamente dentro das atividades dos movimentos grevistas. A não adesão de grande parte das escolas a esta greve revela um pouco deste fenômeno. Falta-nos uma estatística sobre isto, mas foi notável que, em relação à greve de 2013 que obteve rapidamente a adesão de quase todas as escolas, a greve de 2014 só conseguiu poucas adesões e parte destas voltaram rapidamente às atividades cotidianas às expensas de decisão de assembleia.

A greve teve início no dia 26 de maio e se encerrou no dia 4 de julho de 2014. Uma das principais demandas levantadas era o descumprimento por parte da prefeitura de Goiânia em relação aos acordos retirados da greve de 2013¹⁰. Devido a inúmeras questões pelas quais vem passando a administração municipal de Goiânia, principalmente com problemas em suas contas, é protocolado pela categoria, via Comando de Greve, um pedido de *impeachment* para o prefeito Paulo Garcia. A votação, na Câmara dos Vereadores é realizada no dia 10 de junho de 2014. Por vinte votos contra, nove a favor e uma abstenção, sendo, deste modo rejeitado o pedido de *impeachment*. Neste momento, parte da categoria ocupa a Câmara e interrompe a sessão. Esta ocupação, aos moldes do que já havia sido feito em 2013 continua até o término da greve, sendo a desocupação o ato simbólico que finaliza o movimento grevista.

A proposta de *impeachment* acabou se configurando, em certa medida, como plataforma política de promoção do SIMSED, pois a rejeição da proposta era algo óbvio,

¹⁰ Para maiores informações sobre as pautas das greves de 2013 e 2014, cf. o blog do SIMSED: <http://simsed.blogspot.com.br/>.

pois dificilmente uma única categoria de trabalhadores em greve consegue *impeachment* de qualquer um do executivo. A ocupação da Câmara dos Vereadores já estava colocada, antes mesmo da votação. Não estamos aqui colocando em segundo plano o empenho político dos vários trabalhadores da educação que militaram nesta greve, mas sim destacar o saldo político que dela pode ser deduzido. *Em 2014, o SIMSED sai como o grande dirigente da luta. Em 2014, o Comando de Luta é liquidado.* A figura do Comando de Greve, que se estabeleceu desde a greve de 2010 como uma organização contra o SINTEGO, está agora, embora isto não seja explicitado em nenhum documento público, subordinada ao SIMSED.

Se uma conclusão do movimento político encerrado na greve de 2014 é possível, esta só pode ser a declaração de uma paralisação do avanço do movimento autônomo que os trabalhadores da rede municipal vem construindo há alguns anos. Os compromissos que a greve conseguiu arrancar à prefeitura não anulam isto. A repressão que sofreram os trabalhadores (corte de ponto, sindicância contra dois membros do SIMSED/Comando de Greve etc.) não anula este passo atrás que o Movimento dos trabalhadores da educação está dando. A possibilidade de institucionalização do SIMSED e seu reconhecimento por amplos seguimentos da categoria como legítimo representante dos trabalhadores implicará numa volta das lutas à institucionalidade típica das instituições burguesas. Os trabalhadores da educação devem atentar-se para este fato e retomar as lutas no estágio que a deixaram em 2013: auto-organizada, não-institucionalizada, marcada pela ação direta (passeatas, assembleias etc.).

Algumas conclusões

De todo o debate que expusemos até o momento, algumas conclusões se impõem. Tais conclusões não são, obviamente, um findar da análise. Esta já está iniciada. São, na verdade, a pontuação de conquistas reais que os trabalhadores da Educação arrancaram às classes dominantes. Tais conquistas não são, também, verdadeiramente meras conquistas salariais ou de melhoria nas condições de trabalho ou qualquer outra coisa semelhante. As conquistas que devemos fazer referências aqui são muito mais profundas e vão muito além do que as migalhas que as classes dominantes cedem aos trabalhadores quando estes se organizam e lutam.

As conclusões aqui a serem pontuadas não são resultado da análise teórica do processo, mas sim, conclusão de toda uma jornada de luta, que não se findou, ainda. Trata-se de conclusão do processo histórico, que em verdade, ainda está em processo. Assim,

estas últimas considerações servem muito mais aos próprios trabalhadores da educação que encaminharam as lutas que descrevemos aqui. Não são conclusões de nossa própria lavra, portanto. São muito mais conclusões que o próprio movimento chegou em suas lutas concretas, práticas.

- *A necessidade de auto-organização e a crítica teórica e prática das instituições.* Esta é a primeira conclusão a que os movimentos que aqui descrevemos chegaram em suas ações. A crítica prática que fizeram é o ponto de partida para a análise teórica. Na verdade, a análise teórica vem *a posteriori*, catando os cacos e tentando apresentar de maneira coerente o que se desenvolveu, na aparência, como processo inconcluso e sem coesão. Tendo ou não consciência do que fizeram, os trabalhadores da educação em Goiás, nos processos referidos, deram aula de crítica às instituições capitalistas. Ensinarão a como se organizar sem se instituir. Ensinarão que organização não é sinônimo de burocratização. Ensinarão que agir de maneira organizada não se confunde com a eleição de líderes que falem em nome da categoria. Assim, se nosso artigo começou com uma descrição da teoria sobre as organizações burocráticas (instituições) e as organizações não-burocráticas é por que, na prática, os trabalhadores já haviam superado ou apresentado às claras tal diferença.

- *O surgimento da auto-organização.* Outra conclusão que se impõe da experiência presente nas lutas dos trabalhadores da educação em Goiás diz respeito à maneira como surgem as experiências de auto-organização. O que permite que uma classe social, uma categoria profissional, um grupo social etc. se auto-organize? O que justifica, do ponto de vista concreto, a existência de tais formas de organização em contraposição a um conjunto de instituições que pretensamente nos representa? Duas conclusões pulam da análise das experiências citadas: 1) o vácuo institucional presente em uma instituição, a UEG, que tinha uma associação de professores extremamente fraca e sem a mínima representatividade perante o conjunto dos trabalhadores da instituição criou o vácuo a partir do qual os trabalhadores inseriram sua própria forma organizativa (o Fórum de Defesa da UEG e o Mobiliza o UEG). 2) A existência de uma poderosa instituição, o SINTEGO, cria o seu exato contrário, o Comando de Greve que se transforma em Comando de Luta, na prefeitura de Goiânia. Ou seja, o vácuo institucional bem como o contrário disto são catalisadores para a criação

de experiências auto-organizadas dos trabalhadores¹¹. Isto prova somente que a autodeterminação de classe é a condição fundamental para qualquer processo de luta efetivo. Nem a inexistência de organização, nem muito menos a existência de uma organização burocrática são verdadeiros instrumentos de luta dos trabalhadores. Tais instrumentos ou instâncias organizativas devem ser criadas por eles mesmos no seu processo de luta. As conquistas cotidianas imediatas e as conquistas mais gerais a longo prazo não se conquistam por procuração, por representação. É necessária ação coletiva e auto-organizada para assegurar verdadeiros avanços da luta.

- *Disto deriva uma terceira conclusão: a ação direta como forma efetiva de luta. A ação direta é a ação da classe ou categoria profissional agindo por si mesma. A luta efetivada pelos sindicatos funda-se no princípio da representação, ou seja, o sindicato age e fala em nome dos trabalhadores. O fato de ser referendado ou não em assembleia da categoria não anula tal afirmação. Tal como o sindicato, também os partidos políticos se organizam e agem de acordo com tal princípio. Sua busca pela representação nas várias esferas parlamentares ilustra isto. Ou seja, aqueles que dizem representar os trabalhadores (sindicatos, partidos, parlamento, políticos profissionais etc.) são, na verdade, membros de outras classes sociais, notadamente a burocracia exemplificada em suas várias frações e extratos (burocracia sindical, partidária, estatal etc.). A coisa é bastante clara: enquanto as classes trabalhadoras aguardarem que estas classes os libertem, a escravidão permanecerá. O que as experiências dos trabalhadores da educação em Goiás nos ensina é que somente a ação direta é eficaz. Somente a ação direta é efetivamente pragmática. Por ação direta entenda-se a ação dos trabalhadores de determinada categoria profissional ou classe social agindo por sua própria conta, por meio de organizações que eles criam e controlam, bem como sustentam e mantêm financeiramente, politicamente etc. A ação direta se manifesta nas ações concretas que efetiva a classe em questão ou categoria profissional através de seus instrumentos organizativos. No caso dos*

¹¹ Guardando as devidas proporções, uma comparação histórica ajuda a demonstrar este processo. Os *soviets* surgiram na Rússia em 1905 e depois em 1917 justamente por que não existiam sindicatos de trabalhadores (o vácuo institucional). Os conselhos operários surgiram na Alemanha em 1918 justamente por que existiam poderosos sindicatos, em sua maioria controlados pelo Partido Socialdemocrata alemão (auto-organização contra instituição). *Uma conclusão deriva daí: a auto-organização se desenvolve como necessidade férrea dos trabalhadores colocarem suas próprias pautas e bandeiras de ação, bem como eles próprios controlarem com suas formas de organização os rumos de suas lutas.*

trabalhadores da educação em Goiás, isto evidenciou-se, tanto na UEG, quanto na Prefeitura de Goiânia: panfletos, protestos, serenata na porta da casa do prefeito ou governador, publicação de jornal, criação de *site* e *blog* na *internet*, atos políticos na inauguração de obras pelo executivo municipal ou estadual, realização de assembleias periódicas e permanentes como forma de encaminhar de maneira horizontal as ações das greves etc. Todas estas ações são pensadas, organizadas e executadas pelo conjunto dos trabalhadores e estudantes envolvidos com a luta. Estas atividades também são custeadas pelos próprios trabalhadores, sendo assim, a garantia de autonomia política se consolida também pela independência financeira do movimento. Nem partidos políticos, nem sindicatos, nem parlamentares etc. sustentam financeiramente o movimento.

- *As dissensões internas.* Uma última conclusão que se impõe da prática da luta é a verificação de que em ambos os movimentos, ou seja, tanto na UEG, quanto na Prefeitura de Goiânia, durante e depois do movimento grevista que inaugura a experiência de auto-organização, o embate entre aqueles que defendem a permanência autogerida e aqueles que defendem a institucionalização se estabelece. Esta é, na verdade, a conclusão que o movimento ainda não chegou na prática. Trata-se, aqui, portanto, de colocar para o conjunto dos trabalhadores envolvidos no processo de luta o que significa cada uma destas posições. A teoria, por si só, não muda nada, mas, como diria Marx: “quando nas cabeças das massas, converte-se ela própria em força material”. É disto que se trata. Todas as vitórias e conquistas, bem como os fracassos e as derrotas que sofreram ambos os movimentos deve-se à capacidade de organização e ação da própria categoria através dos mecanismos que os próprios trabalhadores forjam na luta. Toda a campanha que é feita contra os trabalhadores (mesmo por professores e estudantes dentro da UEG e Prefeitura de Goiânia), afirmando que o movimento é desorganizado, que não tem liderança, que falta plataforma mais organizada etc. é falso. Da mesma forma que é falso dizer que o movimento não consegue mais coisas por que não é regulamentado (ou seja, não tem CNPJ ou estatuto registrado em cartório), ou por que não tem presidente, secretário disto ou daquilo etc. A defesa de institucionalização inevitavelmente conseguirá tão somente enquadrar ambos os movimentos. Enquadrar significa colocar dentro do quadro, ou seja, dentro do quadro de reprodução normal das instituições reguladas pelo conjunto de legislação que o Estado cria para amortecer e regulamentar os conflitos de

classe. Nenhuma luta radical é passível de ser enquadrada em qualquer legislação existente. Se o for, é por que já deixou de ser radical e se deixou de ser radical é por que já é parte instituinte desta sociedade, logo, não mais é instrumento de luta dos trabalhadores. É necessário, pois, inventar outros instrumentos. O SIMSED quer se institucionalizar. Ainda não o conseguiu efetivamente. *Todo o movimento das greves da prefeitura em 2013 e 2014 foi convocado, organizado, conduzido e finalizado sem a existência de um sindicato que representasse a categoria.* A Carta Sindical do SIMSED será o atestado de óbito de toda a experiência de luta que vem conduzindo a categoria há anos.

- *Assim, é necessário dizer: a defesa da auto-organização é a única verdadeiramente radical.* Radical aqui tem a mesma conotação dada à palavra por Marx, ou seja, ser radical é ir à raiz, ao fundo, à essência das questões. Um movimento que vá a essência dos problemas, tem que reconhecer que a negação do *status quo* não pode ser efetivada utilizando-se os meios, os instrumentos do próprio *status quo*. Não se acaba com a guerra, produzindo-se mais armas. Não se desenvolve o amor cultivando a violência e a agressão. Não se acaba com a barbárie através do barbarismo. Não se acaba com o capitalismo, utilizando as próprias armas do capitalismo. Nem os fins justificam os meios, nem os meios justificam os fins. *Fins e meios devem ser coerentes, partes de uma única totalidade.* Esta é a conclusão teórico-política que se impõe tanto aos trabalhadores da educação em Goiás, quanto a qualquer trabalhador em qualquer parte do mundo: os trabalhadores estão sozinhos em sua luta, devem encaminhar as lutas eles próprios, através dos meios e organizações que eles próprios forjam no processo de luta.

- *A luta dos trabalhadores da educação deve ir além de si mesma.* Esta é a última conclusão teórica que o movimento não chegou a bom termo em sua luta prática. Esta, contudo, também não está nas mãos dos trabalhadores da educação. Trata-se de um limite das lutas de classes existentes nos últimos anos. O que se constata em Goiás é que somente três movimentos conseguiram ir além de suas burocracias e implementaram um movimento de caráter autônomo: a) os trabalhadores da educação do Município de Goiânia; b) os trabalhadores da educação da UEG; c) parte da juventude organizada através da Frente de Lutas pelo Transporte. Estes três movimentos não conseguiram atuar conjuntamente, exceto em alguns encontros em protestos. Ou seja, o limite das lutas de classes

impõe o isolamento das lutas particulares. A ausência do movimento operário como movimento autônomo no conjunto das lutas agrava ainda mais esta situação de isolamento e perda da visada da transformação radical e revolucionária da sociedade. Assim, se impõe aos que lutam a necessidade de articulação das várias lutas particulares, a integração destas lutas particulares à perspectiva totalizante da luta proletária, ou seja, aquela que aponta para a dissolução das relações de produção capitalista. Enquanto o proletariado não se levanta, cabe aos movimentos mais restritos que lutam aperceber-se que sua vitória só se concretizará verdadeiramente à medida que suas lutas particulares estiverem inseridas na perspectiva totalizante da luta proletária.

Referências

BRICIANER, S. *Anton Pannekoek y los consejos obreros*. Buenos Aires: Shapire Editor, 1975.

COMANDO DE LUTA. *Jornal do Comando*. Edição 1. Fevereiro de 2011. Goiânia, 2011.

JENSEN, K. *A luta Operária e os Limites do Autonomismo*. Revista Ruptura. Ano 8, número 7, agosto de 2001. Goiânia, Movimento Autogestionário, 2001.

KORSCH, K. *Karl Marx*. Edições Folio, 2004.

_____. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977).

MAIA, L. *As classes sociais em O Capital*. Pará de Minas: VirtualBooks, 2011.

_____. O significado político do comando de greve. *Revista Enfrentamento*. ano 6. n. 10. Jan/jun, 2011. Disponível em: <http://enfrentamento.net/enf10.pdf>, acesso em 16/12/2013.

PANNEKOEK, A. *Los consejos obreros*. Madri: Zero, 1977.

_____. *Lênin, filósofo*. Córdoba: PyP, 1973.

VIANA, N. *A teoria das classes em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

_____. *O que são partidos políticos*. Goiânia: Edições Germinal, 2003.

_____. *A consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007

Desenvolvimento capitalista e lutas políticas no Brasil e no México ao longo do século XX

Diego Marques Pereira dos Anjos*

Introdução

Ao longo do século XX Brasil e México experimentaram profundas transformações no que diz respeito ao seu quadro social: entraram no século passado como países eminentemente agrícolas, fundados e desenvolvidos pela produção dos latifúndios ou das *haciendas*, inundados pelas metrópoles portuguesa e espanhola por uma multidão de trabalhadores escravos, vinculados à divisão internacional do trabalho como produtores de produtos primários, rigoroso controle estatal das atividades da sociedade civil, importação das ideias e teorias surgidas no continente europeu. Nas primeiras décadas do século passado o conflito social nos dois países se intensifica, fazendo explodir antigas contradições, mas também novas contradições emergentes. A questão da terra emerge como causadora de conflitos que marcarão a história dos dois países: no Brasil, explode a Guerra de Canudos e a Revolta do Contestado; No México a primeira revolução social da América Latina estoura no ano de 1910 dirigida por camponeses de norte a sul do país. A novidade que também surge com as primeiras décadas do novo século são os movimentos dos trabalhadores urbanos, nos dois países: no Brasil, as manufaturas de São Paulo concentram boa parte dos operários que desde a primeira década até fins da segunda década radicalizam nas manifestações, sendo marcante a greve geral de 1917; no México, os operários das minas, das manufaturas e das primeiras indústrias engrossam as fileiras dos exércitos camponeses e a capital do México é tomada pelos revolucionários no dia 06 de Dezembro de 1914.

No contexto das duas guerras mundiais, os dois países experimentam um novo impulso de desenvolvimento, tanto nas cidades quanto no meio urbano. Novas elites políticas se estabelecem no poder: no Brasil, Getúlio Vargas chega ao poder com um projeto centralista de desenvolvimento; quatro anos depois, em 1934, o General Lázaro Cardenas assume a presidência do México inaugurando o projeto de nacional-desenvolvimentismo que perduraria por mais quatro décadas, até fins dos anos de 1970. A emergência de novas classes sociais intensificando o conflito social, a chegada ao poder de novas elites políticas que passam a estruturar novas políticas estatais e o

* Graduado em História pela PUC-GO e mestrando em Ciências Sociais pela Unesp, Campus de Marília.

desenvolvimento das relações de produção capitalistas são o quadro teórico geral necessário para se entender os desdobramentos históricos contidos nesses eventos. A partir de agora, tentaremos esboçar uma pequena interpretação teórica de como o movimento geral da acumulação capitalista e a formação de um modo de produção capitalista universal pode nos revelar semelhanças entre as múltiplas determinações que se expressam no desenvolvimento do capitalismo tanto no Brasil como no México.

O conceito de regime de acumulação cobrará parte de suma importância em nosso trabalho, como tentativa inicial de analisar o desenvolvimento do capitalismo no México e no Brasil ao longo do século XX. Estabilizada as relações sociais de produção nos países capitalistas Europeus e nos EUA, a expansão mundial capitalista surge da própria dinâmica de reprodução ampliada do capital. O modo de produção capitalista não pode conhecer fronteiras. Por isso se expande e muda para que conserve em sua essência o processo de valorização do capital. Como demonstraremos a seguir, um regime de acumulação marca novas características na acumulação do capital, a depender da luta de classes. Em sua expansão descontrolada avança sobre novas regiões do planeta, fazendo entrar em contato relações sociais pré-capitalistas com relações sociais que já marcam o desenvolvimento ulterior do capitalismo, isto é, as novas regiões não passam por um desenvolvimento linear, etapa por etapa, em direção à estabilização capitalista, palavra esta que o próprio capitalismo desconhece.

O capitalismo do México e do Brasil até meados da década de 1970 surge do impacto da consolidação das relações de produção capitalista, nas últimas décadas do século XIX, e do turbilhão de inovações que chegam com maior ou menor intensidade desde o núcleo do sistema capitalista mundial. Isto significa que mudanças na regulação do trabalho, na intervenção estatal, nas tecnologias das unidades de produção, nos direitos conquistados pela força de trabalho, etc. foram forjadas pós-experiências Europeias e Estadunidenses tendo como objetivo fundamental aperfeiçoar a valorização do capital. Se em poucas décadas, os países latinos substituíram relações de trabalho pré-capitalistas pelo trabalho assalariado tal processo foi perpassado pela intervenção estatal que adiantou políticas de desenvolvimento capitalista, assimilando as “últimas” medidas salvacionistas criadas desde o centro capitalista. O regime de acumulação intensivo subordinado busca ser a expressão teórica do processo de desenvolvimento capitalista durante certas décadas do século XX, processo que se forja entre a expansão capitalista mundial e as mudanças necessárias para que a conservação da valorização do capital. Bem ao melhor estilo capitalista de viver a vida, o novo que já nasce velho, com os vícios e limites dados pelas

condições sociais de sua criação. O capitalismo latino-americano é essa mescla, o que só pode acarretar em mais sofrimento para as suas populações.

1. Avanço mundial do capitalismo, consequências: conquista e colonização da América.

Para Karl Marx, a determinação fundamental da sociedade capitalista é a relação social entre duas classes que possuem duas distintas formas de propriedade: num polo da sociedade, concentram-se os donos dos meios de produção, dos meios de subsistência e do capital, a classe burguesa; do outro lado, a grande massa da população proprietária somente da força de trabalho, não possui meios de produção para o seu trabalho e nem tampouco os meios de subsistência para sua reprodução enquanto ser humano, o proletariado. Essa relação social entre classes marca o estabelecimento da absoluta dependência da classe trabalhadora em relação ao capital, o que marca profunda mudança de forma na relação de propriedade característica de outros modos de produção, por exemplo, a sociedade feudal em que os camponeses e artesãos possuem a propriedade dos meios de produção, e mais distante ainda do modo de produção escravista, em que o trabalhador é ele próprio parte componente dos meios de produção, tal como uma enxada pertencem ao dono da enxada também o trabalhador é de pertencimento de seu dono. O modo de produção capitalista é o estabelecimento de uma classe de produtores livres em duplo sentido: de um lado, não possuem os meios de produção e não pertencem aos meios de produção, para Marx, são livres como pássaros para poder vender sua força de trabalho no mercado de trabalho (MARX, 1996).

O movimento de extração de mais-valia é um movimento crescente e se expressa na universalização das relações de produção capitalistas. Consciente desse movimento crescente, Marx faz também o movimento analítico de descoberta das origens da acumulação do capital, processo que ele vai chamar de acumulação primitiva do capital. Chamamos atenção para essa discussão de Marx porque ela traz contribuições para o debate a respeito do caráter das relações sociais de produção existentes na América Espanhola e Portuguesa enquanto nova região subordinada ao desenvolvimento crescente do processo de acumulação capitalista, que tinha como centro a Inglaterra. Antes de passarmos para as contribuições de Marx faremos uma breve discussão sobre o debate realizado nos meios acadêmicos na América Latina e que rendeu muitos livros durante a década de 1970, era o debate sobre o caráter das relações sociais em nosso continente, se aqui tinham se construído sociedades que reproduziam o feudalismo europeu, ou se a América Latina já tinha evoluído para relações sociais capitalistas, assim, para

avancarmos no nosso objetivo de descobrirmos as correspondências entre as transformações ocorridas no Brasil e no México ao longo do século XX se faz necessária uma interpretação geral de como a América Latina foi inserida e subordinada no processo crescente de formação do modo de produção capitalista. Terminada essa discussão acreditamos podermos levantar elementos suficientes para a partir de então debater dois processos de transformação capitalista na América Latina ao longo do século XX.

Um dos principais defensores do caráter feudal das relações sociais na América Latina foi o professor argentino Rodolfo Puiggros para quem o modo de produção que se organizou a partir da conquista da América Latina foi uma simbiose entre a ordem social dos conquistadores com a ordem social das comunidades pré-colombianas (1972). Puiggros argumenta contra a tese de que a América Latina nasceu da expansão do capitalismo, enquanto que teria ocorrido justamente o contrário, a conquista e colonização do continente latino-americano teria sido uma *transfusão de sangue do feudalismo* ibérico para não perecer ante a nascente burguesia urbana e comercial, e assim, o descobrimento da América Latina forma parte da grandeza da monarquia feudal em luta contra os elementos progressistas que surgiam naquele momento:

Sufocada a insurreição popular interna, nada impedia aos nobres em seguir com o desfrute da América, sentíam-se, e o eram em verdade, os continuadores daqueles que lutaram contra os Mouros e engrossaram os exércitos das Cruzadas. Toda empresa feudal Europeia, seja no norte contra os escravos, no leste contra os Turcos, no oeste contra os Saxões e Germanos e no sul contra os Árabes, tinha sido levada adiante sob o signo da Cruz. A conquista da América formou parte geral do processo de expansão do feudalismo e o salvou de uma morte segura. Espanha trasladou para América os elementos do regime feudal em decomposição¹ (PUIGGROS, 1972, p. 116).

Puiggros defende então a tese de que os modos de produção que se formaram na América Latina desde a conquista foram formas singulares do feudalismo, a partir da simbiose entre a ordem feudal e os modos de vida anteriormente existentes no continente Americano, e criticando André Gunder Frank afirma que nem mesmo o contato com o mercado mundial foi o suficiente para a transformação social no sentido de formação de um modo de produção capitalista, pois durante a colonização, somente existiu

¹ No original: Sofocada la insurrección popular interna, nada impedía a los nobles a seguir con el disfrute de América, sentíanse, y lo era en verdad, los continuadores de aquellos que lucharon contra los moros y engrosaron los ejércitos de las cruzadas. Toda empresa feudal europea, ya sea en el norte contra los esclavos, en el este contra los turcos, en el oeste contra los sajones y germanos y en el su contra los árabes, ha sido llevada adelante con el signo de la cruz. La conquista de América formó parte general del proceso de expansión del feudalismo y lo salvó de una muerte segura. España volcó en América los elementos del régimen feudal en decomposición.

formalmente a figura do capitalista, que embora fosse o dono e dirigente da produção nas plantações e latifúndios baseava seu poder sob o trabalho escravo.

Na contramão da concepção que defendia o caráter semifeudal latino-americano em relação às sociedades capitalistas desenvolvidas, alguns teóricos vão se aprofundar na questão da teoria da dependência, entre eles destacamos Ruy Mauro Marini, Enzo Falleto e Fernando Henrique Cardoso, André Gunder Frank, entre outros. Escolhemos a interpretação de Gunder Frank devido ao debate aberto entre ele e Rodolfo Puiggrós, quando entre várias respostas e críticas Gunder Frank se vê obrigado a expor detalhadamente seus argumentos ao ser alvo da crítica pública feita por Puiggrós.

O esquema teórico de Frank pode ser exposto da seguinte forma: primeiramente, é falso supor que o desenvolvimento econômico ocorre em todas as suas etapas da mesma forma em todos os países. Os países hoje subdesenvolvidos não têm as mesmas características da evolução dos países desenvolvidos, estes não passaram por uma etapa de subdesenvolvimento; como consequência, o subdesenvolvimento é um produto histórico das relações entre os países satélites subdesenvolvidos e as metrópoles desenvolvidas. A estrutura e a evolução do sistema capitalista em escala mundial ocorre através da incorporação para a acumulação do capital metropolitano; dessa forma, deve-se rechaçar as concepções dualistas sobre as sociedades latino-americanas, divididas entre moderna e pré-capitalista. Frank afirma que a concepção dualista trata-se de uma ilusão já que a estrutura do sistema capitalista penetrou de forma efetiva mesmo nas regiões mais isoladas e atrasadas do mundo subdesenvolvido; a relação entre metrópole-satélite penetra no interior das sociedades latinas, criando submetrópoles que reproduzem os esquemas de dominação monopolista (FRANK, 1970; 1972; LACLAU apud FRANK, 1972).

Dessa forma, Gunder Frank defende que desde os primeiros momentos da colonização a América Latina está subordinada ao processo global de acumulação capitalista, inserida no mercado e sistema mundial do capitalismo por meio da relação de dependência. Para este teórico da dependência, não existe a etapa de preparação para as relações sociais capitalistas, já vivemos nela desde 500 anos atrás e é essa a condição responsável por nosso subdesenvolvimento.

Distanciado historicamente é mais fácil para o pesquisador avaliar criticamente as duas concepções, mesmo porque hoje em dia poucos defenderiam a concepção de que a América Latina é uma região feudal, e por outro lado, desde a década de 1960 autores marxistas vêm apontando novos elementos da subordinação da América Latina, tal como

os trabalhos de Ruy Mauro Marini esclarecendo sobre o caráter da superexploração do trabalho nas regiões periféricas do planeta como resquícios da transição de formas compulsórias de trabalho para as formas livres que assumem o trabalhador na sociedade capitalista.

A questão do caráter das relações sociais de produção na América Latina ganha novos contornos quando resgatamos as contribuições de Marx sobre o processo de acumulação primitiva de capital. Como adiantamos anteriormente, a relação capital-trabalho se fundamenta em que uma classe somente possui sua força de trabalho que coloca a disposição no mercado de trabalho, enquanto outra classe possui o controle dos meios de produção, dos meios de subsistência e do capital, relação esta que após estabelecida historicamente necessita se ampliar crescentemente. Extrapola os limites do presente trabalho fazemos uma caracterização detalhada das relações de produção que perduraram por mais de três séculos na América Latina.

Nesse sentido, necessitamos alargar o caminho trilhado pelo debate sobre o caráter feudal ou capitalista das relações de produção que aqui foram estabelecidas. Nosso caminho será o de apontar como o sistema colonial é parte integrante do processo de acumulação primitiva do capital, elemento presente no ponto de partida para a formação da classe capitalista e do proletariado na Europa e não resultado do modo de produção capitalista, mas ao contrário, um dos elementos de seu ponto de partida histórico. Realizamos esse procedimento porque acreditamos que as concepções de Puiggros e de Gunder Frank apresentam significativas contribuições, mas necessitam ser complementadas com os avanços das pesquisas, assim: Gunder Frank enfatiza o sistema comercial em sua análise para apresentar o caráter capitalista desde as origens da conquista e colonização da América Latina, contudo, é amplamente reconhecido que o capital comercial existe em vários outros modos de produção e não caracteriza o modo de produção capitalista, e exatamente por isso Gunder Frank não aponta em nenhum momento de sua explicação por meio da teoria da dependência a existência de uma classe de trabalhadores livres dos meios de produção e dos meios de subsistência, o que desde o começo de nosso trabalho apresentamos como determinação fundamental para a existência do modo de produção capitalista; por outro lado, a concepção de Puiggros apresenta alguns problemas ao fazer uma afirmação em abstrato de que os modos de produção existentes na América Latina foram formas singulares do feudalismo devido ao fato de ter havido uma simbiose entre o modo de produção feudal e os modos de produção pré-colombianos. Ora, o que aconteceu com os milhões de nativos que aqui viviam de

diferenciadas formas, muitas das quais baseadas em relações sociais sem a existência de propriedade privada? O fato de espanhóis e portugueses, na ausência dos recursos existentes na Europa, terem se apropriado da alimentação, agricultura, dos conhecimentos das florestas, montanhas e do ambiente em geral não configura o estabelecimento de um novo modo de produção, mas reforça o caráter expropriador com que o europeu colonizou a América Latina. E ainda mais problemático é recusar a força influenciadora do mercado mundial que trouxe para o continente americano milhões de negros escravizados para trabalharem nas plantações, *haciendas*, latifúndios e nas minas de ouro e prata². A principal contribuição de Puiggrós é demonstrar a inexistência dos elementos fundamentais da acumulação capitalista no continente latino-americano, sobretudo a inexistência de uma classe de trabalhadores livres dos meios de produção e dos meios de subsistência. Nossa tarefa daqui em diante é apresentar novos elementos para se compreender esse período histórico, apresentação esta que pretende contribuir para o nosso entendimento das correspondências identificadas.

Durante o processo de acumulação primitiva, segundo Marx a violência se torna uma potência econômica na medida em que cria alavancas para a formação da classe capitalista, concentrando capitais e meios de produção ao mesmo tempo em que expropria as massas de camponeses feudais, e seu exemplo clássico é a Inglaterra como expressão mais “pura” do processo histórico que se espalhou por vários países da Europa. O que faz época na história da acumulação primitiva são as grandes conquistas e descobertas que servem de alavanca à classe capitalista em formação, principalmente os momentos em que grandes massas são arrancadas dos seus meios de subsistência e jogadas no mercado de trabalho como proletários livres:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros (MARX, 1996, p. 355).

Esse processo se restringe ao continente europeu, onde o capitalismo se forma com a decomposição da sociedade feudal; Mas logo se esparrama pelo mundo: e o ponto de partida necessário é a formação do mercado mundial que ocorre com as grandes

²Para uma análise desse período em termos de modo de produção ver a obra de GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3 ed. São Paulo, Ática, 1980.

descobertas de fins do século XV (MARX, 1996). O processo de acumulação primitiva se generaliza conforme se expande o mercado mundial e muitas vezes entra em choque com as relações sociais estabelecidas fora da Europa, e em outros casos faz reviver antigas formas de exploração sob as novas condições sociais, sob o crescente processo de centralização de capital. Para analisar o processo de acumulação primitiva Marx faz a ressalva de que será necessário abstrair os fatores econômicos e perceber na história real como os atos de violência assumem o papel principal, culminando durante o processo de acumulação primitiva na violência como potência econômica no avanço do capital sobre novas regiões do planeta. Segundo Marx, a aurora da era da produção capitalista foi marcada pela

descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco. Ela é aberta pela sublevação dos Países Baixos contra a Espanha, assume proporção gigantesca na Guerra Antijacobina da Inglaterra e prossegue ainda nas Guerras do Ópio contra a China etc. (MARX, 1996, 370).

Notemos que Marx refere-se ao processo de acumulação primitiva como um momento histórico que vai do século XVI, com as expropriações dos títulos jurídicos das terras dos camponeses feudais até as Guerras do Ópio que ocorrem na década de 40 e 70 do século XIX. Processo que passa por diferentes momentos e marca as posições que os países vão assumindo na direção do capitalismo, isto é, a hegemonia que determinada nação atinge durante o processo de acumulação primitiva começando pela Espanha e Portugal, passando por Holanda e França e culminando na Inglaterra, quando

são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova (MARX, 1996, p. 370).

Nesse processo de acumulação primitiva, a formação da classe trabalhadora livre através da expropriação dos meios de produção e dos meios de subsistência, o sistema colonial, o comércio e as navegações são alavancas para a concentração de capital (MARX, 1996). A violência de forma sistematizada se torna importante instrumento em busca de meios que satisfazem a acumulação de capitais (produtos primários, minerais,

especiarias de todas as espécies). Marx descreve as intensas batalhas que a Inglaterra travou com os seus adversários pelo controle do tráfico de escravos, e no ano de 1743 tira da Espanha o monopólio do tráfico dos negros africanos, lhe sendo permitido fornecer à América Espanhola 4, 800 escravos por ano, com isso “Liverpool teve grande crescimento com base no comércio de escravos. Ele constitui seu método de acumulação primitiva” (MARX, *Ibidem*, p. 378), e por meio da economia escravista dos EUA pôde a indústria do algodão da Inglaterra se desenvolver mais intensamente, “de maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal da escravidão *sans phrase*, do Novo Mundo” (MARX, *Ibidem*, p. 378).

Resumindo, no novo continente pôde o homem burguês criar um novo mundo à sua imagem e semelhança (MARX, *Ibidem*) e os instrumentos de criação foram o sistema colonial baseado na escravidão e no monopólio das relações externas dos países latino-americanos, forma de subordinação assentada na violência concentrada no estado colonial como forma de garantir a superexploração do trabalho compulsório nos países latino-americanos, e outras regiões do mundo que foram colonizadas. A classe trabalhadora “livre como pássaro” (MARX) (ou seja, desapropriada dos meios de produção e dos meios de subsistência) começa a se formar, tanto no Brasil como no México, somente na segunda metade do século XIX na produção agrícola, nas minas e nas primeiras fábricas que se criam para suprir as necessidades crescentes da produção (infraestrutura de transporte, urbanização, modernização das comunicações, mercado interno, etc.). Grupos ligados à atividade estatal e setores da economia urbana se fortificam no interior dos dois países, a exemplo dos militares positivistas no Brasil e dos científicos no México; o Estado Nacional fortalece suas estruturas de centralização, controle político e de direção do desenvolvimento nacional; e as primeiras organizações da classe trabalhadora surgem expressando novos interesses no processo de transformação que se aprofunda dentro dos quadros nacionais. Acredito que essas novas observações apontadas para o entendimento do processo de subordinação da América Latina venha a contribuir para descobrir o processo de aprofundamento e de generalização das relações sociais capitalistas ao longo do século XX no Brasil e no México e, sobretudo, nos ajudar a descobrir as correspondências existentes nas transformações nos dois países.

2. O significado de correspondências.

Pretende-se com o presente estudo relacionar os dados empíricos coletados por meio de estudo bibliográfico sobre a história dos dois países até meados do século XX

com uma teoria que dê conta de expressar o movimento a qual as transformações ocorridas estavam resultando, a saber, a generalização das relações sociais capitalistas no Brasil e no México. Vamos descartar aqui a análise baseada na teoria do reflexo, ou em qualquer mecanicismo, visto que esta não dá conta dos fatores específicos que se desenvolvem em cada realidade social, mas procura tão somente reproduzir nas partes a lei geral que o movimento maior explica, a velha concepção “o todo nas partes”, sem perceber que as partes específicas de cada desenvolvimento por sua vez também se expressam no conjunto, na totalidade do movimento maior que se expressa no modo de produção capitalista.

Por correspondência entendemos que determinadas condições sociais tendem a produzir situações semelhantes, problemáticas convergentes e assim uma atuação ou atividade social condicionada, ou um campo de ação possível, de acordo com as condições iniciais desenvolvidas e em desenvolvimento. Por correspondências entendemos que as similaridades entre duas situações sociais podem ser entendidas dentro de um quadro analítico mais amplo, o que nos remete ao movimento histórico de formação da sociedade capitalista. Corresponder significa que tanto o resultado, quanto o ponto de partida inicial, mas também o processo de desenvolvimento, expressam significações que podem ser descobertas por meio da pesquisa científica das relações sociais, na medida em que uma determinada situação social corresponde a um movimento histórico enquanto que a situação é provocada pelo movimento e por sua vez tal situação repercute no movimento histórico e social, compreendendo assim que não se trata da concepção mecânica de ação-reação, mas resultado de múltiplas determinações (política, cultural, econômica, valores, etc.) que atuam a todo momento na vida social.

3. México: do Porfiriato ao estado corporativo Nacional-Desenvolvimentista

A forma de acumulação de capital no México, em fins do século XIX e início do XX, pode ser definida como um regime de acumulação extensivo: baseado na extração de mais-valia absoluta, um Estado Liberal e sua inserção nas relações internacionais baseadas no neocolonialismo.

Contudo, as lutas de classes neste regime de acumulação se intensificam, foram inúmeras as vezes que o governo teve que reprimir as manifestações operárias nas minas, inclusive com apoio do exército estadunidense, algumas repressões viraram símbolos, como a que houve em 7 de janeiro de 1907 quando as tropas do governo mataram cerca de 200 trabalhadores para forçá-los a voltar a trabalhar (BUSTOS, 2008). Das lutas surgiu

uma importante organização dos trabalhadores: O Grande Círculo de Operários Livres, era um momento de intensificação das lutas dos trabalhadores, seja no campo, nas minas, ou nas cidades:

No final do século XIX e início do século XX, ebulição de ideias radicais pairava no ar. Em 1882 os representantes de mais de 80 sociedades mutualistas reuniram-se no Congresso Operário e iniciaram a criação de sindicatos. Em 1900, o surgimento de organizações civis de protesto político, como o Clube Liberal Ponciano Arriaga, começava a definir as primeiras linhas de um movimento político que mais tarde daria forma ao Partido Liberal Mexicano, fonte ideológica de muitos movimentos sociais operários (BUSTOS, *Ibidem*, p. 64).

Esclarecemos que no nível dos países de capitalismo avançado já existia um regime de acumulação intensivo, este inicia em fins do século XIX. E com relação ao México afirmamos (sem nenhum teleologismo) que pela dinâmica das lutas de classes este país caminhava para o regime de acumulação intensivo, porém a especificidade do México é que a instauração deste novo regime de acumulação se daria via uma revolução que teria de pôr abaixo a parafernália das estruturas coloniais ainda existentes; este evento é a revolução mexicana de 1910. A esta época começava no México o desenvolvimento de relações de produção capitalistas: existiam assalariados nas minas, nas manufaturas, nas poucas indústrias e em certa medida podemos afirmar que as relações no campo se não eram capitalistas contribuíram bastante para que em nível da totalidade da sociedade mexicana se desenvolvessem relações de produção capitalista e investimentos produzidos.

A revolução mexicana é instauradora de limites na exploração dos trabalhadores operários e camponeses e o reconhecimento das suas organizações. Logo, ela não instaura relações sociais de produção capitalistas. A revolução é justamente o contrário, o reconhecimento da existência destas relações de fato e a tentativa, depois das inúmeras pressões dos trabalhadores, de limitar a exploração. Uma das consequências diretas da Revolução de 1910 e dos anos de guerra civil é o reconhecimento dos direitos trabalhistas, um dos pilares da nova constituição criada ainda em 1917. Segundo Loza, o artigo 123 da constituição garante:

Permissão para se organizar de maneira autônoma, direito a uma jornada de trabalho de 8 horas, proibição de as mulheres e menores de 17 anos realizarem tarefas insalubres, descanso obrigatório de um dia por semana, proteção à mulher durante o parto, distribuição de utilidades, direito a greves e interrupção do trabalho, etc (LOZA, 2008, p. 172/3).

No auge do processo revolucionário intervieram os mais diversos setores da sociedade mexicana: camponeses de norte a sul, militares ligados aos interesses dos

Estados Unidos, mas também um influente grupo com aspirações nacionalistas, a crescente burocracia estatal que se desenvolvia desde a época das reformas e modernização do período do ditador Porfírio Dias, sindicatos e organizações de trabalhadores, organizações da classe patronal, a intelectualidade das principais universidades do México, artistas, profissionais liberais, caudilhos do interior do país, etc. Ao fim do período revolucionário, o estado é reafirmado pela elite militar-burocrática que tenta realizar um concerto de interesses entre os principais agentes envolvidos no processo revolucionário.

Agora veremos que forma assumiu o Estado Mexicano. Na citação anterior de Loza (2008) já temos elementos para compreender que a forma liberal de Estado foi abandonada, pois há o reconhecimento por parte do Estado das organizações dos trabalhadores, o que este autor define como permissão para se desenvolver de forma autônoma. Mas esta autonomia não é nem relativa, e aqui surgirá outra peculiaridade dos regimes de acumulação capitalista no México. Assim, ao mesmo tempo em que houve reconhecimento das organizações dos trabalhadores o Estado empreendeu a formação do partido-Estado, como ficou conhecido o regime governamental no México durante o século XX:

A classe operária organizada em sindicatos foi encurralada, ou melhor, encarcerada no partido oficial, como demonstra a história dos sindicatos fortes -Confederação Regional Operária Mexicana (CROM), Confederação Geral de Trabalhadores (CGT), Confederação de Trabalhadores Mexicanos (CTM) etc. Nenhum deles tinha independência frente aos interesses do Estado. Ao contrário, dependiam dele e estavam atrelados a ele, ou seja, o Estado mandava e os sindicatos oficiais obedeciam (LOZA, 2008, pg. 174)

Dessa forma houve o reconhecimento das organizações dos trabalhadores por parte do Estado que foi tolerante, mas até certos limites, e se estes ultrapassassem os limites estabelecidos a repressão Estatal agia de forma semelhante ao período anterior à revolução.

A forma extração de mais-valia relativa continua a se desenvolver no México, sob um Estado integracionista e investidor. Ramírez (s/d) resume bem o período que se segue com a estabilização da forma de acumulação intensiva, que se baseia na extração de mais-valia relativa:

El término del liberalismo abre un nuevo horizonte y paradigma en el desarrollo nacional ante la creación del Estado del bienestar, cuyo principal acción es la proletarización de la fuerza de trabajo, bajo instituciones que resguarda un Estado social conciliador, mediador, regulador, que lleva un fuertes sesgo ideológico social demócrata. Con el arribo de las tesis keynesianas se deja en el pasado el bagaje ideológico burgués de la democracia y la libertad. Ahora lo que se tiene es un Estado Fascista, promotor de los

intereses de las clases trabajadoras, pero finalmente garante del grupo de empresarios que promueven el crecimiento del aparato productivo nacional, dentro del propio proyecto de desarrollo nacional bajo el emblema de un único partido. Nuevas fuerzas organizan a la nación y nuevos baluartes son basamento para erigir a los mexicanos en un creciente anhelo nacionalista. La socialdemocracia, que más que representar los basamentos ideológicos de la clase trabajadora, funda las bases de la proletarización bajo la fórmula del salario mínimo, que es un pilar importante en la explotación capitalista industrial urbana y moderna. El proyecto nacionalista que enarbola el PNR (posteriormente PRI), encuentra respaldo en los años 30 gracias a las políticas keynesianas, las que basan el crecimiento económico en la demanda interna, especialmente con la expansión del gasto público (RAMÍREZ, s/d pg. 6).

Este processo é viabilizado e intensificado pela “inclusión de su economía en la estructura económica internacional fordista o moderno” (RAMÍREZ, idem, pg. 80). Apesar de haver um discurso nacionalista, na realidade o que havia era o domínio do capital financeiro dos países centrais investidos na infraestrutura mexicana, com a transferência de boa parte dos lucros ali obtidos, e a constante requisição de empréstimos às instituições financeiras internacionais, o que trará graves consequências com a crise da dívida externa na década de 80 e que vai resultar no abandono da política Estatal legitimadora da forma de acumulação intensiva e ao mesmo tempo como porta de entrada das políticas neoliberais (TELLO, 2007).

O período posterior aos eventos que dão forma à revolução mexicana (evoluindo desde as décadas de 1920, 1930) é marcado pelo aumento da intervenção do Estado no sentido de empreender políticas de desenvolvimento capitalista. Segundo Loza uma burocracia militar-burocrática conseguiu estabilizar o consenso entre os grupos dirigentes em benefício da acumulação capitalista (LOZA, 2008), incluindo a subordinação dos trabalhadores com políticas de cooptação e autoritarismo e ao mesmo tempo incorporando diversas organizações patronais. Assim, as funções cumpridas por este Estado foram similares a do Estado Integracionista dos países imperialistas, porém sua dinâmica é diferente, a subordinação aos países centrais define seus limites, por isso o chamamos de Estado Integracionista Subordinado.

Ramírez afirma que “*La revolución mexicana es efecto de la inclusión de su economía en la estructura económica internacional fordista o moderno*” (RAMÍREZ, s/d, pg. 5). Este é um dos principais fatores que possibilitam a integração subordinada das organizações da classe trabalhadora às instituições do estado nacional mexicano, tendo em vista o forte desenvolvimento iniciado em meados da década de 1930. Insere-se na constituição mexicana o lema de que o estado deve ser o vetor do desenvolvimento

nacional, principal ator nos projetos e programas de desenvolvimento. Criam-se instituições e comissões estatais que têm como objetivo estudar e programar as bases de fomento econômico, entre as mais importantes está o *Consejo Nacional Económico* em fins da década de 1920. A partir de meados da década de 1930 a economia mexicana inicia sua recuperação estimulada pela expansão das exportações e consequente crescimento do PIB, que durante as décadas seguintes crescerá em média 6% ao ano (TELLO, 2007).

Uma das principais personalidades políticas dessa época é o General Lázaro Cárdenas, presidente do México entre os anos de 1934 e 1940, e um dos principais articuladores do Partido da Revolução Institucional. As bases para o posterior desenvolvimento mexicano ao longo do século XX foram estabelecidas em seu governo e foram continuadas por sucessivos governos por meio da elaboração do *Primer Plan Sexenal*, sustentado pelo enraizamento do PRI dentro das instituições, organizações e estrutura burocrática do estado Mexicano; Nesse *Primer Plan Sexenal* já estava contido os principais objetivos e instrumentos da atuação estatal até fins da década de 1970:

el reparto agrario, el otorgamiento de seguridad jurídica, el apoyo a la organización campesina; promover la organización de los trabajadores; la construcción de un sistema económico propio, capaz de lograr mayor independencia del país con respecto al exterior; el crecimiento de la producción para satisfacer las necesidades de la población; otorgar mayores recursos a la educación y al mejoramiento de las condiciones de la salubridad y atención médica; sobretudo a la población rural; el uso racional de los recursos naturales, hacer efectiva la nacionalización del subsuelo y ampliar las zonas nacionales y mineras (TELLO, 2007, p. 156).

Há nesses anos um crescente papel do estado como investidor e promotor do desenvolvimento, através do constante e crescente gasto com infraestrutura básica (modernização da distribuição de água, fomento agropecuário, energético, comunicações, transporte), infraestrutura social (serviços educativos e de atenção à saúde) e em atividades estratégicas (produção de aço, fertilizantes, papel, bens de consumo básico) (TELLO, 2007). Para Carlos Tello a afirmação do estado mexicano nas décadas que vão de 1930 a 1970 se dá pela reafirmação de um estado nacionalista, articulador dos diversos grupos e classes sociais aparentando assim autonomia de classe, e promotor da economia e desenvolvimento nacional.

Mesmo com a saída do General Cárdenas a estrutura de sucessão dentro do poder executivo se mantém e o Partido Nacional Revolucionário (depois chamado Partido da Revolução Mexicana, e num terceiro momento passa a ser nomeado como PRI) é exemplar da estruturação do poder político no México, a “ditadura perfeita” que muitos

estudiosos se referem. A estabilidade política conseguida por meio do “estado corporativo”, que incorporou organizações sindicais, patronais e as organizações políticas, foi capaz de sustentar um processo de desenvolvimento interno que aprofundou a inserção do México na divisão internacional do trabalho por meio da modernização do sistema produtivo nacional, e assim de fins da década de 1940 aos anos de 1960 desenvolve-se de forma rápida e consistente o sistema produtivo nacional, sobretudo a produção industrial manufatureira e as atividades urbanas:

configuración económica centrada en la industrialización protegida de la competencia externa mediante impuestos y barreras arancelarias se dirigió principalmente hacia el mercado interno de bienes de consumo durables y no durables y bienes ligeros de capital, convirtiéndose una parte de la clase obrera, la de los grandes sindicatos nacionales de industria, en parte de este mercado interno. Pero, en otro nivel, la sustitución de importaciones, que logró industrializar parcialmente al país, reconoció una reestructuración de los procesos productivos centrales hacia los años cincuenta y setenta con la introducción, por ejemplo, del servicio automático de larga distancia en los teléfonos; la primera forma de automatización en la industria petrolera y petroquímica; el taylorismo-fordismo en la industria automotriz terminal y en parte de la metalmecánica; el tajo abierto en la minería; en los ferrocarriles, la sustitución de la máquina de vapor por la de diesel; en generación de electricidad, la construcción de las grandes plantas hidroeléctricas del sureste, etcétera. (TOLEDO, 2010, p. 57/8).

É exatamente nesses anos que surge a ideia do “milagre mexicano”, que da forma como é divulgada não esconde mais que um desenvolvimento sustentado pelo autoritarismo político (TOLEDO, 1988) e pela renovação subordinada de seu sistema produtivo de acordo com a movimentação internacional do grande capital (TOLEDO, 2010; TELLO, 2007; RAMÍREZ, s/d). Daí que mesmo com o profundo desenvolvimento econômico e social ao longo dessas décadas de modernização a sociedade Mexicana presencia intensos conflitos sociais que fazem surgir no cenário nacional inúmeros atores independentes da política estatal, sobretudo trabalhadores urbanos e camponeses: professores, operários, funcionários públicos, ferroviários, eletricitas, só para citar os setores com maior agitação sindical e política ao longo das décadas de domínio do PRI, sem esquecer das constantes invasões a propriedades no campo e as guerrilhas rurais, e ainda do Massacre da Praça de Tlatelolco, no ano de 1968.

Nesses anos de desenvolvimento intenso baseado na atuação do estado como eixo e ator principal na esfera econômica, ocorre a estabilização e crescimento do mercado interno; a principal política desse período é a que ficou conhecida como industrialização via substituição de importações. Embora o estado mexicano tenha tratado de criar mecanismos de proteção da produção industrial nacional, por meio de tributos, impostos e várias normas que dificultavam a livre movimentação do capital transnacional,

e ainda desenvolvendo outros setores da produção que subsidiavam como um todo o desenvolvimento nacional (como a agropecuária, construção civil e setor de serviços) tal política se esbarrava em obstáculos intransponíveis: primeiramente, a atuação do estado necessitava de crescentes recursos financeiros para se manter enquanto principal ator do desenvolvimento, recursos estes que vinham do exterior e conforme se estruturou tal política os recursos sempre foram requisitados em nível crescente, acumulando dívidas estratosféricas que terão seu auge na crise das dívidas externas em meados dos anos de 1980 (TELLO, 2007); em segundo lugar, as transferências de mais-valia e de lucro para as empresas transnacionais, ou seja, retornando para os países de capitalismo central, eram muito grandes e geralmente ultrapassavam várias vezes em número a inversão inicial do capital estrangeiro no México (FRANK, 1970). O resultado: reforço da dependência do desenvolvimento do capitalismo mexicano à movimentação e acumulação do capital em nível internacional.

4. Brasil: da República Velha ao desenvolvimentismo.

O estabelecimento das relações de produção capitalistas no Brasil não encontrou no universo rural brasileiro um obstáculo intransponível como à primeira vista imaginamos e nos vêm à cabeça quando nos deparamos com o moderno mundo urbano. Desde meados do século XIX medidas históricas foram implantadas e que resultaram na regulamentação das novas relações sociais que estavam em germe: a Lei de Terras de 18 de Setembro de 1850 representa uma alteração jurídica tão necessária para as relações sociais capitalistas como a abolição da escravidão, na medida em que ambas se prestam a criar uma classe de trabalhadores livres dos meios de produção e ao mesmo tempo a concentração imposta e regulamentada da propriedade privada. A grande novidade que é parte integrante do Brasil no contexto das relações internacionais do sistema capitalista mundial é a existência de uma reserva natural de matérias-primas aparentemente sem limites que é o vasto território nacional. Durante aproximadamente 400 anos de história deste país a vida social se resumiu ao mundo rural, que foi ao mesmo tempo a conexão com o mundo externo por meio do sistema colonial, da escravidão, da produção das minas e latifúndios fontes de minerais e produtos primários que enriqueceram as potências capitalistas que se formavam na Europa, servindo de importante contribuição para a acumulação primitiva do capital.

Para começar então uma exposição sobre as principais transformações que ocorreram no Brasil, sobretudo entre os anos de 1930 (que marca a chegada de Getúlio

Vargas e de um novo grupo ao poder estatal) até fins da década de 1960 (que marca um novo golpe de estado e a instrumentalização dos militares no poder) é preciso ter em mente o ponto de partida, a situação inicial em que tais mudanças se desenvolveram. A centralização do poder no executivo federal é parte integrante das novas transformações que complexificam o quadro da vida social no Brasil, o que poderíamos dizer: expressa o surgimento de novas classes sociais e grupos políticos. A situação inicial que falamos é a que assenta o poder do estado nacional sob a base de uma vida rural e com toda a dinâmica política e de classes que nela se desenvolve. Embora tenhamos algumas discordâncias mais gerais da interpretação dada por Vitor Nunes Leal é inquestionável o quadro social que este apresenta do Brasil fora dos centros metropolitanos que por essa época apenas começavam a crescer aceleradamente:

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras (LEAL, 2007, p. 45).

A esfera política das relações sociais no Brasil se expressa pelo domínio pessoal, diretamente exercido pelos proprietários de vastas extensões de terra sobre as massas camponesas; as cadeias desse sistema político se entrelaçam até afirmar e assentar a base do poder político executivo no âmbito federal, arrefecendo assim o peso político de cada gomo dessa corrente que entrelaça municípios, estados, regiões e o conjunto da nação; a escolha de um presidente durante a chamada República Velha não era mais que a decisão feita pelo partido governante e que era referendada pelas lideranças estaduais, segundo Skidmore (2007) a nomeação dentro do partido governante equivalia a eleição garantida para o cargo do executivo federal. A força das mudanças que veremos é demonstrada quando décadas mais tarde, as elites políticas sentirão a falta desse eficaz sistema político de empoderamento e de manutenção dos mesmos representantes políticos quando nos anos que vão de meados da década de 1940 a meados dos anos 60 ocorre o crescimento eleitoral-parlamentar dos partidos ligados a organizações sindicais dos trabalhadores urbanos fazendo recuar a presença dos partidos abertamente ligados aos industriais e latifundiários.

A força política dos coronéis do interior, junto com o pouco nível de desenvolvimento das cidades, garantira por várias décadas o princípio de transição entre os representantes do executivo federal, alternando entre representantes dos estados de São Paulo (através do *Partido Republicano Paulista*) e de Minas Gerais (no *Partido*

Republicano Mineiro); por cerca de 30 anos a alternância de representantes se manteve, muito embora desde as eleições anteriores grupos oposicionistas (da região sul e nordeste) vinham acusando o sistema político e a própria legislação de estimularem as fraudes nas eleições e a necessidade de mudança de hábitos e costumes políticos; Os principais nomes da oposição vinham do sul nas figuras de profissionais liberais como Oswaldo de Aranha e Lindolfo Collor. Nas eleições de 1º de Março sai vitorioso o candidato Júlio Prestes, proposto pelo então presidente Washington Luís, o que fez recrudescer as críticas ao sistema político, agora com a adesão da elite mineira que fora colocada de lado pela escolha de Washington Luís.

Em poucos meses a crítica contida, feita por meio de comunicados, pela imprensa, vai se radicalizando e ganhando espaço no interior de grupos mais radicalizados, surgidos do ambiente urbano e ligados a grupos militares, profissionais liberais, setores da nascente burocracia estatal e engrossada por membros das elites regionais descontentes que passam a se reunir com os grupos que propunham uma conspiração armada. A adesão do patriarca mineiro, Antônio Carlos, e do coronel gaúcho, Borges de Medeiros, ocorre com o assassinato do governador da Paraíba, João Pessoa, que morre no meio de uma disputa regional, sendo que seus assassinos estavam ligados ao grupo de Washington Luís.

O acontecimento que catalisou a oposição numa rebelião armada foi o assassinato de seu antigo candidato a vice-presidente, João Pessoa, do estado nordestino da Paraíba. Em 26 de julho, Pessoa tombou vítima das balas do filho de um implacável inimigo político do ex-governador. Sua morte não foi um caso atípico na sangrenta política de clãs que vigorava nos lugares remotos da costa do Nordeste. Naquele tenso momento da política nacional, no entanto, teve efeito traumático, porque Washington Luiz apoiava o grupo político ao qual o assassino estava ligado. Os hesitantes conspiradores da oposição foram levados de roldão na onda de indignação produzida pelos radicais para criar uma atmosfera revolucionária. Borges de Medeiros agora apoiava a revolução e ajudou imensamente no recrutamento de comandantes militares para a conspiração. Organizou-se um comando geral revolucionário sob a chefia do coronel Góes Monteiro (SKIDMORE, 2007, p. 37).

A 3 de Novembro de 1930 os comandantes militares passam o comando do executivo para o líder incontestado da oposição, Getúlio Vargas. Não houve tentativas de prolongamento de governança militar diante da coesão e do avanço das tropas oposicionistas que vinham do nordeste, Minas e do sul; mais importante ainda para a manutenção da posse no executivo na figura de Vargas foram as medidas reformistas que se realizaram a partir de então, medidas estas que atingiam a esfera política, causa inicial das movimentações oposicionistas, mas também reformas de cunho social e econômico, e que marcaria o governo de Getúlio Vargas pela próxima década e meia.

Mas para compreendermos o caráter das mudanças e transformações iniciadas com Getúlio Vargas, e que historicamente serviram de ponto de partida para o aprofundamento das relações capitalistas no Brasil nas décadas subsequentes, se faz necessário a partir desse ponto apresentarmos uma visão das transformações econômicas que borbulham nesse período e que mais importante ainda, reafirmam o caráter do capitalismo dependente desenvolvido no Brasil.

As últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX criam germes para as transformações que se aprofundam a partir dos anos de 1910 e que chegam ao movimento ascendente do seu auge a partir dos anos de 1930. Francisco de Oliveira (1977) vai defender a existência de um modo de produção de mercadorias que caracteriza a economia brasileira durante a República Velha, significando o auge da vocação agrícola brasileira no interior da divisão internacional do trabalho, processo que fortalece o nascimento de uma burguesia comercial e financeira em estreita relação com o setor agro-exportador:

La Primera República hereda así una economía cuyas condiciones de acumulación y crecimiento habían sido fortalecidas en gran medida. Avanzan en primer lugar los procesos de acumulación primitiva, que la nueva clase revertía *pro domo suo*, y que no sólo significaban ampliar la posesión y la propiedad de la tierra, sino también el control de intercambios nacientes entre distintas unidades de producción, una vez anulada la autarquía anterior, a través de aquellas instituciones que después habrían de caracterizar la estructura política y social de la República Vieja, como el coronelismo, el complejo latifundio-minifundio y sus agregados. En segundo lugar, la instauración del trabajo libre en el corazón de las propias unidades productivas del complejo agroexportador significa una inversión de la situación en la economía de esclavitud, predominando así el capital variable e incrementando la rentabilidad de las explotaciones. En términos cuantitativos, el volumen del excedente bajo control de los “aristócratas del café” (así como de la aristocracia del azúcar y de otros aristócratas), era mayor que en épocas anteriores (OLIVEIRA, 1977, p. 147).

Já percebemos aqui uma mistura de relações sociais capitalistas (trabalho livre, concentração capitalista da propriedade da terra) com as antigas relações sociais, pré-capitalistas (coronelismo, massa da força de trabalho do campo subordinada aos latifúndios, escravidão, meeiros, colonos), fundidas sob o processo de acumulação primitiva, marcando o processo de transformação da força de trabalho escrava em trabalhadores livres no Brasil. Por outro lado, a produção agroexportadora e os vários setores por ela movimentada (comércio, indústria, bancos, setor de serviços, etc.) atuam na concentração de capital e formação da classe capitalista nacional em associação com os capitais internacionais que se movimentavam desde os centros dos países de capitalismo central. Esse processo é desenvolvido e reforçado por instrumentos de

subordinação da economia nacional na medida em que importante parte do excedente produzido aqui é transferido para os países de capitalismo central por meio da troca de matérias-primas por produtos manufaturados.

Desde a primeira década do século XX ocorre um processo de intensificação da industrialização brasileira, motivada pela primeira guerra mundial o que gera um grande esforço de industrialização via substituição de importações. Esse processo fortalece a formação de novas classes sociais no interior da sociedade brasileira, de um lado industriais que se associam aos setores latifundiários, e do outro o novo proletariado fabril surgido sobretudo em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, e que passa a pressionar os antigos grupos dominantes por um espaço na sociedade política e por benefícios para a classe trabalhadora. Com a crise de 1929 e a segunda guerra mundial aumentam as dificuldades de importação brasileira, reforçando o processo de industrialização que se intensifica sobremaneira pós-1930:

O resultado das lutas desencadeadas por esse conflito é, por intermédio da Revolução de 30, um compromisso – o Estado Novo, sob a ditadura de Getúlio Vargas – através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema de relações com o proletariado. Neste esquema, o proletariado será beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação do Estado Novo) e, por outro lado, será enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao Governo, dentro de um modelo de tipo corporativista (MARINI, 2012, p. 74/5).

Necessário lembrar aqui que a organização da classe trabalhadora sofrerá intensos ataques durante todo o período em que se aprofunda a industrialização e consequente crescimento numérico e de mobilização da classe trabalhadora; as tentativas de estruturação de um partido comunista, ou mesmo de organizações como a ANL³ sofrerá intensa repressão estatal, sobretudo no Governo Vargas, e se cristaliza na formação dos sindicatos corporativos, sob rígido controle estatal. Hilton (1986) descreve detalhadamente o processo de vigilância e de repressão aos militantes comunistas através de uma complexa rede que incluía militares, representantes diplomáticos e jornalistas; e Paulo Sérgio Pinheiro mostra como as condições específicas desse período “imobilizaram, prejudicaram seriamente ou puseram em risco as políticas de colaboração ou de frente, nos momentos de aliança dos anos 20 e 30 – como as rebeliões dos tenentes,

³Aliança Nacional Libertadora, fundada em 1935, organização que reuniu intelectuais, militares, democratas radicais, e que contou com o auxílio do PCB na tentativa de provocar reformas democráticas no Brasil durante o Governo de Getúlio Vargas.

o prestígio, o Bloco Operário (BO), o Bloco Operário e Camponês (BOC) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL)” (PINHEIRO, 1991, p. 42).

Esse processo de crescimento via industrialização por substituição de exportações, com forte intervenção estatal reforçando a industrialização nacional, se mantém com força regular até o começo dos anos 50, mas entra em contradição pelo seu próprio desenvolvimento; o crescimento associado entre produção industrial nacional e a produção agroexportadora é alterado com a intensificação das atividades industriais e diminuição da atividade agroexportadora em comparação com as indústrias, causando rompimentos entre setores da burguesia nacional, na medida em que o crescimento conjunto que se tornava complementar passa a ser de oposição entre os dois setores (MARINI, 2012).

Da morte de Vargas ao golpe de estado de 1964 são dez anos dolorosos de acirramento do conflito entre vários setores da sociedade: a expansão do capital industrial, apoiado na posse das políticas estatais de desenvolvimento e a consequente expansão econômica possibilitou que grupos industriais estimulassem as lutas dos movimentos dos trabalhadores por mais benefícios na legislação trabalhista (exemplos são o aumento conquistado no salário-mínimo de 100% quando Goulart era ministro de Vargas; unificação sindical), ao aumentar as expectativas de emprego, melhores condições de vida dos trabalhadores e para as classes médias urbanas, era assim uma reação do empresariado industrial contra as velhas classes dominantes, comprometendo o pacto de 1937 que selou a associação da produção industrial com os setores voltados para as atividades agroexportadoras. Daí a reação desencadeada com o suposto advento de uma “república de sindicatos”, que de várias maneiras se expressava no conflito entre UDN e PSD, além da oposição orbitando em torno da figura do jornalista Carlos Lacerda.

A crise entre as duas frações do capital nacional se agrava com a necessidade de ampliar a remuneração do capital estrangeiro investido aqui, o que ocorre sobretudo por meio da importação de máquinas e bens de consumo, o que por sua vez esbarra nos interesses da indústria nacional em manter altas taxas cambiais para que reforce o desenvolvimento industrial interno e com os interesses agroexportador que tiram sua lucratividade com a diminuição das taxas de câmbio. Ilustrativo das lutas entre frações da burguesia nacional é a implementação da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (ex-SUMOC, atual Banco Central) que criava novas condições para a movimentação do capital estrangeiro no Brasil, diminuindo barreiras para a importação

de máquinas e equipamentos por empresas estrangeiras sem necessidade de pagamentos de altas taxas alfandegárias, facilitando os investimentos diretos ou financiamentos.

O que estava em cheque era a tentativa consciente e dirigida de fomentar o desenvolvimento nacional, expandindo o mercado interno via aumento da produção de bens de consumo, ao mesmo tempo em que contragolpes eram realizados por meio dos representantes do setor agroexportador e favoráveis à livre movimentação dos capitais estrangeiros. Paul Singer, como um dos principais representantes teóricos do projeto de desenvolvimentismo, resume bem em determinada passagem de sua obra histórica *Desenvolvimento e Crise* os objetivos que se esperavam:

O desenvolvimento, entendido como transformação estrutural, tem por efeito tornar a economia menos dependente do Setor de Mercado Externo, cujo papel condutor passa a ser exercido pelo Setor de Mercado Interno. A economia deixa de ter sua dinâmica presa à dos países industrializados. Em compensação, o Setor de Mercado Interno, que é capitalista, passa a ser um foco autônomo de variações conjunturais (...) A industrialização de um país subdesenvolvido suscita muito mais pontos de estrangulamento que a mera expansão industrial de uma economia capitalista desenvolvida. É que a pirâmide industrial está sendo formada mediante a substituição de importações, de cima para baixo. A industrialização consiste no estabelecimento de plantas que realizam as últimas fases da produção de bens de consumo (montagem, acabamento), a serem absorvidos por mercados locais, no máximo regionais (SINGER, 1982, p. 135).

A viabilidade desse projeto dependia então da associação complementar entre a produção industrial e as atividades agroexportadoras, mas conforme apontamos anteriormente, ocorreu um maior desenvolvimento da produção industrial entre as décadas de 1940 e 1960 resultando em fissuras e no crescente conflito entre os dois setores da economia nacional; mais ainda, essas fissuras se expressavam na luta política entre os dois grandes representantes partidários em nível nacional naquele momento, a UDN e o PSD. A capacidade estabilizadora do sistema político-eleitoral entre os anos de 1945-64 fora exercida pelo PSD que conseguiu crescentemente capitanear a força eleitoral dando continuidade ao regime político (HIPÓLITO, 1985), o que adiou por alguns anos a vitória iminente de um golpe militar, o que de forma alguma inviabilizou a formação de uma ampla frente de oposição ao projeto desenvolvimentista em torno da União Democrática Nacional, expressando os interesses dos setores conservadores da economia nacional, ou seja, dos grupos ligados às atividades agroexportadoras, mas também de grupos sociais de origem urbana, e mesmo aglutinando setores da esquerda.

Resgatando uma forma particular de liberalismo desenvolvido no Brasil, que em realidade se torna a expressão dos interesses ligados à conservação da posição do país na divisão internacional do trabalho (nação dedicada às atividades agroexportadoras) desde

o ano de 1945 mantém a UDN um ferrenho discurso oposicionista que se reproduz entre os setores médios da sociedade brasileira (sensível sobretudo ao grupo dos bacharéis), tendentes a se organizarem em torno do discurso formal e abstrato de liberdade de imprensa e de associação, anistia, reestabelecimento da ordem jurídica, eleições livres e sufrágio universal, mas que de fundo baseava-se na reivindicação de maior participação política e econômica para as próprias elites (BENEVIDES, 1981). A formação da frente ampla se desfaz com o tempo, resultando em desligamentos dos vários grupos que a compõem, as elites regionais, intelectuais, esquerdistas, estudantes e na criação de várias organizações e partidos políticos no período de redemocratização pós-1945, e foi no meio desse processo que o caráter conservador da UDN foi crescendo com a permanência dos setores conservadores em seu interior:

Se a burguesia tinha vários motivos para reclamar pela democratização, tudo o que pudesse ser interpretado como “interesses vis” era enfeitado com as virtudes da democracia, rapidamente resgatadas. A defesa das liberdades democráticas traria, em acréscimo, a defesa de um liberalismo econômico, então desejável, em oposição às políticas centralizadoras – então indesejáveis – como a intervenção no livre jogo do mercado, a restrição aos capitais estrangeiros e o controle sobre as políticas salariais e sobre a concessão de créditos (BENEVIDES, 1981, p. 56).

O caminho trilhado pela tentativa de sistematização do desenvolvimento nacional abre novas contradições na sociedade brasileira: o surgimento de novas classes sociais, destacando-se o proletariado urbano, a afirmação do poder da burguesia industrial no controle do estado, os interesses específicos da intelectualidade e profissionais liberais no sistema político, as constantes intervenções militares, muitas vezes requisitadas por outros grupos e classes, a atuação do capital internacional e das políticas externas dos países de capitalismo central, são importantes elementos que atuam na constituição do desenvolvimento do capitalismo brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960; nas décadas posteriores esse processo de desenvolvimento capitalista vai se reafirmar, sofrer algumas mudanças conjunturais e passar por novos momentos, como o projeto nacionalista pós-1964 desenvolvido e levado a cabo pelos militares, mas já se trata de um novo momento da história do capitalismo no Brasil; a grande novidade no período anterior é a complexificação das relações entre as classes sociais no Brasil, a afirmação de um estado nacional encarregado de dirigir o processo de desenvolvimento capitalista, a inserção da classe trabalhadora na lógica desse desenvolvimento (sobretudo por meio do reconhecimento dos direitos trabalhistas e da organização sindical, mesmo que controlada pelo estado), a afirmação dos interesses da burguesia nacional, e ao mesmo tempo o aparecimento de interesses divergentes dentro dessa mesma classe social, a participação

decisiva dos grupos médios atuantes nas grandes cidades como intelectuais, burocracia estatal, partidária e sindical, e o papel dos militares como assíduos acompanhantes do desenvolvimento das novas relações de classe.

5. O significado das correspondências: o regime de acumulação intensivo subordinado no Brasil e no México

Na parte em que debatemos as transformações no capitalismo mexicano nos referimos ao regime de acumulação intensivo; na ocasião não tivemos tempo de definir esse conceito, o que faremos agora no sentido de aumentar a viabilidade de nosso estudo sobre as correspondências entre o desenvolvimento do capitalismo no México e no Brasil. Conforme Nildo Viana (2009), fundamentado na obra de Marx sobre o modo de produção capitalista, a essência deste modo de produção é a valorização do capital que ocorre por meio da extração de mais-valia, contudo, surgem formas historicamente diferenciadas de valorização do capital, baseando-se no predomínio da extração de mais-valia absoluta, relativa ou de ambas. Como forma de auxiliar o processo de valorização do capital se faz necessária a intervenção estatal, daí surgindo formas diferenciadas de estado (como o estado liberal, estado de bem-estar social, estado neoliberal, estado corporativo, etc.) e formas diferenciadas das relações internacionais que concretizam no âmbito externo as políticas necessárias para a movimentação de capitais ao redor do mundo.

No período histórico das transformações capitalistas na América Latina o regime de acumulação dominante nos países de capitalismo central era o regime de acumulação intensivo baseado na extração de mais-valia relativa, estado integracionista/corporativo e as relações internacionais marcadas pelo imperialismo. O fator fundamental na determinação da formação de um regime de acumulação é o processo de luta de classes em torno da reprodução ampliada do capital, colocando em conflito a classe trabalhadora (em busca de aumento salarial, diminuição da jornada de trabalho) contra a classe capitalista (que busca aumentar o processo de valorização do capital, diminuir salários, aumentar a jornada de trabalho, etc.). Nas primeiras décadas do século XX ocorre a expansão da organização fordista do trabalho que resulta das lutas da classe trabalhadora por aumento salarial e diminuição da jornada de trabalho, além dos novos recursos tecnológicos e organizacionais em mãos da classe capitalista para realizar o processo de valorização do capital.

Os resultados dessa nova forma de valorização do capital se internacionalizam pelas várias regiões do planeta, e na América Latina as consequências são os desenvolvimentos das relações de produções capitalistas precipitadas pelas

transformações no interior da formação do regime de acumulação intensivo nos países de capitalismo imperialista, daí as conquistas tanto no México como no Brasil, em tempos aproximados, dos direitos da classe trabalhadora de se organizar sindicalmente, diminuição da jornada de trabalho, estabelecimento de um salário-mínimo conforme os preceitos da organização fordista do trabalho; direitos que são reconhecidos por políticas de uma determinada forma de estado, o estado integracionista ou corporativo que no interesse do desenvolvimento do capital nacional se torna instrumento aparentemente superior às classes sociais, incorporando-as em suas políticas econômicas; e por outro lado, todo esse movimento é possibilitado pela atuação do imperialismo no âmbito das relações internacionais por meio do monopólio de capitais, transferência da mais-valia e lucratividade realizadas nos países do terceiro-mundo, a troca desigual entre produtos manufaturados e industriais por matérias-primas.

A complexificação das relações sociais se aprofunda nessa forma de regime de acumulação, aumentando o número dos indivíduos pertencentes às classes burocráticas e intelectualizadas no interior da divisão do trabalho, o que encontramos nos dois países através da atuação desses setores na formação das políticas estatais, atuando em organizações políticas, etc. A expansão das atividades do capital internacional nos dois países, Brasil e México, aumentam massivamente por meio de empréstimos, investimentos diretos, tratados comerciais, atuação de organizações internacionais.

A política de desenvolvimento via substituição de importações é o principal motor das transformações capitalistas nesse período de desenvolvimento, impulsionando nos dois países a ampliação da classe trabalhadora, transformações no meio rural, desenvolvimento da infraestrutura de transporte, telecomunicações, energia, ampliando o sistema de serviços públicos.

Embora inúmeras determinações específicas tenham atuado em cada país, as transformações que apontamos (na esfera da reprodução do capital, nas relações de classe e entre os grupos políticos organizados, além da centralização das políticas de desenvolvimento no estado nacional) podem ser entendidas por meio da formação do regime de acumulação intensivo subordinado no México e no Brasil ao longo das décadas de 1930 e 1960 como resultado da reprodução ampliada do capital desde os países sedes do imperialismo. Entre essas décadas o aprofundamento do desenvolvimento capitalista nesses dois países latino-americanos experimentou questões similares e muitas das vezes os resultados dessas questões convergiram a tal ponto de que os dois países, os mais industrializados na América Latina, ao contrário de terem um livre desenvolvimento

nacional se viram cada vez mais dependentes da acumulação capitalista a nível internacional, e por isso são novamente transformados com o avanço neoliberal no início dos anos de 1980.

Referências

BENEVIDES, Maria. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro(1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BUSTOS, Rodolfo; MEDINA, Rafael; LOZA, Marco. *Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento, conseqüências*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HIPÓLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiencia democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HILSENBECK, Alexander. *Abaixo e à Esquerda: uma Análise Histórico-Social da Práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. São Paulo, 2007, dissertação de mestrado em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília.

HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Volume II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996

OLIVEIRA, Francisco. *Surgimiento del Modo de Producción de Mercancías: Interpretación de La Economía en la República Vieja Del Brasil*. EL TRIMESTRE ECONOMICO, Ciudad del México - México, v. 44, n.173, p. 143-168, 1977.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras: 1991.

RAMÍREZ, Jorge. *Historia de la Modernidad en México, siglos xix –xx: enfoque estructural funcionalista*. s/d.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento e Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

TELLO, Carlos. *Estado y desarrollo económico: México 1920-2006*. México: UNAM, 2007.

TILLY, Charles. *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madrid, Alianza Editorial, 1991.

TOLEDO, Henrique Garza. *Ascenso y crisis del estado social autoritario: Estado y acumulación del capital en México (1949-1976)*. México: El Colegio de México, 1988.

TOLEDO, Henrique Garza (ORG). *Trabajo y modelos productivos en América Latina : Argentina, Brasil, Colombia, México, y Venezuela luego de las crisis del modo de desarrollo neoliberal*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.

Resumo: O objetivo do presente artigo é apresentar uma discussão sobre o desenvolvimento capitalista e as lutas políticas no Brasil e no México de início do século XX até a década de 1970. Durante esse período os dois países passaram por uma profunda transformação capitalista das relações sociais no interior de suas fronteiras, refletindo assim um movimento internacional de universalização do modo de produção capitalista. A expansão da classe trabalhadora, a formação de capitalistas nacionais, o crescimento da intervenção do estado na economia nacional e os consequentes conflitos entre as classes envolvidas são problematizados no presente artigo como forma de iniciar o debate sobre o desenvolvimento capitalista e as lutas políticas nos dois países.

Palavras-chave: Desenvolvimento capitalista; lutas políticas; Brasil; México; Século XX.

Resumo: El objetivo del siguiente artículo es presentar una discusión sobre el desarrollo capitalista y las luchas políticas en Brasil y en México al comienzo del siglo XX hasta la década de 1970. Durante este periodo los dos países atravesaron por una profunda transformación capitalista de las relaciones sociales al interior de sus fronteras, reflejando así un movimiento internacional de universalización en el modo de producción capitalista. La expansión de la clase trabajadora, la formación de capitalistas nacionales, el crecimiento de la intervención del estado en la economía nacional y los consequentes conflictos entre las clases envueltas, son problematizados en este artículo como una forma de iniciar un debate sobre el desarrollo capitalista y las luchas políticas en los dos países.

Palabras claves: Desarrollo capitalista; luchas políticas; Brasil; México, siglo XX.

A Relação da Internacional Situacionista com os Intelectuais de seu Tempo: Uma Querela com Sartre

Marcus Vinícius Costa da Conceição*

Desde o seu início, em 1957, a Internacional Situacionista (IS) teve como característica agrupar, em seu meio, grupos dissonantes, mas que tivessem uma certa perspectiva de ação em comum, apesar de que, desde o início, os problemas referentes aos métodos de ação já eram um problema no grupo. Porém, a IS teve um mérito além, que foi de conseguir ler as experiências históricas do seu período e posicionar-se de maneira muito clara em relação a elas, como se pode observar em relação à libertação da Argélia e ao Maio de 1968.

Desta forma, não é possível pensar na forma como a IS se elaborou sem levar em consideração as pessoas e grupos que ela se colocou em contraposição para a construção de suas teses. A França teve, na década de 1960, uma grande diversidade na sua esquerda, passando por grupos políticos que estavam imersos na política institucional (como o Partido Comunista Francês), intelectuais independentes (Sartre), intelectuais ligados ao ensino superior (como Henri Lefebvre) e grupos das mais diversas correntes políticas (Socialismo ou Barbárie, *Information Correspondance Ouvrière*¹- ICO, *Énrages*).

A forma como a IS se portava perante esses grupos e como ela se relacionava com eles foi demonstrada através de seus escritos em que ela coloca quais eram os objetivos de se relacionar com outros grupos revolucionários e qual a função que ela entendeu para uma organização que se dizia revolucionária.

Anselm Jappe (1999) demonstra de maneira bastante clara como essa relação é estabelecida entre os situacionistas e esses grupos e vários autores de destaque do seu período. Jappe demonstra que essa relação estabelecida é com as mais diversas tendências e grupos, até mesmo aqueles que ela se mostra distante teoricamente. Para Jappe, é possível achar essa vinculação até mesmo em Sartre, autor que a IS sempre fez questão de combater e desprezar

* Doutorando em Sociologia/UFG, com bolsa Capes, Mestre em História, Poder e Práticas Sociais/UNIOESTE e Graduado em História/UEG.

¹ *Information Correspondance Ouvrière* foi fundado em 1958 a partir de uma dissidência do Socialismo e Barbárie e tinha como princípios a autonomia operária e os conselhos operários, além de rechaçar as teses leninistas sobre a organização. Para maiores informações GOMBIN (1972).

O marxismo humanista e historicista de Sartre apresenta mais de uma analogia com as ideias dos situacionistas, ainda que eles manifestem desprezo por esse pensador considerado stalinista, um eclético ou simplesmente um “imbecil” (IS, 10/75 [79]). Os situacionistas, como Lefebvre ante deles, criticavam o existencialismo por partir do vivido tal como se apresenta e por identifica-lo com todo o horizonte possível do real. Mas é inegável que já se encontra em Sartre, ainda que em termos diferentes, os temas “situação”, do “projeto”, do vivido da práxis. (JAPPE, 1999, 163).

Desde os seus primeiros escritos, a IS teve a preocupação de tentar estabelecer uma ligação com outros grupos revolucionários, porém deixando clara a sua forma de organização e o que eles definiam para a cooperação. Num primeiro momento mais ligado às suas ações artísticas e, posteriormente, mais ligado a uma ação revolucionária. Isto ficou claro no seu manifesto quando ela definiu os seus objetivos

A partir de agora, propomos uma organização autônoma dos produtores da nova cultura independente das organizações políticas e sindicais que existem nesse momento, pois nós negamos a possibilidade de organizar algo que não seja o condicionamento do existente. (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2001, 144)

Esta visão da IS, de ser um grupo aglutinador em torno de uma política cultural revolucionária, pode ser entendida como a primeira tentativa de ela se tornar um movimento capaz de destruir a institucionalização pela qual passava a arte e construí-la a partir de novos paradigmas, baseados nas construções das “situações”, capazes de inverter a lógica alienada que dominava a vida cotidiana. Esta postura fez com que a IS realizasse, neste período, várias intervenções urbanas com pinturas e técnicas de apropriação do espaço urbano, na tentativa de reconstrução de uma nova vida cotidiana. Esta postura de encarar a arte como a idealizadora de uma revolução foi sendo abandonada na medida em que a IS passava a ter contato com outros grupos mais ligados a uma perspectiva de ação revolucionária vinculada a uma atuação do proletariado.

A IS não via a atuação do proletariado ligada à atuação de partidos e sindicatos, por isso se negava a participar de movimentos em que estes estivessem presentes, formando alianças com eles. Para a IS, os partidos e os sindicatos eram os responsáveis pela desestruturação dos movimentos de massa e das revoluções, uma vez que, eles se designavam como os portadores da revolução e, para fazerem isso, precisavam passar por cima dos trabalhadores para lhes usurpar o poder. “A tomada do monopólio estatal da representação e da defesa do poder dos operários, que justificou o partido bolchevique, fez com que *ele se tornasse o que era*: o partido dos *proprietários do proletariado*, eliminando no essencial as formas anteriores de propriedade” (DEBORD, 2006, 69).

Porém, no pós-guerra, quando os partidos comunistas, rodeando a órbita de Moscou, não demonstravam mais o “afinco revolucionário” de antes e já se comportavam como exímios aparatos institucionais, abriu-se um novo protagonismo revolucionário pertencente ao intelectual de esquerda. Não mais aquele, como Lênin em 1917, que era vinculado ao partido, mas aquele que agia de acordo com as suas noções de contestação, porém nunca perdendo de vista o proletariado como protagonista.

Por enxergarem esse novo protagonismo desses intelectuais que a IS, os escolheu como um alvo a ser combatido. Isso ficou claro nos seus ataques a Sartre, Morin, e Henri Lefebvre. Porém, os ataques não foram simples ofensas, mas sim, tiveram a função de demonstrar o papel dos intelectuais, mesmo os ditos de esquerda, dentro do sistema. Era a área de atuação desses intelectuais, foi a mesma na qual a IS atuou, a cultura.

Apesar dessa crítica aos intelectuais, a IS, assumindo isso ou não, desempenhou um papel intelectual, que na verdade foi rejeitado por eles. É inegável que a forma de luta escolhida pela IS se deu no campo cultural, sobretudo com publicações, que procuravam orientar e analisar os problemas, os desafios, enfrentados na sociedade contemporânea.

A IS se propõe a ser a mais alta expressão da consciência revolucionária internacional, esforçando-se por clarear e coordenar os atos da negação e dos sinais da criatividade que definem os novos contornos do proletariado, a vontade irredutível da emancipação. (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2004, 146)

Esta escolha ocorreu porque eles viam que, naquele momento, havia um refluxo no movimento revolucionário e caberia este tipo de ação com vistas a preparar o terreno para uma ação revolucionária, algo que para eles acabou ocorrendo em 1968.

Apesar de desenvolver esse papel de intelectual, como foi observado, eles, em momento nenhum, aceitaram-se enquanto uma intelectualidade institucionalizada, atitude demonstrada em alguns fatos, como Guy Debord se auto-intitular “doutor em nada”, não comparecer a uma conferência a convite de Henri Lefebvre e em seu lugar mandar um gravador com a palestra e, principalmente, pela postura que tinham em relação aos intelectuais de esquerda (utilizando-se, aqui, da concepção de Sartre), uma vez que negavam qualquer contato com eles, até mesmo Henri Lefebvre, com o qual mantiveram contato profundo em trocas de experiências, foi, posteriormente, colocado sobre crítica ferrenha: “O metafilósofo Lefebvre é menos estúpido do que o parafilósofo Morin. Mas o metastalinista devia fazer o favor de calar a boca quando se trata de classes.” (OS ENRAGÉS *in* INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2002, 136).

Quando a IS partiu para definir os contornos da sua atuação junto com outros grupos, com o intuito de avançar na formulação de uma política revolucionária que fosse capaz de criar condições para o apoio ao proletariado, o primeiro ponto e o primordial colocado pelos situacionistas foi o reconhecimento dos conselhos operários como únicos constituidores do poder real dos trabalhadores. Esse ponto em si, já afastava muitos grupos (principalmente os partidos e os sindicatos), mas também, aproximava outros que operavam baseados nos princípios da autogestão e da autonomia operária. Porém, a necessidade que a IS detinha que manter esses grupos perante as suas regras, fez com que o contato fosse quase impossível e, quando existente, fosse efêmero. Perniola (2009) já observava essa característica da IS em 1972, ano de dissolução do grupo e a caracteriza como sendo sectarismo, uma vez que, “a cada problema não existe senão *uma só* resposta revolucionária, aquela da IS” (PERNIOLA, 2009, 38). Para ele, essa característica era ainda uma herança deixada pela formação artística dos situacionistas, uma vez que, nesta atividade, a subjetividade impera e não há espaço para opiniões discordantes.

Esta visão de Perniola pode ser vista nos dois artigos que os situacionistas publicaram sobre a ICO nos números 11 e 12 de sua revista. A mudança de postura em relação à posição do grupo foi sintomática, passando de uma concordância quase que geral de teses – tendo, desacordo em uma fundamental: a necessidade do grupo de teorizar a sociedade contemporânea – para uma crítica radical do grupo, a partir de um momento em que o conhecem de fato, demonstrando que as teses defendidas na sua revista não correspondiam à prática, uma vez que a presença da hierarquia oculta, de omissões e de ataques a grupos iguais demonstravam para a IS que eles tendiam mais para uma “ideologia antissindicalista da época dos grupelhos” (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2001, 626).

Sartre: o intelectual engajado

Pensar a relação entre a Internacional Situacionista e Sartre é pensar uma relação em que as ideias muitas vezes confluem, mas que, por causa da roupagem que cada um deles se coloca, o debate se torna quase que impossível, apesar dos pontos em comum. A visão de Sartre, autodeclarando-se como um intelectual de esquerda, já era para a IS um

erro inaceitável, visto a posição que este grupo desempenha nas críticas revolucionárias da sociedade atual, não aceitas pelos situacionistas.

Diferentemente do que acontece com Henri Lefebvre², a IS não destinou muitos textos especificamente para atacar Sartre, existe somente um, sendo que as posições precisam ser retiradas a partir das posições defendidas entre a IS e Sartre.

As análises de Sartre sobre a intelectualidade não estavam preocupadas em saber como essa classe se constituiu historicamente, mas sim, como ele veio atuando na sociedade moderna. Partindo desse princípio, Sartre fez uma afirmação polêmica ao dizer que somente é possível existir intelectual se ele for de esquerda

Não considero que um intelectual exista sem ser “de esquerda”. É certo que há pessoas que escrevem livros ou ensaios e que pertencem à direita. Mas, para mim, não basta que um homem faça funcionar a sua inteligência para que seja um intelectual. (SARTRE, 1971, 11)

No seu livro, *Que é a literatura?* Sartre (2004) vai buscar responder o que é um intelectual engajado. Para ele, “O escritor ‘engajado’ sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar” (SARTRE, 2004, 20). Sartre nega a arte pela arte, como buscava os burgueses no século XIX, pois a arte sempre tem uma função social, cabendo ao intelectual levar ao processo de reflexão, sendo que cabia a literatura esse papel mais destacado

A literatura é, por essência, a subjetividade de uma sociedade em revolução permanente. Numa tal sociedade ela superaria a antinomia entre a palavra e a ação. Decerto, em caso algum ela seria assimilável a um ato: é falso que o autor *aja* sobre leitores, ele apenas faz um apelo a liberdade deles, e para que as suas obras surtam qualquer efeito, é preciso que o público as assuma por meio de uma decisão incondicionada. Mas numa coletividade que se retoma sem cessar, que se julga e se metamorfoseia, a obra escrita pode ser condição essencial da ação, ou seja, o momento da consciência reflexiva (SARTRE, 2004, 120).

Essa abordagem de Sartre sobre o papel dos intelectuais foi formulada, como demonstra Winock (2000), a partir da sua participação na resistência francesa, participação que, diferentemente de outros escritores como Jean-Toussaint Desanti, não ocorre na resistência armada, mas sim, na publicação de escritos clandestinos.

A própria denominação do intelectual para Sartre foi voltada aos aspectos tradicionais, uma vez que ele considerava o intelectual como sendo os “teóricos do saber prático”. Essa afirmação por si só gerou toda uma série de problemas que acabou desencadeando na sua análise do Estado Soviético e da Revolução Cubana.

² Para uma visão mais ampla sobre as relações entre Lefebvre e a IS ver Conceição (2011).

A posição desenvolvida pelo intelectual na sociedade capitalista é contraditória, como afirmou o autor, pois é um movimento de afirmação/negação constante em suas atitudes. Isto ocorre, sobretudo, através do processo educacional. O indivíduo é criado e educado em uma sociedade burguesa, onde lhe são passados todos os valores, ideologias e preconceitos, além de ser formado em uma técnica específica, que não é capaz de lhe proporcionar uma visão universal da sociedade. Porém, ao assumir esta postura de intelectual, ele é obrigado a conviver com essas determinações que lhe foram passadas pela sociedade burguesa e ser capaz de assumir, como um técnico universal, portando-se do lado dos desfavorecidos.

Para a definição desse intelectual que Sartre propõe, ele trouxe dois elementos teóricos:

O primeiro critério teórico que eles têm vem da sua atividade: é a racionalidade. Para eles, existe relação rigorosa entre a universalidade que é o próprio produto da razão prática e dialética e as classes que suportam, negativamente, o universal. O segundo critério do intelectual deve ser a radicalidade. É que na luta entre o irracional particular e o universal não existe compromisso possível: só pode tratar-se da destruição radical do particular. (SARTRE, 1971, 14-15).

Esses dois critérios dizem muito sobre a posição de Sartre. Primeiramente na defesa do intelectual enquanto o detentor de uma racionalidade dada, em que cabe a ele se contrapor a irracionalidade instalada pela sociedade burguesa e segundo, pelo fato de compreender que a radicalidade é o elemento para se ultrapassar a contradição permanente em que se vive neste mundo. Porém, o intelectual, ao viver nesta radicalidade, muitas vezes acaba caindo em um esquerdismo que, para Sartre, o ofusca de suas verdadeiras intenções e acaba fazendo que ele tome atitudes erradas, como no momento de uma adesão a um determinado partido, por exemplo, sem observar as possibilidades revolucionárias desse grupo. Mas, para ele, existem alguns fatores que podem barrar esse esquerdismo do intelectual e fazer com que o intelectual possa desempenhar a sua função de ligação entre a teoria e a prática. A primeira é a busca da verdade, pois “A verdade é aquilo que a ação descobre como campo de possibilidades reais.” (SARTRE, 1971, 16), e, dessa forma, o impede de fazer análises erráticas sobre possíveis situações revolucionárias. O outro é mais uma das tantas contradições que o intelectual precisa enfrentar, mas esta é específica por estar situada dentro da lógica do partido, e é entre disciplina e crítica. Essa contradição, como ele abordou, diz-se, prioritariamente, sobre o papel de algumas críticas de intelectuais de esquerda que estavam sendo realizadas contra a União Soviética. Neste ponto, Sartre percorreu um caminho obscuro, pois minimizou

as suas críticas à URSS, o que para ele era uma forma de não atingir o primeiro Estado operário, porém, ao assumir essa posição, ele abriu caminho para a aceitação de todos os desvios que ocorreram no período pós-1917. Este posicionamento de Sartre foi definido por Merleau-Ponty como uma relação de contemplação, uma vez que se demonstrou sua posição, mas não quis se filiar, isso ocorreu porque “O opositor de fora nunca pára de provar que é fiel, a distância. O direito de crítica, que ele se reserva, não o usará, com medo de se exceder.” (MERLEAU-PONTY, 1955 *apud* WINOCK, 2000, 645).

Para esta análise, cabe destacar aqui, o papel que Sartre atribuiu ao intelectual na França no período pós-1945.

O intelectual lutaria simultaneamente contra a falsa *interpretação* da situação econômica, isto é, contra a ideologia da sociedade burguesa, mostrando a sua particularidade sob a pretensa universalidade, o seu papel, a sua teologia de classe, e, em segundo lugar, procuraria mostrar a *situação real*, quer dizer, situação da França hoje. (SARTRE, 1971, 26-27)

O engajamento de Sartre começou com a Resistência e, posteriormente, continuou através do seu trabalho em *Les Temps modernes*, do qual era editor. No entanto, foi durante a revolta de maio de 1968 que Sartre demonstrou todo o seu apoio às manifestações estudantis, que ele via como um caminho em direção ao socialismo que, naquele momento, estava sendo conduzido pelo movimento estudantil, algo inclusive que corroborava a sua tese sobre o papel do intelectual enquanto o ser detentor da teoria.

Coube a Petras (2004), posteriormente a Sartre, analisar os impactos que esse modelo de intelectual teve nas existências reais dos movimentos populares. Na sua avaliação, o modelo difundido de intelectual de esquerda buscou e ainda busca uma respeitabilidade burguesa (cargos em instituições acadêmicas, prêmios científicos e literários) que não condiz com o seu discurso, pois, ao buscar essa respeitabilidade, ele acaba por reforçar a hegemonia burguesa. No entanto, para Petras, Sartre apesar de ser esse intelectual de esquerda, rompeu com paradigma por pautar suas ações não buscando essa respeitabilidade, demonstrado principalmente pelo fato de ele ter recusado o prêmio Nobel de literatura, o que seria, dentro da lógica burguesa, o auge da carreira de um escritor.

A recorrência da IS em mencionar Sartre e lhe atacar, está diretamente envolvida com esses posicionamentos defendidos por este autor, como também pelo papel de destaque que ele detém no seio da intelectualidade francesa. A diferença de posicionamento entre os situacionistas e Sartre é enorme, o que, de certa forma, facilita os ataques e a contraposição que a IS realiza das posições de Sartre. Para a IS, a atividade

intelectual de Sartre, na forma como ela é dada, expressa, sobretudo, na posição de campanhas de esquerda, como a da Guerra do Vietnã e da Argélia, mas quando a luta de classes aperta a sua práxis não aparece, sobressaindo-se o discurso.

Os situacionistas enxergam nestes intelectuais – Sartre, Althusser, Henri Lefebvre – um novo estamento, que ao realizar a crítica revolucionária da sociedade existente, o faz em aspectos abstratos e sem uma base real, facilitam o papel de não serem entendidos e afirmam seus empregos, uma vez que, não se mostram como um perigo iminente ao sistema em vigor. A IS vê esse novo estamento como um desenvolvimento do processo de especialização que ocorreu nos meios revolucionários. Essa especialização é a responsável pela crítica considerada rasa que eles fazem, no entanto, esses intelectuais não conseguem fugir dessa lógica.

Os pensadores especializados só sabem sair do seu domínio para jogar a ser espectadores beatos de uma especialização vizinha, igualmente na quebra que ignoravam porém se há colocado em moda [...] Os especialistas do pensamento não podem ser mais que pensadores da especialização. Não pretendemos ter o monopólio da dialética, da qual todo mundo fala, mas apenas usá-la provisoriamente. (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2004, 128).

A crítica revolucionária capaz de avançar, segundo os situacionistas, seria aquela capaz de romper as barreiras da especialização e de construir uma nova prática política, como a que eles estavam fazendo. Para eles o significado de pertença a uma instituição oficial já era um sinônimo de que aquela crítica era falha.

E justamente sobre o papel da instituição oficial é necessário analisar as relações de Sartre com o Partido Comunista Francês (PCF). O PCF, segundo Drake (2013), construiu uma política no pós-Segunda Guerra Mundial que buscava aproximar os intelectuais do partido. Essa aproximação ocorreu, sobretudo pelo papel destacado que o partido obteve durante a resistência à invasão nazista. Para Drake (2013), essa aproximação consistia em ganhar apoio dos intelectuais e ter uma base operária, pois o PCF acreditava que estava a nascer revolução, assim cabia a ele

oferecer aos intelectuais a possibilidade de um vínculo com a classe operária – a classe do futuro – assegurando-lhes, ao mesmo tempo, que poderiam ser úteis – ainda que na prática o Partido fazia todo o possível para impedi qualquer aproximação entre operários e intelectuais. (DRAKE, 2013, 4).

As relações entre Sartre e o PCF sempre foram permeadas de profundos conflitos, uma vez que Sartre nunca foi um membro efetivo do Partido, mas sempre orbitou entre seus colaboradores. Para Drake (2013), há dois pontos essenciais que fazem Sartre não se filiar formalmente ao Partido: o primeiro é o fato de Sartre ser um “socialista anti-hierárquico e libertário” e também pelo fato de não concordar com a visão de marxismo

defendida pelo PCF. Relacionado a isso, o Partido tinha uma imensa necessidade de controlar todos os seus quadros, principalmente os intelectuais, por defender que a suas posições pequeno-burguesas, segundo Drake (2013), acabariam prejudicando os interesses do Partido. É dessa forma, que o PCF acaba realizando uma série de ataques a Sartre, principalmente ao seu existencialismo, por considerarem-na como herdeira do idealismo e deste modo refrataria ao materialismo. É necessário recordar que o PCF, ao ter uma adesão ao Comintern³ e posteriormente ao Kominform⁴, adota a postura política da União Soviética como sendo a sua oficial, o que acaba acarretando com uma visão stalinista e altamente hierarquizada e centralizadora.

A relação entre Sartre e o PCF só começa a se “normalizar” em 1951 na mobilização em torno da libertação de Henri Martin⁵ e faz com que o escritor se aproxime mais do Partido e consequentemente da União Soviética. Tanto que a convite da União Soviética viaja ao país em 1954, escrevendo logo depois uma série de 6 artigos para o jornal francês *Libération* exaltando àquele país, segundo Winock (2005).

A caracterização de estalinista que a IS imputa a Sartre, parte desta premissa e da sua defesa da União Soviética, principalmente a partir desses artigos. Pelo fato de ao visitar a URSS e ter acesso a todos os benefícios, para a IS, Sartre acreditava que aquela realidade era estendida, mesmo com as denúncias das perseguições e a falta de decisão dos trabalhadores no governo, isso não refletia para Sartre um problema que enxerga “a liberdade de crítica total na URSS” (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2004, 18). Para a IS, a posição de Sartre é a de

quem admite que uma burocracia hierarquizada pode construir um poder revolucionário, e admite ainda como um bem e um prazer o turismo de massas, tal como está organizado universalmente pela sociedade do espetáculo, poderá fazer as viagens de Sarte a China. (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2004, 60)

Sartre posteriormente afirma que os seus artigos escritos sobre a URSS, nada mais são que gentiliza pelo convite da viagem. Para ele, “Quando você vem a ser convidado

³ Também conhecido como Internacional Comunista foi fundada pela União Soviética em 1919 e tinha como objetivo ser a congregar os Partidos Comunistas dos mais diversos países. Ela existiu até 1943 quando foi substituída pelo Kominform.

⁴ O Centro de Informação dos Partidos Comunistas, fundado em 1947, tinha como objetivo preencher a lacuna – desde a dissolução do Comintern – da ligação internacional entre os diversos PCs do mundo. Na prática, reuniu apenas PCs europeu (na grande maioria dos países do leste europeu) e durou menos de 10 anos, tendo desde o início inúmeros conflitos pela imposição do Partido Comunista da União Soviética sobre a sua forma de uniformização política.

⁵ Membro da resistência francesa ligada ao PCF, após a guerra foi membro da marinha na Indochina, sendo preso por fazer propaganda contra a Guerra. Sua prisão faz com que ocorra uma corrente de manifestações pedindo a sua libertação.

pelo povo, não se pode jogar merda neles apenas voltando para casa" (Sartre apud Spire, 2000).

O rompimento de Sartre com o PCF começa em 1956 com a Revolução Húngara. Para Winock, “a insurgência húngara de outubro a novembro 1956 foi uma oportunidade para Sartre descobrir um proletariado real fora do Partido. A velha equação: Partido Comunista = classe trabalhadora foi quebrada” (WINOCK, 2005, 8). Esse rompimento fez com que Sartre procurasse formular um esboço de um novo tipo de partido, algo que ocorreu após 1968, com a observação de Sartre dos eventos ocorridos em Paris. Para isso, ele redefiniu o que seria a vanguarda como sendo

não é uma organização política preexistente que guia e organiza a massa do movimento; é uma minoria atuante que manifesta por meio de ações explosivas seu rechaço radical e total da sociedade existente, com o fim de provocar um choque psicológico, e de chamar por meio de ações exemplares, mas que por meio de slogans, análises ou programas a insurreição geral. (SARTRE in CASTRO e ECHEVARRÍA, 2010, 29).

É interessante observar como essa noção de vanguarda defendida por Sartre encaixa, primorosamente, na atuação e na própria defesa que a IS faz do seu papel perante a sociedade espetacular. A discordância apresentada perante a ICO é o que faz a IS se portar como esse *novo tipo de vanguarda*, apesar de que ela ainda continue enxergando a questão da vanguarda com o aspecto negativo e voltado a uma prática bolchevique.

É neste ponto que Jappe (1999) baliza também a visão sobre o tipo de vanguarda que os situacionistas pretendiam ser. Para ele, “A tarefa de vanguarda não era portanto, segundo a IS, *suscitar*, movimentos revolucionários, mas fornecer teorias aos movimentos já existentes.” (JAPPE, 1999, 125). É interessante como os situacionistas fazem esse movimento a todo instante, seja na Revolta de Watts em Los Angeles ou sobre o movimento de libertação da Argélia. Para eles a teorização atinge um papel extremamente importante no processo de inserção das lutas e cabe a eles construírem um novo modo de encarar e analisar a sociedade, por isso a necessidade de abrir as frentes no que se refere a análises.

Na nova noção de partido defendido por Sartre em que as diferenças eram mais viscerais e traziam o debate para um patamar de distanciamento. Sartre, apesar de afastado do PCF, ainda enxergava o partido como uma algo fundamental no processo revolucionário, um grupo que seria capaz de tomar uma posição firme perante uma crise revolucionária e não retroceder, algo que o PCF não foi mais capaz de fazer e Sartre sabia bem isso. Por isso, ele buscou um conceito de partido que fosse diferente daquele que

estava estruturado na França, que fosse capaz de apreender as novas dinâmicas do poder, que não tinha uma hierarquia centralizada e o intuito simplesmente de atacar o poder, mas que seu poder residisse nos

ativistas locais capazes de juízos e de iniciativas autônomas de acordo com as condições locais, capazes de suscitar e animar as discussões em assembleias livres, a auto-organização e a autodeterminação de cidadãos agrupados, a tomar o controle por eles mesmos de suas condições de existência coletiva. (SARTRE *in* CASTRO e ECHEVARRÍA, 2010, 33).

A partir dessa visão, pode-se perceber que Sartre não buscava a noção formal de partido, mais sim uma visão heterodoxa, capaz de aglutinar atuar, mas não dirigir a luta. Apesar de, neste ponto, as ideias de Sartre caminharem conjuntamente com as ideias situacionistas, o simples fato de ele propor algo como um partido, por mais que não fosse como nos moldes dos PCs, para a IS se colocou como algo descabido e contra revolucionário. Pois entendiam que mesmo que não tivesse essa estrutura a priori, quando o movimento de massas derrubasse o atual sistema, a estrutura do partido caminharia para um processo de hierarquização e burocratização, matando as experiências autônomas e que não estivessem sob a órbita do partido. Para a IS era com o predomínio dos conselhos que uma revolução proletária que instaure uma nova ordem poderia ocorrer, porque a existência de um partido significava a existência de “uma organização revolucionária existente antes do poder dos Conselhos – e ela tem de encontrar na luta sua própria forma – já sabe que *não representa* a classe. Deve apenas reconhecer-se como separação radical com *o mundo em separado*” (DEBORD, 2006, 84).

Conclusão

A posição da IS de não ceder aos seus pontos, para construir uma coligação maior era, de certa forma, a responsável por evocar questões e polêmicas como as levantadas por Sartre, uma vez que, como demonstrado, as ideias, apesar de terem o mesmo fim, e até mesmo alguns métodos, foram levadas em consideração pequenas desavenças como sendo grandes problemas.

O mais interessante deste ponto foi que a IS procurava fazer esse distanciamento através da desqualificação das obras desses intelectuais. Com Sartre, esta visão se tornou muito mais acabada e desenvolvida, pois era justamente Sartre o intelectual capaz de unir os dois extremos da esquerda francesa em uma única causa, como foi o caso do Manifesto dos 121⁶, escrito durante as lutas para a independência da Argélia.

⁶ O Manifesto dos 121 foi um manifesto lançado por intelectuais franceses ligados às revistas *Les Temps Modernes* e *Letters Nouvelles* e que pregava o direito do povo argelino a sua autodeterminação e o direito

Referências

CASTRO, CARLOS; ECHEVERRÍA, Bolívar (org.). *Sartre, los intelectuales y la política*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/19735332/Sartre-JeanPaul-Sartre-los-intelectuales-y-la-politica-compilacion-1965-1968> acesso: 03/06/2010

CONCEIÇÃO, Marcus Vinicius Costa da. Plágio, Cotidiano e Revolução nas Análises sobre a Comuna na França. In: Nildo Viana. (Org.). *Escritos Revolucionários sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2011, p. 217-226

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

DRAKE, David. Sartre y el Partido Comunista Francés (PCF) tras la Liberación (1044-1948). *Sens Public: Revista Internacional Web Journal*, 2013/2. Disponível em: http://www.sens-public.org/article.php?id_article=1024 Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

ENRAGÉS. Uma rajada de vento na macieira japonesa. Nanterre, 19 de março de 1968. In: INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Situacionista. Teoria e prática da revolução*. São Paulo: Conrad, 2002. pp. 136.

GOMBIN, Richard. *As origens do esquerdismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *¿Por qué miente I.C.O?* In: *Internationale Situationniste*, nº1, outubro/1967. Madrid: Literatura Gris, 2001, pp. 623 – 626.

_____. *Ahora, la I.S.* In: *Internationale Situationniste* nº9, outubro/1964. Madrid: Traficantes de sueños, 2004, pp. 126 – 128.

_____. *Dominación de la naturaleza, ideologías y clases*. In: *Internationale Situationniste*, nº8, Janeiro/1963. Madrid: Traficantes de sueños, 2004, pp. 58 – 69

_____. *El cuestionario*. In: *Internationale Situationniste* nº 9, outubro/1964. Madrid: Traficantes de sueños, 2004, pp.146 – 149.

_____. *Los malos días pasarán*. In: *Internationale Situationniste* nº7, abril/1962. Madrid: Traficantes de sueños, 2004, pp. 11 – 18.

a recusa dos franceses em participar da guerra colonial. Entre os signatários do manifesto constam Jean Paul Sartre, Henri Lefebvre e Daniel.

_____. *Manifesto*. In: *Internationale Situationniste* n°4, junho/1960. Marid: Literatura Gris, 2001, pp. 144 – 146.

JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PERNIOLA, Mario. *Os situacionistas: o movimento que profetizou a “sociedade do espetáculo”*. São Paulo: Annablume, 2009.

PETRAS, James. Os intelectuais de esquerda e sua desesperada busca por respeitabilidade. In: MORAES, Dênis (org.). *Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Record: Rio de Janeiro, 2004. pp. 81 – 92.

SARTRE, Jean-Paul. O intelectual face à revolução. *O escritor não é político?* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971. pp. 09 – 31.

_____. *Que é a literatura?* São Paulo: Ática, 2004.

SPIRE, Arnaud. Sartre et le PCF : une pensée réfractaire à tout bilan. Regards, 1er avril 2000. Disponível em: <http://www.regards.fr/acces-payant/archives-web/sartre-et-le-pcf-une-pensee,1901> Acesso: 10 de dezembro de 2014.

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Sartre s’est-il toujours trompé? *Revue L’Histoire*, n°295, février 2005.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a relação da Internacional Situacionista e seu posicionamento crítico perante alguns intelectuais da sua época (1950/70), em especial Sartre. Tal escolha justifica-se pelo lugar de destaque ocupado por esse pensador no palco das discussões políticas na França do pós-Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Internacional Situacionista, Sartre, Intelectuais.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la relación de la Internacional Situacionista y su postura crítica hacia algunos intelectuales de su época (1950/70), en particular Sartre. Esta elección se justifica por el lugar destacado que ocupa ese pensador en el escenario de los debates políticos en Francia después de la Segunda Guerra Mundial.

Palabras-clave: Internacional Situacionista, Sartre, Intelectuales